



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

EM DEFESA DA FAMÍLIA:
REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA EM DOIS JORNAIS DE RECIFE (1937-1945).

THIAGO DE OLIVEIRA REIS MARQUES FREIRE

RECIFE/2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

EM DEFESA DA FAMÍLIA:
REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA EM DOIS JORNAIS DE RECIFE (1937-1945).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPE pelo aluno **Thiago de Oliveira Reis Marques Freire**, para obtenção do título de Mestre, tendo como orientadora a Prof^a. Dr^a. **Tanya Maria Pires Brandão**.

RECIFE/2006

Freire, Thiago de Oliveira Reis Marques
Em defesa da família : representação de família
em dois jornais de Recife (1937-1945) / Thiago de
Oliveira Reis Marques Freire. – Recife : O Autor,
2006.

142 folhas.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CFCH. História, 2006.

Inclui bibliografia.

1. História – História regional contemporânea. 2.
Representação de família – Construção do discurso
– Recife (1937-1945). 3. Gênero – Delimitação de
espaços. 4. Estado Novo – Defesa da família –
Defesa da ordem – Imprensa em Recife. I. Título.

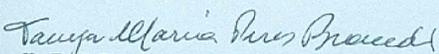
94(81) CDU (2.ed.) UFPE
981.061 CDD (22.ed.) BC2006 – 458

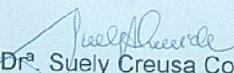


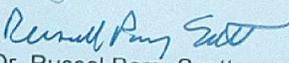
**ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO THIAGO DE OLIVEIRA REIS
MARQUES FREIRE**

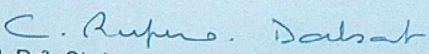
Às 14:00 h do dia 21 (vinte e um) de agosto de 2006 (dois mil e seis), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno Thiago de Oliveira Reis Marques Freire, intitulada **“Em Defesa da Família: representação de família em dois jornais de recife (1937 – 1945)”**, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito **“APROVADO COM DISTINÇÃO”** em resultado à atribuição dos conceitos dos professores: Tanya Maria Pires Brandão (Orientadora), Suely Creusa Cordeiro de Almeida, Russel Parry Scott e Christine Paulette Yves Rufino Dabat. Assinam, também, a presente ata o Coordenador, Prof. Antônio Torres Montenegro e a Secretária do Departamento Rogéria de Sá Feitosa, para os devidos efeitos legais.

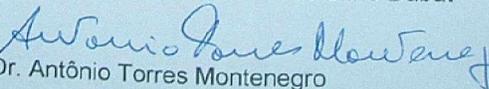
Recife, 21 de agosto de 2006.

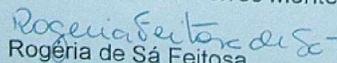

Prof.^a. Dr.^a. Tanya Maria Pires Brandão


Prof.^a. Dr.^a. Suely Creusa Cordeiro de Almeida


Prof. Dr. Russel Parry Scott


Prof.^a. Dr.^a. Christine Paulette Yves Rufino Dabat


Prof. Dr. Antônio Torres Montenegro


Rogéria de Sá Feitosa

Dedico:

A minha mãe, Vera, um grande exemplo em minha vida.

A minha avó, Raquel, que sempre desejou estudar História e acabou sendo parte dela.

A minha esposa, Márcia, sempre presente em momentos fáceis e difíceis.

Ao meu pai, Carlos Reis (in memoriam), presente em sua ausência.

AGRADECIMENTOS

A produção de uma dissertação se dá através do contato com o outro. Apesar de o momento da escrita do trabalho ser solitário, o movimento que o possibilitou não é. Além dos autores utilizados e da documentação, fabricada por seres-humanos que muitas vezes não conhecemos, recebemos ajuda muito próxima da gente, de colegas, de professores e da família, entre outros.

A professora Suely Almeida, que me ensinou na graduação e é sempre uma boa inspiração no momento de refletir sobre o fazer historiográfico.

A Zuleica Dantas e Zélia Melo, minhas orientadoras, durante o período da graduação. Com a ajuda delas comecei a pesquisar família, a partir de um Projeto de Iniciação Científica, que tinha como recorte temporal o período de 1930 a 1945, em Recife.

Ao professor Paulo Donizeti, que me orientou na confecção de minha monografia da especialização, também sobre família, e me deu importante apoio no momento de seleção para o mestrado.

A professora Tanya Brandão, minha orientadora no mestrado, pelo apoio que me deu ao longo desse período, com sua minuciosa correção do trabalho, observando cada detalhe, cada questão, sempre com comentários pertinentes. A sua objetividade me ajudou bastante na construção desse trabalho.

A Noemia Maria Queiroz Pereira da Luz que, como uma grande amiga, me apoiou em momentos difíceis durante o processo de confecção do texto, além de ler parte do trabalho e, com seus valiosos comentários, me ajudou a amadurecer melhor vários pontos.

Ao professor Antônio Paulo Rezende que, em sua disciplina sobre amor e solidão na cidade, contribuiu para o meu amadurecimento na forma de trabalhar com

a questão do amor romântico, a modernidade e a construção da individualidade no período estudado.

Ao professor Antônio Torres Montenegro que me ajudou, em sua disciplina sobre Foucault, a entender melhor esse filósofo. Dessa forma pude rever meu aporte teórico-metodológico com mais maturidade, contribuindo no momento de análise da documentação.

Ao professor Perry Scott que, em sua disciplina sobre família gênero e poder, possibilitou-me melhor refletir sobre meu objeto de pesquisa.

Ao professor Marc J. Hoffnagel que me ajudou a rever pontos da minha dissertação e, com suas dicas oportunas, me fez repensar e melhorar o trabalho.

Aos colegas da minha turma do mestrado. Em especial a Bruno Romero e Rogério Ribau que em nossas conversas trocamos dúvidas e refletimos juntos sobre pontos de nossos trabalhos.

A todos aqueles que, em algum momento, durante a pesquisa, estiveram comigo e me ajudaram. Em especial aos funcionários da secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UFPE, da FUNDAJ-CEHIBRA e do Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano.

Eu não poderia deixar de agradecer a minha família. A ela devo o que sou. Em especial, minha mãe Vera e Karl Heinz. Eles me incentivaram a descobrir o mundo através do estudo e a almejar sempre crescer, seguindo carreira acadêmica.

Ao meu primo Rogério Rodrigues pela ajuda no momento da tradução resumo para o inglês.

A minha esposa Márcia que, com carinho, me apoiou nesse tumultuado momento do mestrado. Esteve comigo antes e durante a pesquisa, sempre me dando forças para continuar em frente.

Ao Programa de Pós-Graduação em História que, através da bolsa de estudos do CNPQ, me deu apoio financeiro de grande importância para a pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação analisa a forma como a família foi representada, por setores conservadores e governistas, na imprensa recifense durante o período de 1937 a 1945. Pretendemos mostrar que os textos conservadores relativos à família não têm nela o foco de seus interesses. Visavam mais a defesa da ordem, do regime político vigente, do que da família propriamente dita. Para isso, estudamos textos publicados em dois jornais de Recife: o Jornal do Commercio e a Folha da Manhã. O último continha uma coluna diária do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Esse jornal possuía visível função doutrinária e foi bastante importante em nossa pesquisa, posto que buscávamos entender o discurso sobre família de uma parcela da sociedade da qual o interventor fazia parte. Assim, estudamos o discurso sobre família e não a família em si. Buscamos entender que interesses produziram, durante o Estado Novo, o discurso da família ameaçada.

Palavras – chave: Família. Gênero. Governo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the way family was represented by govern sectors and conservative sectors in the press from Recife city from 1937 until 1945. We intend to show that the conservative texts that include family in it do not have family as it main objective. Those texts main goal was to defend the political regime order at that time, and not exactly family itself. With that objective in mind we have studied texts published in two newspapers from Recife: *Jornal do Commercio* and *Folha da Manhã*. Pernambuco's intervenor, Agamenon Magalhães, had a daily column in the *Folha da Manhã*, this newspaper had an outstanding doctrinaire function and was very important in our research since we were trying to understand the family discourse in the portion of society which the intervenor belonged to. Hence, we have studied the family discourse and not family itself. Our pursuit was to understand which interests made, during the *Estado Novo*, the threaten family discourse.

Keywords: Family, gender, govern.

SUMÁRIO

Introdução:	10
1. Nova sociedade; família nova:	29
2. A influencia do discurso do feminino na construção da representação de família no discurso pró-governo publicado na imprensa.....	59
3. Representação de família nos discursos pró-governo publicados na imprensa:.....	91
Considerações Finais:	121
Referência Bibliográfica:	127

INTRODUÇÃO

Em defesa da família. O título desse trabalho refere-se a um sentimento presente na imprensa do período estudado. O governo e setores conservadores da sociedade acreditavam que a família precisava ser protegida, pois estava sendo ameaçada. Esse trabalho tem como objetivo analisar com que interesses se escrevia sobre família na imprensa de Recife. Essa proposta de estudo se deu a partir da tentativa de entender o sentimento de ameaça à família.

A própria constituição brasileira de 1937 possuía um artigo que falava da necessidade de se proteger a família:

“Art.124 - A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do Estado. Às famílias numerosas serão atribuídas compensações na proporção dos seus encargos”.¹

O artigo definia como a família seria constituída e afirmava que ela estava sob proteção especial do Estado. Ao definir o que constituiria família delimitavam-se também uniões que, por não terem se realizado a partir do casamento, não formariam família. Assim, criou-se uma linha que separou a família de outras formas de união. Essa divisão transformava em não-família a união de pessoas que não passaram pelo crivo da Igreja Católica.

Esse mesmo sentimento, que fez surgir à necessidade de colocar a família sob proteção do Estado, também estava presente nos jornais pesquisados. Assim, em 24 de Abril de 1941², Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco, publicou um artigo na Folha da Manhã cujo título era “A Família”. Nesse artigo, o

¹ BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Senado, 1937.

² MAGALHÃES, Agamenon. A família. **Folha da Manhã**, 24 abr.1941. p. 3.

Interventor referia-se ao cuidado do Estado em preservar a família. O interventor não era o único a escrever no jornal sobre a necessidade de preservação dessa instituição.

Ainda no final de 1939, José Campello, editor chefe da Folha da Manhã, escrevia sobre esse tema. Em um desses escritos, reforçava a importância de um decreto, sobre a família, assinado por Getúlio Vargas, então presidente-ditador do Brasil. Segundo Campello:

“Não precisamos demorar na exclamação de um tema que já está abundantemente estudado pelos mais autorizados cientistas do mundo. Da organização, da moralidade e da resistência da família às teorias corruptoras dos que pregam as sociedades sem Deus e os povos sem pátria, dependem a força, a alegria, a tranqüilidade das nações. A família é o próprio fundamento da sociedade, a própria estrutura das nações, a própria razão de ser das pátrias, em todos os tempos”³.

A família corria perigo e o Estado esforçava-se para defendê-la. Essa era a mensagem que o articulista queria passar, lembrando de apontar culpados pela possível dissolução da família. Esta era entendida como o lugar da moral e da ordem, onde o Estado Novo pretendia buscar signos que fortalecessem seus interesses.

Não estamos tratando da família em si, mas de um texto que a nomeia e atribui a ela certas qualidades. Características como: fundamento da sociedade, estrutura das nações, lugar de resistência à “teorias corruptoras”, eram signos que compunham o discurso sobre família. Entretanto, não se tratava de qualquer família, mas da composição de um modelo de família nuclear que, na época, acreditava-se ser civilizada. Esses signos ganham sentido quando associados ao contexto onde foram produzidos.

³ CAMPELO, José. Proteção á família. **Folha da Manhã**. Recife, 28 nov. 1939. p.3.

Aqueles, como José Campello, que produziam os discursos de proteção da família, acreditavam ser esta uma instituição visceral na construção da sociedade brasileira. Entendiam que dessa instituição sairiam elementos fundadores e formadores de nossa sociedade. Acreditavam ainda que judeus e comunistas eram elementos nocivos à sociedade. Tanto um como outro a desmantelaria. Essa era a mensagem que articulistas do período pretendiam passar.

Contudo, queremos mostrar que os textos relativos à família não têm nela o foco de seus interesses. Visavam mais a defesa da ordem, do regime político vigente, do que da família propriamente dita. Daí significar judeus e comunistas como inimigos da família quando estes foram elencados, pelo próprio governo, como inimigos do regime político vigente. A família instituiu-se, dessa forma, como uma instituição de controle do corpo social da época.

Esse trabalho apresenta-se dentro de uma perspectiva da história social. Embora diga respeito à família, não se trata de um estudo sobre família. O objeto de interesse é o discurso sobre ela. Isto porque aquele que a menciona exprime, também, certa concepção de público de privado e dos movimentos que se inventam no interior da casa e da rua.

George Duby⁴, no prefácio à História da Vida Privada, no intuito de melhor delimitar o que é privado o percebeu não apenas como o espaço da casa. Ele difere uma história da intimidade, do individualismo, que seria a História dos espaços privativos da casa, de uma História da vida privada. Privado aqui é percebido ainda como o oposto de público, mas sendo aquela região em que o indivíduo se desarma de todos os escudos que é obrigado a utilizar no público. Consiste em uma “zona de imunidade”, onde é possível a cada um ser ele mesmo. É um espaço único, íntimo,

⁴ DUBY, G. Prefácio à História da vida privada. IN: VEYNE, P (ORG.). **História da vida privada vol. 1.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999. (09 – 11)p.

onde os silêncios, os segredos, aquilo que não deve ser exposto, encontra-se guardado:

“No privado encontra-se o que possuímos de mais precioso, que pertence somente a nós mesmos, que não diz respeito a mais ninguém, que não deve ser divulgado, exposto, pois é muito diferente das aparências que a honra exige guardar em público.”⁵

Contudo, acreditamos que o privado não está preso a figura física da casa. Não está na definição dos espaços privados, e sim, implica em ação. O privado está presente nas formas de sociabilização com o outro, naquele momento em que as relações de intimidade permitem que os escudos necessários para se viver em sociedade possam ser derrubados. Privado, diferente de privativo, de clausula, de casa, possui outros significados que se estruturam e são construídos a partir das relações cotidianas de cada um. O privado opõe-se ao público naquele momento em que limita o que pode e o que não pode ser posto a todos. Está na intimidade, naquilo que é familiar.

Damatta⁶, reforçando a percepção da “casa” enquanto espaço familiar permite-nos pensar na cidade ou no país enquanto “casa” dependendo do nosso referencial para com o outro.⁷ Não é possível pensar em privado sem pensar em público, mas, sendo o primeiro aquilo que nos é familiar, espaço onde podemos agir destruindo todas as roupas que vestimos para atuar no público, privatizamos, de alguma forma os circuitos cotidianos pelo qual passamos.⁸

Entretanto, a privatização do bairro não se dá simplesmente pela subtração das roupas que criamos, e sim pela reconstrução, subjetiva a cada um de nós, do bairro em que vivemos. Nós transformamos o bairro em algo particular nosso,

⁵ Ibidem, p. 10.

⁶ DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. (11-63)p.

⁷ Damatta diferencia casa de rua, contudo, acredita que um grupo social específico pode fazer da rua um espaço íntimo, como se fosse uma casa. p. 55.

⁸ MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (37 – 45)p.

modificando-o segundo nossa forma de por ele circular. A construção de nossos circuitos cotidianos dentro do nosso bairro ou da cidade torna aquele espaço, que não é mensurável, como nos diz Pierre Mayol⁹, particular, nosso, familiar. Em estudo sobre o bairro, ele acredita que reconstruindo-o, privatizamos o espaço público, que não pode ser entendido em separado do privado, pois, para existir, depende dele.

“O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro, porque, no bairro, um não tem nenhuma significação sem o outro.”¹⁰

Portanto, ao falarmos em público e privado, no que tange a família, não falamos necessariamente da casa e do trabalho, mas sim da construção daquilo que é familiar em contraponto ao que não é. Quando se definiu, no período estudado, o espaço privado como da mulher, não se afirmava, simplesmente, que a mulher deveria ater-se apenas a casa, não trabalhando fora. Ela estava presa à construção do familiar, daquilo que ela poderia fazer margeando uma série de interditos.

Enfim, o discurso que fala da família, no período estudado, que a situa em um lugar específico e define o que ela é, também fala sobre o cotidiano e as formas de se relacionar com os espaços, tanto na casa como na rua.

Ainda no final do século XIX, uma nova sociabilidade começou a se formar no Brasil, modificando a forma de circular pelos recém criados espaços da casa e da rua. Nesse momento, começou a se definir espaços, do homem, da mulher e da criança. A partir daí, como também ao longo do século XX, foi surgindo uma família menor do que a patriarcal, composta por pai, mãe e filhos, com funções bem definidas. Neste contexto, a definição da casa como espaço da mulher passou a ser constantemente questionada, por homens e mulheres.

⁹ *Ibidem*, p. 42.

¹⁰ *Ibidem*, p. 43.

Desta forma, a imagem de família moderna, nuclear, em que o pai trabalhava fora de casa, para sustentar a família, enquanto a mãe ficava em casa, educando os filhos e administrando o lar enquanto os filhos eram preparados para reproduzir esse modelo, não se constituía, no cotidiano urbano, com facilidade.

No século XX, a família nuclear se contrapôs à patriarcal. Era o novo e o velho em disputa. Na família patriarcal, modelo tradicional de família extensa, latifundiária, rural, o pai definia a vida e o destino de seus parentes. Já a família nuclear era de composição reduzida, de origem urbana, formada por pai, mãe e filhos. Embora nela ainda estivessem definidos os papéis de cada um de seus membros, a figura do pai já não possuía mais tanto poder. Nesse novo modelo de família, a mulher, menos submissa, dispunha de maior liberdade de escolhas. Essa representação de família ganhou forma a partir do projeto de modernização das cidades, que buscava tornar o Brasil mais parecido com a Europa.

Entretanto, esses modelos de família, não dão conta da complexidade da sociedade brasileira daquela época. Como afirma Sheila Faria¹¹, o conceito de família patriarcal, criado por Gilberto Freire, tem sido revisto por historiadores da família ao longo da década de 1980. Tal conceito cabe para a família extensa do senhor de engenho, englobando toda a sua parentela bem como os grupos que gravitavam em torno da casa grande. Trata-se de um modelo de família que se formou a partir de uma estrutura sócio-econômica baseada na plantation do litoral nordestino, como sinaliza Mariza Correia¹². Nele eram ofuscadas as famílias dos pobres livres e a dos escravos, bem como os diversos tipos de famílias de outras regiões brasileiras. Da mesma forma, o conceito de família nuclear tem aplicação

¹¹ FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica In: Cardoso, Ciro Flamarion et al. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 254p.

¹² CORRÊA, M.. Repensando a família patriarcal. In: ARANTES, A. **Colcha de retalhos**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. (15-42)p.

restrita. Cabe para as famílias urbanas de maior poder aquisitivo. Não se aplica entre os mais pobres porque, entre eles, a mulher necessitava trabalhar, o que a impedia de desempenhar a função de mãe e esposa “ideal”.

Historiadores que escreveram sobre família ao longo da década de 1990, têm se mostrado atentos a essa questão. Assim, Luciano Raposo¹³, que estudou a família mineira, no século XVIII, analisou as relações de poder inerentes ao cotidiano familiar em famílias pobres. Ele não procurava encontrar ali um modelo de família pré-estabelecido. Nesse estudo, buscava entender como essas famílias se construíam no espaço em que viviam.

A segunda metade do século XX, no Brasil, marcou o momento em que estudos sobre gênero, que saíram do movimento feminista, começaram a ser produzidos, sob o signo da diferença. Segundo Ivone Gebara, ao falar da diferença fala-se da relação de uma diferença entre uma multiplicidade de diferenças. Há um caráter plural na diferença que transcende a simples relação entre feminino e masculino. Tais diferenças se cruzam com as de idade, de cultura, de religião, entre outras.¹⁴ Para estudar discursos sobre família, precisamos enveredar pelo estudo de gênero, pois a definição do que é masculino e do que é feminino ajudam a significar família e a delimitar como cada membro dela inscreve em sociedade suas formas de por ela circular.

Trabalharemos dentro da perspectiva de que o feminino e o masculino são construções culturais de um determinado momento histórico, em uma sociedade específica. Acreditamos que esses discursos sobre o masculino e o feminino partem

¹³ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.

¹⁴ GEBARA, I. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000. (104-109)p.

de uma ótica masculina¹⁵. Ao nos referirmos a questão de gênero, pretendemos trabalhar com a invenção do masculino e do feminino para, a partir daí, poder entender como a família foi significada nos artigos dos jornais analisados.

Como a família em si, não é nosso objeto de estudo, não nos utilizamos da história demográfica, como fazem muitos historiadores da família. Entretanto, tais produções foram inspiradoras no desenvolvimento deste trabalho, pois abordam a família como plural. Foi o caso, por exemplo, do texto *Colônia em movimento*. Nele, Sheila Faria¹⁶ analisou as famílias de uma região do Rio de Janeiro colonial. Atenta a complexidade daquela sociedade, a autora pôde diferenciar as práticas comuns às famílias pobres daquelas praticadas pelas famílias mais abastardas.

Em 1934 Gilberto Freire¹⁷ defendeu a idéia de que a família seria a instituição fundadora de nossa sociedade. A base sob a qual toda a sociedade se estruturaria. A família, junto com a escola, teria função educativa¹⁸. Nessa época, setores conservadores da sociedade acreditavam que a educação formava a alma dos indivíduos, formava o caráter, a moral, a ética, de cada um de nós.

No Brasil, durante o Estado Novo, a educação foi entendida como uma tarefa a cargo do Estado. Segundo Graça Ataíde o objetivo era dar maior legitimidade ao regime. Desta forma a educação não seria neutra. Constituíam-se em importante forma de controle, não só das massas como também das elites, reproduzindo a ideologia vigente.¹⁹ A família entrava aí enquanto instituição que, junto com a escola,

¹⁵ BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. (13-44)p.

¹⁶ FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁷ FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1. 41. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. p. 92

¹⁸ SCHWARTZMAN, Simon. et. all. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000. p 127. Ibidem, p. 69.

¹⁹ ALMEIDA, Maria das Graças. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. p. 38.

educaria e ajudaria a moldar indivíduos, ao mesmo tempo em que também seria educada.

Assim, o discurso sobre família, no período estudado, uniu em um mesmo lugar signos que não foram construídos juntos. Dessa forma, comunista, judeu e a família, enquanto base da sociedade, apareceram em mistura que resultou na representação da família ameaçada. Os primeiros eram apresentados como contraponto do segundo em uma estratégia que reproduzia, no texto, a luta do bem contra o mal. A família contra judeus e comunistas, ameaçadores da sociedade. Nesse sentido, a educação seria a grande arma da família.

Ter como objeto de estudo os discursos sobre família não se limita a detectar, nos jornais, as formas de casar, de separar, de ter filhos e as construções que partem daí. Significa estudar como estão sendo representados os espaços, formas de inscrever no lar e fora dele os cantos e recantos que são determinados para cada membro da família. Assim, é necessário estudar as formas de inventar a mãe, o pai, o homem, a mulher, a criança, o filho, a infância. Estudar as formas de representar família na imprensa significa, entre outras coisas, estudar de que forma aquilo que está sendo inventado ou que se buscou inventar no dia-a-dia, no cotidiano, instituiu-se através, também, do público, refletindo, de alguma forma, aspectos da sociedade em que se vivia.

No Recife, na década de 1930, existiam famílias que poderiam compor essa representação de família nuclear. Mas, em algumas delas, as mulheres possuíam o desejo de não se limitar à esfera do privado, ampliando os espaços por onde circulavam. Assim, elas estudaram. Algumas fizeram curso universitário, como a esposa de certo Tejo Limeira que, em 1937, era química industrial²⁰. Dai o

²⁰ MOTA, Mauro. São Paulo. 10 abr. 1937. Carta.

surgimento, na imprensa recifense, de artigos, que sugeriam estar a família ameaçada.

Em novembro de 1937 ocorreu, no Brasil, um golpe que manteve o então presidente, Getúlio Vargas, no poder. O período em que ele governou como ditador, de 1937 a 1945, foi chamado de Estado Novo. Nesse período seu governo reprimiu forças cujos interesses se opunham aos dele. A principal delas era formada por comunistas. O movimento integralista, que até então era aliado de Getúlio, passou para a oposição. Além da forte repressão a essas forças e a necessidade de constante afirmação de seu controle sobre a sociedade, o governo passou a se preocupar com a urbanização e industrialização no país. Nesse contexto, cada Estado da Federação passou a ser governado por um interventor, pessoa de confiança do chefe da Nação. No caso de Pernambuco, Agamenon Magalhães foi o nomeado para o cargo.

Agamenon foi um grande doutrinador. Ele se utilizou da mídia, possuindo espaço no jornal e no rádio, para chegar ao povo. Difundia a ideologia do Estado Novo, que pregava o intervencionismo estatal e a valorização da indústria, em meio ao esforço de urbanizar Recife. Logo no início de sua administração como interventor foi criado o jornal Folha da Manhã, sendo ele o principal acionista. Nesse veículo de comunicação, publicava diariamente seus artigos. Quando fez um ano de circulação, Agamenon escreveu sobre a função do jornal:

“A follhinha, comquanto informativa, é, por excellencia, um pregão de doutrina. Doutrina do Estado Novo, que é uma attitude deante do conflicto das culturas. O operário, o soldado, o homem de negocio, o estudante, as moças e senhoras da alta e da média sociedade, as massas, emfim, e as elites, precisam, nessa hora de curiosidade e inquietação, de alguém que lhes diga onde está a verdade”.²¹

²¹ MAGALHAES. Agamenon. O meu jornal. Recife: **Folha da Manhã**. 25 fev. 1939. p. 3.

Com isso, o interventor comunicava o objetivo desse jornal e definia o público ao qual ele se direcionava. Seria um jornal da verdade e esta deveria ser unicamente a professada pelo Estado Novo. Através do jornal ele pretendia se fazer presente em todos os cantos da sociedade. Seu texto, com as idéias que professava, deveria ser lido por todos. Através da Folha da Manhã, ele pretendia discutir questões que julgava importantes, inerentes ao Estado de Pernambuco. No trecho, citado acima, ao mesmo tempo em que indicava a função do jornal e o público ao qual pretendia chegar, mostrava o caráter intervencionista presente na doutrina que professava, postando-se como mediador de conflitos entre classes distintas.

Dessa forma, o interventor colocava como opostos o Estado Liberal e o Estado Intervencionista e apontava para o segundo como a melhor opção para a sociedade em que vivia. A esse respeito, no início de 1945, publicou um artigo onde defendeu o autoritarismo e intervencionismo do Estado Novo em contraponto ao que ele chamava de “indecisão da democracia”:

“O desemprego, a falta de habitação e de condições mínimas de vida são problemas que não se resolvem com palavrório ou dialética de efeito momentâneo. Os regimes totalitários chegaram a dominar muitos espíritos e nações cultas, como a Alemanha, porque resolveram problemas diante dos quais as democracias ficaram indecisas e até incapazes para resolve-los²²”.

Assim, já bem no fim de sua administração, ele define o caráter intervencionista e controlador de seu governo como primordial para a solução de graves problemas sociais. Com esse discurso, Agamenon tentou legitimar a idéia de que através de uma política de intervenção, que criava mecanismos que tolhiam qualquer eventual tentativa de oposição ao regime, graves problemas sociais teriam

²² MAGALHÃES, Agamenon. A idéia democrática. **Folha da Manhã**. Recife, 14 jan. 1945. p. 3.

sido resolvidos. O conflito social foi escamoteado por uma suposta paz, trazida pelos ventos do Estado Novo.

Nesse contexto, surgiram textos na imprensa que falavam da família. A preocupação com a família coadunava-se com o processo de centralização do poder político e a tentativa de minar forças de oposição ao governo. Assim, analisamos artigos sobre família ou aqueles que, de alguma forma, faziam menção a ela. Esses artigos foram coletados na Folha da Manhã e no Jornal do Commercio. Procuramos entender como os articulistas desses dois jornais se utilizaram da família para defender interesses geralmente associados ao governo. Estudamos o discurso sobre a família e o que ele significa. Assim, nosso objeto de estudo é o discurso sobre família, publicado em artigos de dois jornais conservadores. Buscamos verificar como a família estava sendo representada e de que forma ela era utilizada nesses artigos. Esses textos geralmente traziam em seu conteúdo idéias professadas pelo interventor e seus aliados.

A importância da Folha da Manhã em nossa pesquisa reside em ser este um jornal do governo. O jornal do Commercio, por outro lado, esforçava-se em legitimar uma representação de família moderna e burguesa da qual o interventor se apropriava em seus artigos na Folha da Manhã. Assim, aliamos artigos do primeiro jornal ao segundo, para entendermos melhor o discurso presente nos escritos de Agamenon e de outros articulistas que faziam eco aos interesses do governo.

Com isso, enquanto a Folha da Manhã publicava artigos que falavam da necessidade de proteção da família, o Jornal do Commercio publicava textos que expressavam qual família seria essa, definindo o que seria ser pai, mãe e filho. Muitas vezes, esses artigos contavam histórias que se passavam nos Estados

Unidos, fazendo do sonho americano o sonho brasileiro. Foi o caso da história da mãe que se desfez de seu bebê, publicada em 1939, que começa assim:

“Deixe-me entregar seu bebê a esta senhora rica – disse a enfermeira Gertrude Wilkins a u’a mãe jovem e ainda solteira, no hospital da Universidade da Callifornia, em São Francisco – A criança terá bôa casa, luxo e conforto, muito mais do que a senhora possa fazer. – E Elisabeth Hooper, preocupada com outros problemas muito complexos, consentiu na entrega. Isto foi em janeiro de 1912. Bem depressa, porém, a mãe estava com saudade do seu bebê e debalde o procurou por toda parte, embora já casada com um policial e mãe de mais de duas crianças”.²³

Nessa história, a mãe entrega a filha e depois se arrepende. Passado muito tempo de procura a encontra, já adulta, casada e com filho de 6 meses. É o caso da mãe solteira, que se vê obrigada a abrir mão de sua filha, por mais difícil que isso seja. Esse texto representa a figura da mãe como insubstituível. Pais adotivos não conseguiriam jamais cuidar da criança como uma mãe. É o que diz o texto mais tarde:

“Seja qual for o trato que recebí dos meus pais adoptivos, a attracção do sangue não se pode negar e bem a experimentei quando encontrei minha verdadeira mãe e sabia já que estava gostando della”²⁴.

O amor materno, o elo que liga mãe e filha, aparece naturalizado e, dessa forma, por melhor que tenha sido a mãe adotiva, nunca seria igual a mãe biológica. Dessa forma, o artigo enfatiza a importância da figura da mãe, que mesmo em sua ausência, é importante.

Da mesma forma que aqui o Jornal trabalhou a questão da mãe solteira e o elo biológico que une mãe e filha, em outros artigos fala do casamento, do lugar da mulher na sociedade, do amor, enfim, assuntos que ajudam a compor significados de família no período estudado. Um outro ponto interessante nesse tipo de artigo é a

²³ A mai que se desfez do seu bebê. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 jan. 1939. (Segunda Secção).

²⁴ Ibidem.

necessidade de se colocar os Estados Unidos como referência. Casos como o da mãe que adotou a filha e depois se arrependeu certamente existiam no Brasil. Contudo, a necessidade do jornal de explorar um caso ocorrido na América do Norte indica a valorização de um universo simbólico, na sociedade brasileira, que significava ser os EUA modelo para o Brasil. No caso em tela, trata-se de uma representação de mulher ideal.

Por outro lado, o Japão era significado como país que oprimia as mulheres. Seria o contra-modelo. Curiosamente, a representação da mulher japonesa assemelhava-se a da mulher da família patriarcal, que significava o velho:

“No país dos terremotos, a questão matrimonial não passa de um negócio, que se discute como qualquer outro. O lado sentimental não pesa absolutamente na balança – é coisa sem importância²⁵”

O Japão, ao contrário dos EUA, foi significado negativamente. Classificá-lo como país dos terremotos deu ênfase ao significado negativo imputado a esse país. Os artigos que falavam da América do Norte esforçavam-se em dar legitimidade a uma família constituída com base no amor materno. Em contraponto a isso, o artigo sobre o Japão provavelmente traria à memória do leitor, uma imagem bem familiar: a da mulher na família patriarcal, do império ou da colônia.

Dessa forma, o Jornal utilizava-se de um jogo dos opostos, de um lado os EUA representavam a civilização, a cidade, a indústria, a república, o moderno, o novo. Do outro lado estava o Japão, significando o velho, a colônia ou o Império brasileiro, o campo, ou seja, valores que uma parcela da sociedade significava de forma negativa, em seu esforço modernizador.

Entendemos que a forma de significar família, no Jornal do Commercio, não era diferente da que encontramos na Folha da Manhã. Tratava-se de uma forma de

²⁵ A mulher no Japão. **Jornal do Commercio**. Recife, 29 jan. 1939. p. 3. (Pagina Feminina).

significar família pautada no saber médico e em uma forma de se socializar e construir os espaços da casa e da rua. O amor materno, nesse sentido, ajudou a definir a função da mulher na família, diferenciando-a da figura do homem, do pai. Ou seja, ambos os jornais estavam ocupados com o projeto de modernização e modernidade na sociedade brasileira.

Quando falamos em modernidade, ou em moderno, não nos referimos apenas ao novo. Trata-se da modernidade enquanto projeto que, a partir de uma concepção de tempo linear, percebe o presente como melhor do que o passado e o futuro como melhor do que o presente. No momento de construção desse projeto, o ser humano se vê deslumbrado com as suas realizações, distanciando-se da natureza e dominando-a.

De acordo com essa concepção, a humanidade estaria sempre “evoluindo” em direção a uma sociedade perfeita. Imbuído desse “sonho” de modernidade a cidade se deslumbrava com as transformações que ela mesma produzia. As transformações que saem do âmago desse projeto de modernidade e instauram o novo na cidade é o que chamamos de modernização. Contudo, a instauração do novo não substituía necessariamente o antigo. Os dois jornais estavam imbuídos do sentimento de modernidade que re-significava espaços, sentimentos e formas de circular pela cidade²⁶.

Analisaremos os artigos presentes nesses jornais, compreendendo-os como fragmentos de discurso. Entendemos discurso como aquilo que a palavra significa, dentro do contexto em que está sendo produzido. Assim, o discurso não é o que é dito, simplesmente, mas o que o dito significa. Para analisar os discursos presentes

²⁶ Sobre esse assunto ver: LÊ GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003. (173- 206) p.; KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós industrial à pós moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997. (78 –111)p.; RESENDE, Antônio Paulo de Moraes **(Dês)encantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997. (107-135)p.

em artigos publicados nos jornais já citados, foi útil a leitura de Eni P. Orlandi²⁷, como também de Michel Foucault²⁸.

Dessa forma, acreditamos que o discurso não se circunscreve ao que foi dito, ao que está escrito em um artigo. Aquilo que foi escrito e publicado em um jornal não abarca tudo o que significa²⁹. Assim, o discurso ultrapassa as fronteiras do conteúdo presente no artigo do jornal e significa para além dele.

Sob influência de Foucault³⁰, entendemos a sociedade como um espaço de disputa e, nesse caso, o jornal aparece como uma das vias de verbalização das relações de poder, onde o que pode ser dito é divulgado de forma sedutora. Com isso, na análise dos documentos coletados, inspirou-nos o conceito de poder e de disciplina de Michel Foucault. Segundo essa linha de pensamento, as relações de poder não ocorrem apenas na esfera macro. Micro-poderes circulam pela sociedade. Em face disso, o poder que os pais exercem sobre os filhos e os filhos sobre os pais merecem atenção. A sociedade torna-se um espaço de disputas, onde discursos são construídos através de um saber-poder que legitima verdades que não são neutras. Nesse jogo de poderes, cada discurso parte de um lugar cujos interesses o discurso visa legitimar.

Em cada momento histórico, em cada sociedade, as formas de dar significado às coisas são inventadas, construídas, modificadas. Em sociedade as pessoas são sempre observadas, vigiadas. No momento em que tomam atitudes que transgridem

²⁷ ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

²⁸ Sobre Foucault ver: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber Vol. 1. 15^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.; FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.; FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 7^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.; FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

²⁹ Ver: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (23-34)p.; ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. (25-34)p.

³⁰ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. (01 – 14)p.

códigos, regras, normas de conduta estabelecidas em sociedade e cuja violação é tacitamente condenada, são punidos. Dessa forma, falar em disciplina significa pensar em meios de coerção que cercam o indivíduo, possuindo um objetivo tácito³¹. Controla-se, meticulosamente, o corpo do indivíduo, bem como o espaço por onde ele circula. Define-se onde ele deve estar, a qual lugar pertence, onde pode ser mais útil.

Nos jornais em análise, estão presentes estratégias de luta e de controle do corpo social. O que foi escrito nesses meios de comunicação constituiu-se uma representação. A representação³² substitui a coisa representada e, ao mesmo tempo, a torna presente. No caso em tela, a família que foi composta nos artigos dos jornais não era a família em si. Tratava-se de como ela estava sendo significada pelos articulistas. O autor de cada artigo publicado possuía sonhos e desejos que influenciavam a escrita de seu texto. Sua forma de significar cada coisa partia da sociedade em que vivia. Assim, ao mencionar a família, em seu texto, aglutinava uma série de sinais que eram logo reconhecidos pelo leitor, que os associava a sua realidade.

Assim, trabalharemos no primeiro capítulo a formação da família dita moderna. A partir da historiografia particularmente francesa e brasileira, procuramos entender como a família moderna e o discurso que a significa foram construídos. Para podermos analisar a documentação coletada foi necessário buscar onde foram produzidos os signos que reunidos, culminaram na formação dessa família, de que tratam os jornais de Recife durante o período de 1937 a 1945.

³¹ Sobre o conceito de disciplina ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 7^a ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. (125-152)p.; REVEL, Judith. **FOUCAULT: Conceitos essenciais**. São Carlos: Editora Claraluz, 2005. 35 p.

³² GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (85 – 103)p.

No capítulo seguinte, analisamos documentação referente a questões de gênero. Analisamos a influência do discurso da maternidade, da amamentação, a relação entre mulher e trabalho, as formas de ser homem e mulher na casa e fora dela, para podermos entender como essas questões são reunidas em sociedade, criando uma série de signos que formam uma representação de família. Buscamos constatar como o governo se apropriou dessa representação para legitimar suas ações.

Foi importante, para o presente estudo, perceber como os artigos do Interventor de Pernambuco reuniam símbolos que representavam uma forma de se movimentar em família, de definir poderes e de separar, com muito cuidado, o feminino do masculino. Procuramos entender como era montado e utilizado esse conjunto de símbolos pelas forças pró-governo.

Nesse caso, trabalhamos principalmente com a análise do que foi escrito sobre ações governamentais importantes para esse estudo por se apropriarem da representação de família moderna. Dentre estas, sobressaem-se a tentativa do Estado de destruir os mocambos e transladar sua população para villas operárias e a prática de educação física nas escolas estaduais. Essas duas ações relacionam-se com a relação entre mulher e trabalho, que foi tratada com grande atenção pelos jornais locais da época.

Por fim, o terceiro capítulo trata da forma como os discursos pró-governo se apropriaram dessa representação de família moderna presente nos jornais da época. Iniciamos nossa discussão, nesse tópico, tratando da influência do amor romântico na construção de uma nova sociabilidade, que modifica as relações de poder no interior da casa. A importância em tratar dessa questão está em demonstrar que os códigos que são apropriados pelos discursos pró-governo, do

interventor ou de alguma outra personagem cujo texto se coadune com o do primeiro, estão imersos em uma representação de família que teria como base o amor romântico. Por isso, essa forma de amar é a nossa ponte para os textos que se apropriavam de uma forma de significar família.

1. NOVA SOCIEDADE; FAMÍLIA NOVA

Nesse capítulo, vamos tratar da construção da família moderna para podermos entender de onde partem os textos que falam sobre família. Nesse sentido, nosso objetivo é historiar a carga discursiva presente na documentação coletada. Para isso, precisamos entender como a família foi construída na Europa e depois como foi se formando no Brasil, para então entendermos o discurso que a menciona, durante o período de 1937 a 1945. Assim, entenderemos como se formaram e se uniram os elementos que compuseram o discurso conservador que fala da família moderna e nuclear³³.

Philippe Ariès,³⁴ instituiu como marco para o início da formação da família moderna, na Europa, o século XV. Para ele, a partir desse momento, outros tons começam a fazer parte da criação da família. Até então, e ainda durante o século XV, havia o costume, nas famílias, de enviar seus filhos, ainda bem pequenos, para serem educados em outras famílias. Eles aprenderiam, então, uma moral e bons costumes típicos de um momento histórico em que os espaços do público e do privado ainda não haviam se separado e todo trabalho era realizado na casa³⁵.

Dessa forma, as crianças aprendiam os costumes da época vivendo no mesmo universo que os adultos, aprendendo com eles as regras, os códigos de conduta e de ética próprios daquele momento. O século XV marcou o início do que Ariès chamou de “uma revolução profunda e lenta”³⁶, em que antigos hábitos, formas de se construir relações sociais e vínculos com os outros começou a mudar. Aos poucos, as famílias foram construindo um espaço para a criança, onde ela o

³³ Nesse capítulo procuramos entender o contexto histórico a partir do qual foram produzidos os discursos no período estudado. A esse respeito ver: ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. (30-36)p.

³⁴ ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.p.154.

³⁵ *Ibidem*, (156-157)p.

³⁶ *Ibidem*, p. 159.

significava como seu.³⁷ A necessidade de construção desse mundo infantil se deu no momento em que o mundo do adulto passou a ser considerado nocivo para ela³⁸. Para Ariès³⁹, a inserção da criança no seio da família e a construção de um universo dela foram fundamentais na invenção da família moderna.

Para ele, a criação de um universo infantil modifica a forma de se pensar a educação da criança, que antes era realizada através da experiência que ela tinha, convivendo com o mundo dos adultos e circulando por onde estes circulavam. Há uma discussão travada entre historiadores a respeito do sentimento de infância durante a Idade Média. Para Ariès⁴⁰, não havia um sentimento de infância durante este período, entretanto outros autores contestam essa percepção. Segundo Colin Heywood,⁴¹ citando David Archard, há a possibilidade de o sentimento de infância, durante a Idade Média, ser tão diferente do nosso que impossibilitaria sua identificação. Contudo, Heywood sinaliza para a possibilidade de identificação do sentimento de infância durante o período⁴². Mas, discutir aqui essa questão não é muito frutífero, visto que, nesse momento, nos interessa perceber a construção de um novo sentimento de família e não simplesmente uma mudança no que tange a existência ou não, na Idade Média, de uma sensibilidade inerente à infância. Importa-nos, portanto, no que diz respeito à criança, entender o esforço em modificar o seu espaço.

³⁷ Pretendemos aqui, dizer que esse espaço infantil era um espaço para a criança e ao mesmo tempo da criança. Isso significa dizer que, ao mesmo tempo em que um espaço era construído para a criança, esta se apropriava dele e passava a considerar esse espaço como seu.

³⁸ A documentação coletada para esse trabalho indica a preocupação de setores da sociedade recifense com a criança. A preocupação do governo girava em torno da mortalidade infantil e da educação. Também havia quem acreditasse que uma criança pequena não deveria ir ao cinema, o que indica o desejo de uma fração da sociedade em melhor delimitar a distância entre o que seria e o que não seria infantil.

³⁹ ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.p.164.

⁴⁰ *Ibidem*, (17-31)p.

⁴¹ Sobre esse assunto ver: HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: ARTMED, 2004. (23- 30)p.

⁴² *Ibidem*, (23- 30)p.

Philippe Áries⁴³ não foi o único a mencionar a prática das mães em deixar seus filhos com outras mulheres depois que eles completavam certa idade. Jacques Donzelot⁴⁴, estudando a preocupação com as crianças, durante o século XVIII, na Europa, verificou a existência de uma abundante literatura médica tendo como tema o que ele chamou de “conservação das crianças⁴⁵”. Ele observou que os médicos, administradores e militares estavam com suas atenções voltadas para a criança e que estava em foco três costumes educativos comuns ao século XVIII. Um deles consistia em levar as crianças abandonadas para os hospícios, local onde iam aqueles que, de alguma forma, ameaçavam a ordem. Um outro costume consistia na criação dos filhos por amas de leites. O terceiro costume era o da educação artificial das crianças ricas. Nesse caso, o perigo da técnica adotada estava naquilo que elas possibilitariam: o empobrecimento da nação e o enfraquecimento de sua elite.

Quanto ao primeiro costume, observou que no hospício, o número de mortes de crianças era muito alto. Por outro lado havia o custo para manter as crianças abandonadas neste tipo de lugar. Havia a expectativa de que, quando adultas, elas pudessem compensar esses gastos. Como não tinham pais, não possuíam família, eram crianças abandonadas. Isso significava que poderiam, quando adultas, desempenhar tarefas de colonização, na milícia ou na marinha, atividades perigosas, porém, para essas pessoas provenientes dos hospícios, não seria um grande problema pois, como não tinham ninguém, não possuíam motivos para temer a morte.

As crianças das classes médias, cujas famílias habitavam a cidade, eram criadas por mulheres com as quais não tinham vínculo familiar, que Donzelot

⁴³ ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. (154-189)p.

⁴⁴ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 16.

⁴⁵ *Ibidem*, (15-48)p.

chamou de nutrizes. Essas mulheres tinham, nessa prática, importante fonte de renda. As mães das classes médias, cujos maridos muitas vezes eram comerciantes, recorriam às nutrizes por falta de tempo para cuidar de seus filhos. Já as mulheres ricas, recorriam a esse mesmo expediente, para evitar a amamentação, que era tida como um fardo.

No uso desta prática, o poder aquisitivo determinava a distância entre as nutrizes e a mãe. Aquelas com mais dinheiro mandavam seus filhos para nutrizes que viviam mais perto da cidade. Às mulheres menos abastardas restava empregar nutrizes que moravam mais distantes.

Além disso, os mais ricos poderiam ter seus filhos cuidados por uma única nutriz, entretanto, a dedicação exclusiva de uma nutriz não significaria necessariamente bons cuidados e uma boa educação. Os médicos associaram o mau comportamento de crianças de famílias abastardas com o de suas nutrizes e chegaram a conclusão de que a educação via nutriz não seria benigna para a criança. Acreditavam, inclusive, que os maus hábitos poderiam ser adquiridos através da amamentação⁴⁶.

Assim, substituíram o emprego da nutriz por uma outra forma de educação e a criança, anteriormente longe da casa da família, agora estaria sendo inserida nela, sendo cuidada, vigiada e disciplinada pelos seus pais e pela escola. Assim, surgiu uma nova forma de sociabilidade, onde os laços de amizade passam a ceder espaço para os laços de família. A figura do amigo, produzida pelos laços de servidão voluntária,⁴⁷ que ajudava a compor as relações de poder durante a Idade Média, passou a ser substituída por uma outra série de relações, agora familiares.

⁴⁶ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 18.

⁴⁷ CASTAN, Yves. **Política e vida privada**. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs). **História da vida privada vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (27-69)p.

Para Áries⁴⁸, a escola e a família biológica separavam a criança do adulto criando, para ela, um espaço novo, infantil, que a preparava para a vida adulta. Assim, ela deixaria de ser criada por outra família e passaria a ser educada pelos seus pais, que vigiarão seus movimentos, observando seus passos, sua conduta, determinando como ela deveria agir. Neste caso, o universo da criança a prepararia para o mundo do adulto, distanciando-a das atividades inerentes ao mundo adulto e vivenciando outras, novas, mas infantis, que se apresentavam transmissoras de uma nova moral⁴⁹. Entretanto, não foram todas as crianças inseridas de imediato nesse novo modelo, nem foram todas as famílias que começam a se configurar sob essa nova forma. Inicialmente, apenas as crianças das classes médias deixaram de habitar a casa de outras famílias passando a serem educadas na escola e na sua própria família.

Este hábito não foi isento de crítica à época. Assim, a preocupação com a criança não passou, necessariamente pela crença da importância da construção de um universo seu. Para setores da sociedade dessa época, distanciar a criança do universo do adulto parecia pouco saudável para ela. Aos poucos a escola foi ganhando adeptos, constituindo espaço racional de controle da criança, que através dela, se prepararia para o mundo do adulto.

O esforço em separar uma classe social de outra e controlar o infante foi muito mais representativo na construção do espaço infantil do que a percepção da necessidade de separar a criança do mundo do adulto. Para Ariès, essa nova forma de se relacionar com a criança, bem como a diferenciação dos espaços do público e do privado e a invenção de uma nova sociabilidade constituíram importantes marcos na construção da família moderna.

⁴⁸ ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.159.

⁴⁹ *Ibidem*, p.159.

Nesse sentido, concordamos com Guacira Lopes Louro⁵⁰, que acredita ser a escola um espaço de construção das diferenças. A diferença entre a criança e o adulto, como muito bem pontuou Ariès, foi apenas a primeira a ser construída nesse espaço. A escola, ontem e hoje, diferencia o adulto da criança, o rico do pobre, o menino da menina, uma religião da outra, enfim, cria um universo dentro de sua estrutura que define quem é quem, criando um mundo de sentidos, com base na diferença. Foi a sociedade moderna, pós Revolução Francesa, que consolidou esse espaço de educação no mundo ocidental.

Foi também com a Revolução Francesa e a invenção da sociedade burguesa que fizeram com que se acentuassem as diferenças entre o público e o privado, dando um novo valor a família e re-elaborando o significado de propriedade privada. Neste processo, um novo ideal doméstico foi composto, ao mesmo tempo em que foram construídos os novos espaços da casa⁵¹.

A separação que se estabeleceu entre público e privado implicou na re-significação de espaços já existentes, transformando-os e dando-lhes um novo caráter. Na casa, passou a existir uma normatização dos cômodos, onde cada um deles obteve uma função específica. Os quartos de dormir separaram o íntimo, espaço privativo da família, do que seria comum, interditando o acesso a quem não pertenceria a ela.

Nesta nova concepção de residência os espaços comuns apresentaram-se classificados e sua ocupação pelos membros da família foi definida através de critérios pré-determinados socialmente. O significado dado para cada espaço da casa não foi construído pela família, mas sim por códigos não inscritos, inventados

⁵⁰ LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. (57 – 87)p.

⁵¹ PERROT, Michelle. **Outrora, em outro lugar**. In: (orgs). PERROT, Michelle **História da vida privada vol. 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (17-19)p.

pela sociedade da qual a família fazia parte. Dessa forma, tanto ontem como hoje, a cozinha, a sala, o terraço, são espaços que, apesar de privados, são comuns a todos os membros da casa e alguns, como a sala, o terraço, o jardim, constituem espaços para receber visitas. Entretanto, para circular por esses espaços comuns, da residência, é necessária permissão da família que ali reside.

Fora da casa, os espaços também foram re-definidos. A rua passou a ser o oposto da casa, o lugar do trabalho. Como foi desalojado da casa, o trabalho agora precisou fazer-se na rua, que passou a ser entendida como espaço comum a todos, público. Criou-se, nesse ambiente do público, não só o espaço do trabalho, mas também do lazer, da diversão, do estudo e também daquele indivíduo que não conseguiu se adequar aos códigos produzidos em sociedade. Definiu-se, inclusive, que tipo de diversão seria adequada para quem. Desta forma, esse espaço do público, apesar de comum a todos, não era homogêneo, criando espaços e diferenciando-os de outros.

Nessa nova ordem social e familiar, foi levado a pauta de discussão o direito do primogênito a todos os bens da família.⁵² Sobre esse assunto Ariès⁵³ escreveu que a partir do momento em que a escola venceu a aprendizagem na casa de outra família os problemas morais ganharam uma outra tônica. Um deles diz respeito a quem deveria herdar os bens da família.

O longo debate que se estabeleceu culminou na definição da igualdade de direitos de todos os filhos⁵⁴. Dentre as dificuldades superadas, estava a idéia de que tal igualdade levaria a repartição dos bens de família e isto acarretaria no enfraquecimento do patrimônio familiar. Contudo, a prática de ter por herdeiro de

⁵² ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. p.161.

⁵³ *Ibidem*, p. 161.

⁵⁴ A esse respeito ver também: Flandrin, Jean- Louis. **Famílias: Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga**. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (140 -151)p.

todos os bens da família o filho primogênito, foi ganhando a pecha de injustiça e com isso se tornando cada vez menos comum.

Ao mesmo tempo em que a nascente sociedade burguesa repensou a propriedade privada o “eu” passou a ser uma preocupação constante entre os burgueses. A introspecção ajudou a instaurar uma nova forma de pensar a inserção de cada um no mundo. Peter Gay,⁵⁵ ao tratar da introspecção burguesa dos séculos XVIII e XIX, estudou o romantismo e a sua defesa da imaginação ante o primado da razão.

Com o iluminismo, a razão sobrepôs-se a imaginação, separando uma da outra como se não fosse possível associar razão e imaginação. Ele afirmou que durante o século XIX, a busca do “eu”, a introspecção, fez o indivíduo emergir do seio da comunidade ao qual pertencia. O desencantamento do mundo, promovido pela razão iluminista, ajudou a construir os espaços nessa nova sociedade em que o indivíduo sobrepôs-se a coletividade e separou, dividiu, deu um novo caráter a sociedade. Com isso, deixou o ser humano só, desprovido dos laços que possuía antes.

Nesta nova ordem, o segredo foi confinado à esfera do privado, onde passou a ser guardado o que era íntimo, aquilo que não poderia ser revelado a ninguém. A família tornou-se, então, a instituição que salvaguardaria os segredos, ajudando a definir papéis para cada um de seus membros. Nela se construiu todo um universo privado, com seus rituais e uma linguagem específica⁵⁶, com códigos próprios desse

⁵⁵ GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das letras, 1999. (11-19)p.

⁵⁶ Sobre a criação de códigos familiares ver: GATTAI, Zélia. **Códigos de família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

espaço do segredo, cuja dinâmica e conhecimento são de acesso restrito a poucos⁵⁷.

Assim, instituiu-se toda uma nova forma de se construir relações sociais sobre uma nova afetividade que construiu na casa uma série de signos que a diferenciaram da rua. A partir daí formou-se uma higiene que modificou os hábitos. Toda uma economia de gestos, considerados “civilizados”, passaram a destacar e diferenciar o correto do errado, o limpo do sujo, o saudável do doentio. Nesse momento, o saber médico aliou-se à mulher e penetrou nas formas de se agir em sociedade, instituindo o que poderia ser considerado saudável, modificando os hábitos, na casa e na rua.

Enfim, a Revolução Francesa e a instauração de um novo regime de governo não significaram, necessariamente, apenas uma mudança política. Nesse caso em específico, a substituição de uma aristocracia pela burguesia tornou necessária uma série de reformas que mudaram os signos que representavam o regime anterior por outros, que ajudaram a consolidar o atual.

A criação de uma sociedade burguesa fez emergir uma nova forma de pensar família. Novos códigos a circundaram, novas formas de viver, de agir, de circular em sociedade, separando, dividindo e determinando novos espaços que ajudaram a criar essa família ou, pelo menos, a necessidade dela.

Segundo Elisabeth Roudinesco⁵⁸, a dominação do pai coaduna-se com o tipo de governo sob o qual a sociedade está subjugada. Assim, a Revolução Francesa possibilitou uma nova estrutura social e familiar fazendo com que o pai, com o tempo, fosse perdendo essa sua autoridade soberana, que teria persistido até o final

⁵⁷ RANUN, Orest. Os refúgios da intimidade In: Ariès, Philippe et al (org). **História da vida privada vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (211-265)p.

⁵⁸ ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. (13-45)p.

do século XIX. A soberania do “Deus-Pai”, ao ser relativizada foi, lentamente, perdendo força. Esse Deus – Pai, símbolo da onipotência do poder masculino, foi substituído pelo pai –patrão.

Com o fim do Estado monárquico, a soberania patriarcal se re-organizou. Surgiu o “pai-patrão”, que assumiu o lugar que antes era do “pai-Deus”, representando a figura daquele que protegeria o operário do mundo e dele mesmo. Esse novo pai passou a circular entre a fábrica e a família, o público e o privado, definindo suas relações de poder a partir dessa relação dual entre chefe de família e chefe de seus operários.

Para Roudinesco, em casa e no trabalho esse pai impôs limites “ao exercício da onipotência do feminino⁵⁹”. Assim, a ordem familiar burguesa se basearia em três fundamentos: a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos.

Naquele momento em que foi facultado à mãe e à maternidade um lugar de poder dentro da casa, tornou-se possível um maior controle do sexo feminino, com o objetivo de impedir a irrupção do feminino, que poderia eliminar a diferença dos sexos. Ainda segundo Roudinesco, o papel de “mãe” possibilitaria ao corpo social “a resistência à tirania de um gozo feminino, capaz, pensa-se, de eliminar a diferença dos sexos⁶⁰”.

Os discursos que davam significado ao homem e a mulher pretendiam, muitas vezes, destacar a superioridade masculina à feminina. Os deveres do homem e da mulher foram redefinidos. O homem como aquele que devia dar sustento a família e a mulher tendo seu lugar na casa, dando suporte, do e no lar, ao marido. Contudo, a

⁵⁹ Ibidem, (35-45)p.

⁶⁰ Ibidem

construção desses dois universos, sob o signo da diferença, realizaram-se sustentados em forte tensão.

Assim como Roudinesco, Peter Gay percebeu essa tensão existente entre o universo do feminino e do masculino pós Revolução Francesa. Ele também estudou sobre a necessidade de alocar a mulher na casa, vigiando-a e controlando-a. Em meio a essa redefinição de papéis, toda uma carga simbólica foi construída, relacionando a mulher ao “sexo misterioso”, difícil de entender. Assim, criava-se uma barreira de proteção entre os dois universos e também entre o público, espaço masculino, e o privado, espaço feminino. Ao mesmo tempo, a diferença de gênero era naturalizada, reforçando ainda mais a barreira entre homem e mulher.

Segundo Peter Gay, os burgueses europeus e norte-americanos, durante o século XIX, acreditavam que as mulheres já tinham todo o poder que precisavam. Elas não possuíam as mesmas características que os homens para caminhar com desenvoltura pelo mundo do trabalho, por isso, por serem fisiologicamente incapazes de bem atuar no público, deveriam ficar apenas em casa. Mais uma vez voltamos a questão de que a mulher teria, no lar, controle sob o marido e não precisaria de mais poder do que este.

Com isso, delimitamos os elementos que compuseram o discurso da família moderna. Uma nova forma de lidar com o outro redefiniu a configuração de espaços em sociedade. Junto a isso, a substituição da fé pela razão, a crescente separação entre o público e o privado e o esforço de reconstrução do que significaria homem e mulher construíram uma estrutura social que deu sentido a concepção de família moderna.

No caso do Brasil, a insurreição dessa nova família, moderna e cidadina, se deu com o declínio do império e a substituição de um regime por outro. O fim do

império marcou também a decadência da família patriarcal. As relações de trabalho se modificaram, com a abolição da escravatura, e uma nova sensibilidade, junto com a construção de novos espaços, surgiu, modificando o comportamento das pessoas, com a construção de uma nova moral⁶¹.

Durante o século XIX iniciou, no Brasil, sob influência européia, um esforço de organização e normatização dos espaços do público e do privado onde o público passou a significar o oposto de privado. A meta desse esforço era a de “civilizar⁶²” a cidade, seja no Rio de Janeiro, seja em Olinda ou Recife. Nesse aspecto, o médico ocupou um papel chave, pois foi através dele que se instituiu, como na Europa, que práticas poderiam ser consideradas saudáveis. Assim, o saber médico invadiu a casa e a rua, modificando hábitos e gerando novos códigos de conduta em família⁶³.

O saber médico⁶⁴ passou a atuar, a partir do século XIX, no público, de dentro do corpo do Estado, através do Conselho Geral de Salubridade Pública, no sentido de construir um espaço público higiênico. Nesse esforço civilizador, o saber médico aglutinou para si instâncias de saber-poder que antes pertenciam a outras esferas da sociedade, como no caso da substituição do padre pelo médico, no momento da confecção e gerenciamento dos atestados de nascimento e óbito⁶⁵.

⁶¹ Ver: D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (223-240)p.

⁶² O conceito de civilização já faz menção à influência européia. Ser civilizado é ser como os franceses e ingleses. O conceito de civilização nasce do sentimento que ingleses e franceses têm de si mesmo e a universalização da idéia do que significa ser civilizado exprime algo da relação sócio-cultural entre esses países e o Brasil. Ser civilizado significa também ser moderno, nesse momento estudado. Ver: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. (23 – 50)p.

⁶³ Ver: D'INCAO, Maria Ângela. **Sentimentos modernos**: a família na literatura. São Paulo: Brasiliense, 1995. (93-102)p.

⁶⁴ A influência do saber médico na delimitação e estruturação dos espaços do público e do privado fazem parte de um projeto civilizador. Na Europa, a figura do médico foi primordial na constituição desses espaços, no esforço de criação de uma sociedade higiênica e o Brasil estava seguindo seus passos.

⁶⁵ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 366.

A figura do médico só pôde substituir a do padre com a construção de um universo simbólico que interpretava o mundo a partir da razão iluminista e não mais da fé. Com essa mudança, o ocidente substituiu a chegada ao céu, com a morte, enquanto ideal de vida, por um projeto de construção de uma sociedade perfeita, com base na razão humana. Uma razão que contemplava a possibilidade de descoberta do mundo e de transformação do ser-humano em Deus, que conhece e controla a natureza⁶⁶.

Assim, no Brasil como na Europa, o esforço de construção de um espaço público higiênico invadiu o privado, modificando-o. Jurandir Freire Costa⁶⁷ acredita que o auto índice de mortalidade infantil, no Brasil do início do século XIX, gerou um sentimento de que a família seria incapaz de cuidar bem de seus membros. A solução para essa suposta incapacidade das famílias consistiu na ingerência do saber médico, nesse esforço já mencionado de higienização, na casa.

A partir de então, a constituição de uma família saudável passava pela prática de uma educação física, moral, intelectual e sexual, que pretendia modificar bastante as formas de viver em família, no dia-a-dia. Foi com esse espírito que, em 1943, Agamenon Magalhães falou da necessidade da creche e da maternidade para dar assistência aos filhos de mulheres operárias e, dessa forma, combater a mortalidade infantil:

“A gestante operária precisa de cuidados especiais. A prova esta na cifra alarmante dos nati-mortos que as nossas estatísticas revelam. Façam os Institutos de Previdência as creches nas vilas operárias, que o meu govêrno fará as maternidades⁶⁸”.

⁶⁶ Sobre esse assunto ver: BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 1999. (37-84)p.; KUMAR, Krishan. **Da sociedade Pós-industrial à Pós-moderna**: novas teorias sobre o Mundo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. (78-111)p.

⁶⁷ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

⁶⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Casa, escola e creche. **Folha da Manhã**. Recife, 25 fev. 1943. p.3.

Com isso, reafirmou-se, já na década de 1940, esse sentimento presente ainda do século XIX de que as famílias não conseguiriam, sozinhas, cuidar de seus membros. O Interventor de Pernambuco, quando falou da necessidade de instalação da maternidade e da creche, para um público específico, acordou com esse discurso da insuficiência da família no cuidado para com seus membros. Ao mesmo tempo, estipulou a tipologia da assistência que a família de operários deveria receber.

Concluimos que tal artigo denota a vitória do saber médico em seu esforço higienizador dentro da família, posto que o interventor não precisou convencer o leitor da necessidade de se fazer maternidade para assistir a famílias cujas mães trabalhavam em fábricas. Portanto, esse artigo leva-nos a crer que, no momento de publicação desse artigo, o esforço higienizador já havia conseguido estimular a mudança dos hábitos dos adultos no que se refere a essa questão. Como vimos, esse esforço teve início ainda no século XIX, momento em que se acreditava que, a partir da educação das crianças, segundo preceitos de higiene previamente estipulados, conseguiriam influenciar as condutas dos adultos⁶⁹.

Em sua inserção na casa, o saber médico ajudou a criar signos da diferença entre público e privado que durante muito tempo se confundiam, no Brasil. Um grande exemplo disso consistiu na tentativa de retirar da rua um de seus papéis, em um momento em que a diferença entre casa e rua não era muito clara, o de reservatório dos detritos humanos, que eram jogados das casas na rua⁷⁰.

Contudo, não foi fácil extinguir essa forma de se utilizar a rua e, pelo menos até a segunda década do século XX, em Recife, ainda havia quem jogasse urina

⁶⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. (153-187)p.

⁷⁰ ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 388.

fora de casa⁷¹. O esforço, no século XIX, em criar um espaço, na casa, que excluísse dela, não mais pela rua, tais dejetos, levou muito tempo para lograr êxito. Não se tratava, simplesmente, de uma mudança na tecnologia utilizada nesse processo, com a substituição de receptáculos para urina e fezes pela bacia sanitária, mas também numa mudança de conduta, que passava pela criação de um sentimento de higiene⁷².

A consolidação desse esforço pela higiene deu sentido a comemoração, por Agamenon Magalhães, em 1941, da invasão do saber médico na sociedade. No momento do centenário da Sociedade de Medicina de Pernambuco o Interventor escreveu:

“Um século – de Maciel Monteiro a Otávio de Freitas, a Sociedade de Medicina de Pernambuco registra em seus anais a evolução de uma cultura, que surgiu do empirismo, da auscultação dos sintomas para o estudo das causas até o laboratório, as vacinas, o raio X, a higiene, o saneamento, a saúde pública, a defesa, enfim, do homem contra um mundo desconhecido de germes, mosquitos e transmissores de doenças, hoje vitoriosamente combatidas. Não há mais segredos para a ciência médica com os seus métodos de experimentação. A medicina tornou possível a vida humana em todos os climas. Transformando o homem em agente geográfico capaz de modificar e adaptar as condições físicas mais hostis da terra à civilização⁷³”.

Comemorava-se mais do que a existência, agora secular, da Sociedade de Medicina de Pernambuco. Tratava-se sim da comemoração do momento em que o saber médico encontrou espaço onde anteriormente estavam outras instâncias de saber, como o religioso e o jurídico-policial. Como vimos, em torno da ação de médicos higienistas, estava sendo construído um projeto civilizador para o Brasil. Nesse processo, a aliança da mulher – mãe – esposa, com o médico foi um elo

⁷¹ BEZERRA, Gregório. **Memórias**: primeira parte (1900 – 1945). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção retratos do Brasil). 148p.

⁷² Sobre o esforço em se construir uma bacia sanitária eficiente, que jogasse a urina e as fezes em um lugar diferente da rua, no caso o mar, ver ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o Riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. (389-403)p.

⁷³ MAGALHÃES, Agamenon. Cultura médica. **Folha da Manhã**. Recife, 04 abril 1941. p. 3.

importante na introdução da figura do médico e seu esforço civilizador na família. Além disso, essa união ajudou a definir os papéis do homem e da mulher na sociedade.

A esse respeito, em 19 de janeiro de 1939, no *Jornal do Commercio*, um anúncio de um remédio em letras garrafais evocava as mulheres-esposas, a intermediar o contato entre o produto e seus maridos. “Diga isso ao seu marido”, dizia o anúncio. Logo embaixo, em letra menor, narrava as mil e uma utilidades para o medicamento. O remédio serviria para uma série de doenças, da falta de apetite até dores no corpo ou queda de cabelo. O anúncio terminava aconselhando ter sempre em casa alguns vidros do tal medicamento, chamado de “Ventre-livre”⁷⁴.

Interessa-nos entender, nesse caso, como a diferença entre o homem e a mulher estava sendo indicada nesse anúncio. A mulher teria como função, na estratégia desse anúncio, a de divulgação do produto. Mas não se tratava de qualquer produto. Era um medicamento poderosíssimo, indicado para os homens. Quanto à mulher, aquela que cuida dos membros da família, seria caracterizada, no anúncio, como aquela que receita o remédio ao marido. Este sim, deveria tomá-lo para poder passar o dia bem. Neste quadro, a representação da mulher era a de boa esposa que toma conta, que cuida, dos seus familiares. Assim, o anúncio se utilizou de um ideal do ser feminino que possui respaldo em sociedade.

No mês seguinte, no dia 5 de fevereiro, outro anúncio do mesmo remédio foi publicado no mesmo jornal. Mas agora, a chamada, como o corpo do texto, eram diferentes. Desta vez não foi utilizado um mediador. O anúncio dirigiu-se diretamente aos homens, que consistia no público que pretendia atingir. A chamada foi direta: “Homens que trabalham”⁷⁵. No corpo do texto sugeria a eles que, caso tivessem se

⁷⁴ DIGA ISSO AO SEU MARIDO, *Jornal do commercio*, Recife, 19 jan. 1939.

⁷⁵ HOMENS que trabalham, *Jornal do commercio*, Recife, 05 de fev. 1939

esquecido de tomar o remédio antes de dormir no dia anterior, ainda haveria tempo. “Tome duas colheres de Ventre-Livre hoje à noite, antes de ir para a cama, que amanhã passará o dia bem e trabalhará com prazer⁷⁶”, dizia o anúncio. Nas linhas seguintes, tentava convencer o leitor, que acordou com dor de barriga ou algum outro sintoma, que o remédio se proporia a curar esses problemas. A informação era de que nos países mais adiantados os homens tomavam Ventre-Livre, pois trabalhavam muito e, por isso, precisavam de uma boa saúde.

Delineou-se, nesse texto, um ideal de homem e de mulher. O homem deveria tomar o remédio para poder trabalhar bem no dia seguinte e a mulher, como boa esposa, deveria cuidar do marido, receitando e lembrando-o de tomar esse medicamento. O jornal, enquanto formador de opinião, ajudava a construir, assim, os espaços idealizados para cada membro da família. Além disso, indicava uma relação entre tempo e trabalho que submetia ao espaço privado o frenético tempo da rua. Afinal, o circuito cotidiano do qual o homem fazia parte excluía parcialmente dele a figura da mulher. Nesse sentido, o remédio evocava ao homem a necessidade de preparar-se, mesmo na casa, para bem executar seu papel fora dela. Foi exatamente nesse momento que o tempo do trabalho se fez presente na casa.

A delimitação sexuada do trabalho era cuidadosamente indicada na imprensa. No jornal era dada grande ênfase a essa questão. Em uma única edição do Jornal do Commercio encontramos outros artigos, além dessa propaganda do remédio “Ventre-Livre, que refletem formas de pensar os espaços do masculino e do feminino e sinalizam para a importância de bem definir a diferença de gênero.

Assim, na página 2 do Jornal do Commercio do dia 05 de fevereiro de 1939, além dessa propaganda, encontramos o artigo “Uma atriz nunca deveria se casar⁷⁷”.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ HALL, Hall. Uma atriz nunca deveria se casar, **Jornal do commercio**. Recife, 05 de fev. 1939.

Na página 9 uma outra propaganda, que também percebia a mulher enquanto ponte para chegar ao homem, dizia em sua chamada: “Seu marido também tem direito de gozar a vida⁷⁸”. Por fim, na página 05, o anúncio da Kolinós⁷⁹ que se utilizava de uma forma de representar a família, com uma gravura da mãe com um filho pequeno no colo, e sua filha ao seu lado. Mãe e filha, com uma escova de dente na mão, olhavam para o bebê que sorria. Enquanto a mãe escovava os dentes de seu filho pequeno a irmã do garoto aprendia, com sua mãe, como cuidar do filho que teria quando adulta.

É interessante como, em uma mesma edição, o *Jornal do Commercio* apresentou uma série de indícios do que significaria, na época, o ideal de mãe. É curioso que, ao mesmo tempo em que havia a necessidade de reforçar o papel da mãe, sua imagem já possuía tanta força que era comumente utilizada em anúncios publicados no jornal. Provavelmente isso ocorria por que a necessidade não estava em fortalecer a importância do papel da mãe na família e sim na legitimação de determinadas condutas inerentes às funções maternas.

A questão do trabalho feminino exemplifica bem essa questão. O lugar da mulher era na casa e não fora dela. Diante da insistência de mulheres em trabalhar artigos foram publicados na imprensa procurando convencer o leitor do mal que a união entre mulher e trabalho poderia causar a família. A esse respeito, vamos nos ater, por um momento, no artigo já mencionado sobre a atriz que não deveria se casar, assinado por um tal de Hall Hall que coloca, ao lado do seu nome: “escritor estadunidense”. Evocava, com esse estratagem, o ideal de um modelo de sociedade Norte Americano, esperando com isso reforçar as idéias contidas em seu texto.

⁷⁸ Seu marido também tem direito de gozar a vida, *Jornal do commercio*. Recife, 05 de fev. 1939.

⁷⁹ SIM...todos nós usamos kolyinos, *Jornal do commercio*. Recife, 05 fev. 1939.

Para o articulista, a mulher que trabalhava não teria tempo para o marido. Chegaria em casa irritada, ele também, fazendo com que ambos não conseguissem conversar. O marido, não encontrando suporte na mulher, iria procurá-lo em outra. Por fim, a atriz afirmou que já havia se separado uma vez, por não ter deixado o trabalho para se dedicar aos deveres de esposa, e agora não pretendia errar novamente. Por isso, para se casar, queria primeiro poder deixar de trabalhar. A esse respeito o artigo conclui o seguinte:

“Segundo a nossa organização social, compete ao homem trabalhar e prover o sustento da família. A mulher cuida da casa e dos filhos. E quando o marido regressa, à noite, quer achá-la entre os seus afazeres de esposa⁸⁰”.

Através desse texto percebemos o indício de uma discussão da época referente a relação entre casamento e trabalho. Quando as mulheres passaram a dar significativa importância ao trabalho que exerciam antes do casamento, inculcaram o desejo de continuar a exercê-lo depois de casadas. Ou ainda, quando não tinham como deixar de trabalhar precisavam pensar em uma forma de conciliar casamento e trabalho.

É interessante detectar os signos que foram unidos durante a construção desse texto. Estados Unidos e estrela de cinema foram postos lado-a-lado, criando uma atmosfera sedutora, envolvente. Era o mundo dos sonhos afirmando, delicadamente, que a relação mulher-trabalho destruiria o casamento e a família. Quem lesse esse artigo rapidamente uniria uma série de elementos que não se construíram juntos, mas nesse arranjo discursivo que os une, ganhavam significado.

Provavelmente o leitor relacionaria Estados Unidos com “civilização” e o cinema evocava um mundo mágico, do sonho e do desejo. Assim, ao elencar elementos que não precisariam estar dispostos juntos, no mesmo texto, pois não

⁸⁰ HAL, Hall. Uma atriz nunca deveria casar-se, **Jornal do commercio**, Recife, 05 fev. 1939.

saíram do mesmo lugar, se construiu um argumento bastante sedutor, que criou oposição entre felicidade e infelicidade a partir da relação entre mulher e trabalho.

O ocidente, ao substituir a felicidade em Deus por uma felicidade terrena deu novo sentido a possibilidade de ser feliz. Assim, a felicidade passou a ser objeto de desejo humano em vida⁸¹. Daí surgiu a necessidade de encontrá-la em alguém, em algum lugar, em uma determinada posição social, enfim, no seio da ação humana de construção da sociedade. O artigo definiu um lugar para ela dentro da casa, na tentativa de aquietar a mulher que quer trabalhar e constituir família ao mesmo tempo.

O artigo alertava que casamento e mulher trabalhando poderiam até ocorrer, mas causaria infelicidade. O fardo da infelicidade, do conflito, do desentendimento era jogado sobre o casamento. A relação entre mulher e trabalho seria como um fantasma que perseguiria a sagrada união do casal. A felicidade então, seria trazida pela união matrimonial onde a mulher teria seu lugar na casa, sendo uma boa esposa, administradora do lar e mãe. O texto tentava disciplinar⁸², controlar, intervir em uma prática que transgredia a ordem, anunciando o fim da família como ela deveria ser. Essa ameaça a um ideal de família produziu, na imprensa, uma série de textos fortes, construídos em meio ao esforço de separar bem os espaços do masculino e do feminino. Entretanto, nesse mesmo período, havia aqueles que publicavam seus artigos no jornal defendendo a possibilidade da mulher trabalhar e constituir família ao mesmo tempo.

⁸¹ BRUCKNER, Pascal. **A euforia perpétua**: ensaio sobre o dever de felicidade. Rio de Janeiro: Difel, 2002. (13-50)p.

⁸² Sobre o conceito de disciplina ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. (125-152)p

Assim, na Folha da Manhã, um artigo intitulado “Trabalho Feminino” defendia, com cuidado, a tese de que, em certos momentos, a mulher deveria trabalhar. O cuidadoso texto, não assinado, delimitava da seguinte forma essa questão:

“Não têm sido poucas as vozes que se levantam contra o trabalho feminino fora do lar. Umas de maneira absoluta, outras debaixo de certas e determinadas ponderações. Não resta a menor duvida de que os imperativos da hora atual em que vivemos, as complicações sociais surgidas como conseqüência da vertigem de progresso do século atual, nos forçaram a concordar a ausência da mulher no lar⁸³”

Entretanto, esse mesmo autor que escrevia sobre a necessidade de inserção da mulher no mercado de trabalho fazia uma ressalva: Não era qualquer mulher que deveria trabalhar, mas apenas aquela cujo marido, sozinho, não conseguisse sustentar a família:

“A mulher, pois, pode e deve trabalhar quando a realidade social obriga, e nesse caso faz-se mister protegê-la, ampará-la contra as hostilidades do ambiente em que exerce sua atividade⁸⁴”

Assim, o artigo delimita e separa o espaço do feminino do masculino em um ambiente sinuoso, o das mulheres que precisam trabalhar para sobreviver. Ele reafirma a fragilidade feminina e preocupa-se em pontuá-la no momento em que o frágil liame que separa o homem da mulher parecia se misturar. Com isso, salvaguardava o universo do masculino, vislumbrando a possibilidade do trabalho feminino sem que este retirasse poder do homem, do pai de família.

Durante o século XX, a mulher, no Brasil, passou a circular pelas ruas com maior freqüência. Até meados do século XIX a mulher só se atrevia a sair de casa para ir a Igreja. Dessa forma, o século XX causou inquietação entre os setores mais conservadores da sociedade. Esse desconforto se deu a partir do momento em que

⁸³ Trabalho Feminino. **Folha da Manhã**. Recife. 31 jan. 1943. p. 10.

⁸⁴ *Ibidem*

a mulher passou a inscrever-se no cotidiano de uma forma diferente, invadindo ambientes até então masculinos.⁸⁵

De fato, o início do século XX foi marcado pelo medo de a mulher ocupar o lugar do homem na sociedade. Daí a publicação de artigos, no período estudado, especificando qual o lugar da mulher. A fragilidade desse lugar causava insegurança e a necessidade de afirmação da diferença entre o masculino e o feminino. Cuidava-se dos espaços com grande atenção demarcando, ainda na infância, o que era ser homem ou mulher.

O Jornal do Commercio utilizou signos, presentes na sociedade Norte Americana, para reforçar esse movimento de construção dos espaços. Dessa forma, construiu-se uma visão de universo feminino associada a um modelo Norte Americano que poderia servir como vitrine daquilo que seria o ideal para o Brasil. Os discursos que delineavam família, gênero, moral, trabalho, lazer, casa e rua, vindos de fora, se imbricavam, misturando-se e associando-se a signos nacionais, com vasta comunidade sentido e, portanto, ganhavam força aqui. É o caso de um artigo publicado em 1943 que, assim como o texto mencionado logo acima, mas sem o mesmo cuidado, também trata do trabalho feminino:

“Uma experiência levada a efeito durante quatro meses demonstrou a eficiência das mulheres em serviço nos transportes aéreos. As considerações feitas por oficiais da Pan American Railways, demonstrando a eficiência das mulheres na substituição dos mecânicos dos clippers, tiveram sua razão de ser, abrindo, assim, para elas mais uma carreira na indústria aérea; em muitos dos trabalhos, elas são melhores de que os homens. A paciência nos trabalhos de precisão e a delicadeza da mão de obra foram os maiores requisitos plenamente satisfeitos⁸⁶”.

⁸⁵ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: república: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. (368-421)p.

⁸⁶ MULHERES em serviço nos Clippers. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 jan. 1943. (Segunda Secção).

Uma notícia como esta que, não só percebe como importante o trabalho das mulheres como também indica que, em determinados casos, pode ser melhor do que o dos homens provavelmente assustou setores mais conservadores da sociedade, em Recife. Entretanto, esse artigo, bem como sua possibilidade de existência enquanto texto publicado em jornal de grande circulação, refletia a luta das mulheres por maiores direitos, em um momento de guerra. O teor desse artigo nos permite entender melhor toda a ansiedade presente no esforço em delimitar o espaço feminino como o espaço da casa em uma sociedade que já há algum tempo se assustava com a aproximação entre os universos do masculino e do feminino. Da fragilidade dessa diferença vinha a necessidade de escrever sobre ela, divulgá-la incessantemente.

A parca delimitação dos espaços, entretanto, era escamoteada pela força do discurso que percebia a diferença de gênero como natural, sendo a mulher considerada inferior ao homem, frágil, submissa e menos inteligente. Os jornais precisavam constantemente, na tentativa de construção da família moderna, lembrar onde deveria estar cada um de seus membros, pois, a qualquer momento, o pai e a mãe poderiam se esquecer a que lugar pertenciam. Daí a necessidade premente em publicar o maior número de artigos possível, em jornais de grande circulação. Com isso lembravam às famílias o que significaria ser pai, ser mãe e ser filho.

A exemplo disso foi publicado na Folha da Manhã em fevereiro de 1939, uma pequena estória que se chamava “Um trecho de um romance⁸⁷” Nela o autor definiu, com ironia, a relação entre os espaços do masculino e do feminino, no Recife do final dos anos 1930. Nesse texto poderemos encontrar vários dos elementos que ajudaram a dar significado a família moderna. A questão central da história refere-se

⁸⁷ ALCÂNTARA, Nelson. Um trecho de um romance. **Folha da Manhã**. Recife, 05 fev. 1939. p. 5.

a diferença de gênero no que diz respeito a complicada disputa e delimitação de espaços entre um casal.

Trata-se da estória de uma família cuja mãe- esposa estava cansada de sua cidadezinha pequena, onde acreditava não haver oportunidade para os filhos. Confiante em seus prognósticos, ela convenceu o marido a vender tudo que tinham e começar vida nova na capital: Recife. Dona Eulália via a cidade grande como um espaço promissor de sociabilização, onde poderiam ter uma melhor qualidade de vida e proporcionar boa educação aos filhos. Neste caso, era a mãe quem tinha uma visão geral sobre o futuro da família. Ela preocupava-se com a vida de cada um de seus membros. Enquanto isso, Antônio Camello, o pai, estava satisfeito com sua vida de sitiante e era conhecido por todos na pequena cidade de Laranjeiras, onde era sempre cumprimentado e tinha seu círculo de amigos.

É interessante como o autor referiu-se ao universo de cada um dos personagens. O espaço urbano, da rua, da cidade, era masculino. A casa, o privado, seria feminino. Os filhos apareceram na estória como coadjuvantes, entretanto, constituíam forte argumento no discurso de persuasão da mãe:

“Foi um trabalhão para dona Eulália convencer Antonio Camello de que deviam deixar Laranjeira. Que mais aspiravam ali naquelles canfundoes do Judas? Andreлина e Manoelzinho bem mereciam uma sorte melhor. No Recife, poderiam estudar. Andreлина entraria para a Escola Normal. Manoelzinho arrumaria um emprego num escriptorio ou numa loja de fazendas, aproveitando a noite para freqüentar um curso qualquer⁸⁸.”

O futuro dos filhos foi o grande argumento da mulher para convencer seu marido a substituir seu cotidiano, suas relações de sociabilidade e até seu ambiente de trabalho, do qual ele estava satisfeito, por um outro, diferente, estranho.

⁸⁸ Ibidem.

Precisava de um forte argumento e os filhos davam o apelo dramático necessário ao esforço da mãe em mudar-se para a cidade grande.

Os elementos que compõem esse texto produzem a representação da família moderna e a educação dos filhos significava a possibilidade de reprodução desse ideal de família. Através da educação o filho poderia, quando crescesse, se estabelecer bem em sociedade, possuindo um bom emprego e com isso exercer a função de pai, provedor da família. Da mesma forma a filha seria bem educada para exercer sua função de mãe, no lar⁸⁹.

Os filhos de Dona Eulália, poderiam encontrar em Recife, durante a década de 1930, discussão em torno da necessidade de ensino religioso na escola pública.⁹⁰ Nesse período existiam escolas mistas, mas também aquelas somente para meninos ou exclusivas para meninas. A escola definia como seus alunos e alunas deveriam se vestir, quem teria que tipo de aula e os espaços de cada um dentro da escola, como anunciava a escola Pedro Augusto, antigo Liceu Pernambucano, em 1943⁹¹. Fora da escola, havia a necessidade, de uma parcela da sociedade, de se controlar o que deveria ou não ser lido pelas crianças, como também a que filmes elas poderiam assistir⁹².

Dessa forma, defendendo uma boa educação para os filhos, Dona Eulália atingiu seu objetivo. É interessante a forma como o autor descreveu a vitória de dona Eulália:

“Mulher tem artimanhas do diabo. Quando começa com uma coisa é que nem água molle em pedra dura. Antônio Camello era mesmo uma pedra dura, mas acabou cedendo às exposições da mulher,

⁸⁹ NÃO basta a lembrança affectuosa: para custear a educação dos seus filhos. **Folha da Manhã**. Recife, 31 de jan. 1939. p. 10. (anuncio)

⁹⁰ Sobre esse assunto ver: ANUÁRIO DO COLLEGIO MARISTA. Altos Coqueiros. 1930-1931.anual.; CAMPELO, José. A ação da Escola. **Correio da Manhã**. Recife, 04 jul. 1940.

⁹¹ COLÉGIO Pedro Augusto. **Jornal do Commercio**. Recife, 28 fev. 1943. p. 7. (anúncio).

⁹² VANDERLEI, Arnobio Tenório. Os cinemas, as revistas infantis e a perversão da juventude. **Jornal do Commercio**: Recife: 13 jan. 1943. p. 3

muito loquaz, explicando as vantagens. – Mas, que tolice desse homem... E o velho sertanejo resolveu, da noite pro dia, deixar laranjeira. Deixar o sitio, o alazão, as cadeiras na calçada, a prosa do compadre Euzébio, para fixar residência no Recife, a chanaan dos sonhos maravilhosos da esposa!⁹³

A mulher figurava enquanto ente que silenciosamente ia fomentando táticas que modificariam a rotina da família inteira em benefício dos interesses que buscava defender. Dessa forma, a mulher negociava, de dentro do espaço que foi reservado a ela, o futuro da família. Nesse sentido, a sociedade significava a mulher como ser misterioso que se aliava ao diabo para conquistar seus intentos.

Foi com esse espírito que o Jornal do Commercio, no início de 1939, publicou um conto que apresentava uma mulher, quase morta, conversando com o diabo. O diabo informava que ela estava muito mal e corria perigo de vida. Além disso, ele ajudou a identificar um inimigo que ela desconhecia ter. Ao final do texto ela pedia para o diabo salvá-la, tornando patente, com essa atitude, o temido vínculo entre a mulher e o diabo⁹⁴:

“Oh! Satan, salve-me! – Para isso estou aqui – respondeu – e bem vê que já comecei minha obra. – Visto isso, devo-lhe a vida. – Sim – respondeu elle⁹⁵”.

A construção simbólica de uma suposta natureza diabólica da mulher, que seduziria o homem e o levaria a perdição, não é uma novidade do século XX. A construção de todo um arsenal simbólico que aloca à mulher signos de perigo, medo e sedução, presentes em diferentes sociedades, faz parte de uma prática discursiva da dominação masculina, que se defende do desconhecido universo feminino⁹⁶.

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ VÉRAS, Beatriz. Conversação do diabo com uma resuscitada. Jornal do Commercio, Recife: 22 jan. 1939. 03 p.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 296.

Para Jean Delumeau⁹⁷, o sentimento que percebe a mulher como um ser diabólico conecta-se com a relação de medo que o homem tem da mulher. Ele afirma que:

“No inconsciente do homem, a mulher desperta a inquietude, não só por que ela é o juiz de sua sexualidade, mas também porque ele a imagina de bom grado insaciável, comparável a um fogo que é preciso alimentar incessantemente, devoradora como o louva-a-deus⁹⁸”.

A representação de mulher diabólica não nasceu no século XX. Trata-se de um lento e difuso sentimento do homem com relação a mulher que via nela um ser diferente, enigmático e, por isso mesmo, ameaçador. Peter Gay, estudando a burguesia na Europa e EUA da segunda metade do século XIX e início do XX, escreveu que a construção da oposição entre o espaço da casa e o da rua foi realizada sob o signo do medo masculino do chamado “sexo misterioso”⁹⁹.

Na imprensa do período estudado, essa forma de significar a mulher ainda estava presente. Contudo, em artigo publicado no Jornal do Commercio em 1939, ao mesmo tempo em que se reafirmava a concepção da mulher enquanto sexo misterioso indicava um outro sentimento sobre ela que também não era recente. Ele sinalizava para uma preocupação masculina com o universo do feminino que buscava mais do que entendê-lo, controlá-lo:

“ – As mulheres são incompreensíveis – disse-me o meu amigo com despeito, pois que uma dellas acabava de fazê-lo sofrer. Respondi-lhe: - Não. As mulheres são, pelo contrario, seres menos complexos do que os homens, e quem as observe durante certo tempo pode predizer, sem equivocar-se, as suas reacções. Lamentável é que a gente só comece a

⁹⁷ DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**: (1300 – 1800) uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 313.

⁹⁸ Ibidem, p. 313.

⁹⁹ Ver: GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: o cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. (292 – 316)p. e GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. (128 – 129)p.

compreender as mulheres no momento em que começa, também, a separar-se dellas¹⁰⁰”.

Na realidade, as duas concepções sobre a mulher, presentes nesse documento, partiram de um mesmo ponto: a dificuldade de lidar com o universo feminino. O autor desse artigo, André Maurois, acreditava que as mulheres admiravam a figura masculina forte, viril, enérgico, pois, para ele, as mulheres amavam a força, posto que precisavam de mais do que um companheiro, buscavam um protetor. Nesse contexto, define-se claramente a diferença entre homens e mulheres. Sexo frágil, inferior e/ou misterioso, seria também o sexo diferente, que deveria ser tratado, portanto, levando em conta essas diferenças, rigorosamente apontadas.

O medo do desconhecido, do diferente, separava, divergia e delimitava os espaços. A construção desses espaços teria permitido aos homens uma convivência aparentemente cordial com as mulheres, que escamotearia toda a relação conflituosa entre eles¹⁰¹.

Assim, voltando a nossa estória, Antônio Campello mudou-se com toda a família para Recife, onde tinham um conhecido que poderia ajudá-los a se estabelecerem na nova cidade. Com a ajuda desse conhecido ele comprou um compartimento no mercado de São José e lá instalou seu comércio. Em Recife, Antônio foi mais uma vez influenciado por sua mulher, que lhe aconselhou ser mais duro na negociação do valor de cada mercadoria, que Antônio acabava vendendo a prazo ou por um valor mais baixo do que o originalmente estabelecido:

“- Você não seja bobo. Vê que estamos começando. Lembre-se, homem de Deus, de que aqui não é Laranjeira, onde a gente conhecia o povo como a palma da nossa mão. É verdade que tenho

¹⁰⁰ MAUROIS, André. A compreensão das mulheres. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 jan. 1939. p. 02.

¹⁰¹ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 128.

gostado imenso disto aqui. A cidade é muito bonita. Os meninos estão satisfeitos. Andrelina é alumna do primeiro anno pedagógico da Escola Normal. Manoelzinho ajuda no compartimento. A vida corre sem maiores preocupações de nossa parte. Não obstante isto, Antonio, devemos tomar hábitos da terra. Isso aqui não é o sertão. Nada de bondades excessivas¹⁰².

A construção do argumento de que a mulher, da casa, controlaria o marido fortaleceu o esforço em fazer com que a mulher permanecesse na casa pois, de dentro do espaço privado, ela teria todo o poder que precisaria¹⁰³. A filha seria uma normalista e o filho já estava trabalhando junto com o pai. Assim, a mulher, mãe-esposa ocupava, de seu lugar, sua função, administrando a casa e reproduzindo um ideal de família.

Entretanto, mesmo confinada a casa, onde tinha seu gestos e os códigos que produzia através de sua fala, sua roupa e seu corpo, cuidadosamente vigiados e disciplinados, a mulher não deixava de ser percebida como perigosa. É o mesmo André Maurois, em artigo já citado, que chamou a atenção para isso:

“Toda mulher, se se pudesse fazer as suas vontades, absorveria a vida do homem a quem ama. A este cabe salvar sua liberdade, sem demasiada torpeza, sem brutalidade, reservando um lugar, na sua vida, no qual a mulher não penetre¹⁰⁴”.

Assim, a mulher, mesmo na casa, assustava. De forma diferente, tanto a história de Dona Eulália e Antônio Camello como o artigo de André Maurois, partem de uma mesma preocupação: o controle da mulher dentro da casa. O artigo de André Maurois é um manual do controle, onde ele, além de chamar a atenção para quem seria a mulher, define como tática de controle a cuidadosa eliminação do ócio em sua vida:

¹⁰² ALCÂNTARA, Nelson. Um trecho de um romance. **Folha da Manhã**. Recife, 05 fev. 1939. p. 5.

¹⁰³ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 296.

¹⁰⁴ MAUROIS, André. A compreensão das mulheres. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 jan. 1939. p. 02

“Uma mulher ociosa é, quase necessariamente, u'a mulher infiel. O marido sagaz envolve a esposa em uma estreita rêde de trabalhos¹⁰⁵”

Esse sentimento de que a mulher, da casa, manda no marido, e daí a necessidade de controlá-la também na casa, como já foi dito, se forma¹⁰⁶, naquele momento em que os espaços do público e do privado estão sendo construídos. Tal argumento ajudou a dar legitimidade à construção do espaço privado como feminino pois afirmava que a mulher já tinha todo poder que precisava na casa, controlando, desse seu espaço, o seu marido. Contudo, no período trabalhado, esse poder que a mulher teria dentro de casa assustava o homem que procurou, de alguma forma, contê-lo.

Assim, o discurso da família moderna encerra uma forma de se relacionar com o outro, com o diferente, pautada no medo e, a partir disso, procurou controlar esse outro ameaçador. No que tange a questão de gênero, essa relação com o outro, que no caso seria a mulher, foi um elemento importante na construção da dinâmica familiar, no período em estudo. Foi no interior da diferença de gênero que as famílias foram se constituindo. Daí a necessidade de se estudar a influência da representação do feminino no discurso sobre família.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

2. A INFLUENCIA DO DISCURSO DO FEMININO NA CONSTRUÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA NO DISCURSO PRÓ-GOVERNO PUBLICADO NA IMPRENSA.

Os arranjos discursivos em torno do universo do feminino e do masculino, presentes na imprensa do Recife no período de 1937 a 1945, e a forma como o governo se apropriou desses discursos para legitimar suas ações sociais, são o objeto de interesse nesse tópico do estudo, tendo em vista que a proposta mais ampla desse estudo é analisar a representação de família que se construía nesta sociedade durante o Estado Novo. Nesse sentido, faz-se necessária a interpretação dos dois universos –feminino e masculino – que formam a família. Para tanto, a abordagem sobre como elementos foram dispostos nos discursos do feminino e do masculino permite o entendimento sobre como esses dois universos estavam sendo construídos.

Sob essa perspectiva, analisaremos como foram sendo montados, nas folhas dos jornais, esses discursos, que criaram espaços e lugares, fazendo-se presentes tanto na casa como na rua, na ausência ou presença do homem ou da mulher. Como já mencionamos anteriormente, os jornais aqui utilizados foram o Jornal do Commercio e a Folha da Manhã. Pensamos o primeiro jornal enquanto uma fonte que contrasta com a segunda, não sendo oposição a esta, mas compondo seus textos de uma forma diferente da utilizada pela Folha da Manhã. Nesta diferença reside a importância deste jornal para a pesquisa.

Antes de trabalharmos como os jornais se expressavam sobre os dois universos, é importante definirmos de que maneira entendemos o masculino e o feminino. Em primeiro lugar, não estamos tratando aqui de sexo, mas de gênero. Em segundo, entendemos o masculino e o feminino como construções sócio-culturais.

Ivone Gebara¹⁰⁷ afirma que quando nascemos como meninos ou meninas passamos a fazer parte de uma cultura que diferencia um do outro. Dessa forma, afirma-se, em nossa cultura, como deve ser um menino e como deve ser uma menina. O masculino e o feminino diferenciam-se através de relações de poder, presentes tanto no espaço do público como do privado, exercidas por homens e mulheres. Assim, aquilo que foi escrito no jornal sobre o homem ou sobre a mulher foi construído através de relações de poder e formas de significar o mundo presentes naquela sociedade.

Embora as considerações aqui apresentadas tenham por base a análise de diferentes artigos, constantes no Jornal do Commercio e na Folha da Manhã, nosso foco principal é a Folha da Manhã. Isto porque se tratava de um jornal do governo, o que torna seus discursos importantes para nosso trabalho, já que no período estudado, o governo pensava o jornal como uma possibilidade de seduzir a população. Observamos que essa prática foi utilizada com relação às questões de família. O outro jornal funcionou, assim, como contraste por tratar essas questões de uma outra forma, com um outro tom, embora não fosse um veículo de oposição ao governo.

Assim, enquanto a Folha da Manhã nos concede uma gama de informações sobre práticas governamentais e discursos que a legitimam, o Jornal do Commercio nos fornece discursos que ampliam a visão sobre o horizonte discursivo presente na Folha da Manhã. Muitas vezes, um discurso neste último jornal, provavelmente criado para legitimar alguma ação governamental, apresentava-se sob uma outra roupagem no Jornal do Commercio. Veremos melhor essas diferenças utilizando material encontrado nas duas fontes.

¹⁰⁷ Ver: GEBARA, I. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. 2.ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.111 p.

Observemos um texto bem sugestivo, intitulado “ser mãe”, publicado no Jornal do Comércio no dia 05 de janeiro de 1939. O artigo desenvolvia a idéia de que a mãe não deveria sair de casa deixando a sua filha doente com a babá, pois quando chegasse em casa a filha poderia ter piorado muito, aproximando-se da morte. Tratava-se da história de uma mulher que foi com o marido ao teatro deixando a filha pequena, que estava com febre, sozinha com a babá. Pensando não ser nada de mais saiu despreocupada. Mas a criança estava com meningite e acabou morrendo. A mulher sentiu-se culpada e, diz o texto, teve outro filho e agora toma bem mais cuidado para que nada aconteça a ele.

É interessante perceber os termos utilizados para descrever a mulher. Diz o texto a respeito do momento em que a mãe vai se despedir da filha com um beijo:

“Naquele beijo, demonstrou mais uma vez a volubilidade da sua alma de mulher mundana que acima das sérias obrigações de esposa e mãe dedicada, põe os gozos, os prazeres ephemeros do mundo frívolo¹⁰⁸”.

A punição para essa mãe, que não deu importância à doença da filha, acaba sendo a morte da criança. É um texto que demonstra grande preocupação com aquilo que significava ser mãe e toma enorme cuidado em por em seus devidos lugares a figura do pai, da mãe e da babá, separando nitidamente cada uma dessas figuras. O texto caracterizava como diferentes o cuidado da babá para com a criança e o cuidado da mãe para com o filho. Além disso, é importante destacar a forma como o lugar do pai se configurou nessa história. A ausência paterna é um indício de qual seria o lugar do pai, em uma ausência/presença que o identificava como ente ligado a rua e não a casa.

¹⁰⁸ PIMENTEL. Maria Antonieta. Ser mãe. **Jornal do Comercio**. Recife, 05 jan. 1939. p. 2. (Página Feminina).

Uma outra questão, inerente a construção da diferença, diz respeito a forma de significar o que era ser uma boa mãe e o que significaria não ser, no período em estudo. Tal discurso diz respeito às tarefas apontadas como femininas e, nesse contexto, ser mulher significava também, quando mãe, agir de uma determinada forma¹⁰⁹. A mãe deveria atender as necessidades dos filhos colocando-as acima de suas vontades. Assim, nesse caso, a vontade de ir ao teatro, de sair com o marido para se divertir, deveria ser menos importante do que ficar em casa cuidando da filha doente.

É importante destacar que o texto sugeria que a filha poderia estar viva se a mãe estivesse mais atenta a ela. A babá, apesar de ser uma mulher e adulta, não substituíria a mãe e não estaria atenta a doença da criança como a mãe poderia e deveria estar. Além disso, a doença, apesar de grave, poderia não matar a criança caso a mãe tivesse sido mais cuidadosa. A morte da filha ganha sentido, dentro do conjunto de interesses presentes na confecção do texto, enquanto punição à uma mãe pouco cuidadosa, ao mesmo tempo que delimita os momentos em que a mulher poderia sair de casa. É importante ressaltar que a babá, sendo pobre, pertencia a uma classe social vista com muita suspeita e tida como ignorante, portanto, não apta a cuidar do filho tão bem como a mãe, de classe média ou rica faria. Além disso, os cuidados da mãe eram vistos como insubstituíveis.¹¹⁰

¹⁰⁹ Ver: Foucault, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (26 p.) Além disso, aquilo que está presente no texto são efeitos de sentido e abarcam o que está sendo dito e o que poderia ter sido dito e não foi. Assim, esse artigo que está sendo analisado contém pistas acerca do discurso e o que ele significa. A esse respeito ver também: ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005. (25-30).

¹¹⁰ Sobre esse assunto ver CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 29 ; DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. P. 17.

Os espaços¹¹¹ na cidade não são neutros. Eles são construídos com uma série de significados. Os espaços vão sendo formados ao mesmo tempo em que se delimita quem pode por ele circular e em que momentos. Assim, o teatro foi apresentado, nesse artigo, como um espaço de diversão por onde os casais podem circular, mas com ressalvas. A presença da mulher seria permitida quando não transgredisse sua função de mãe.

Mas onde está a importância de se publicar tal artigo? Por que era necessário produzir um texto tão forte em jornal de grande circulação? A necessidade de se produzir um artigo como esse indica, provavelmente, que a idéia do que significava ser mãe, ainda não estava sendo bem aceita por parte da sociedade. Diante dessa possibilidade, fazia-se necessária uma maior disciplina sob os corpos e mentes em um esforço para disciplinar tanto o homem como a mulher. Quando algo precisa ser dito com tamanha força e dramaticidade, como nesse artigo, provavelmente exprime a necessidade de reforçar uma imagem que ainda não está sendo vivenciada como se gostaria que estivesse.

Por sua vez, a Folha da Manhã, neste mesmo período, publicava um pequeno anúncio, no alto da página, falando da importância da amamentação. Sob o título “Um valioso conselho as mães¹¹²” o texto imputava ao leite materno o título de alimentação ideal para os recém nascidos e apresentava a importância da aliança entre médico e mãe nos casos em que estas não pudessem, por algum motivo, amamentar seus filhos.¹¹³ Para casos como esse o texto dizia:

“Surge, então, um problema difícil para as mães extremosas. É que o tenro estomago do bebé é tão delicado, que a menor coisa póde

¹¹¹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 7 ed. v.1. Petrópolis: Vozes, 2002. (199-203)p.

¹¹² UM valioso conselho às mães. **Folha da Manhã**. Recife, 10 jan. 1939. p. 7.

¹¹³ Esse texto reproduz uma outra faceta de um mesmo discurso. Ser uma boa mãe é não sair de casa deixando a filha doente e é, também, amamentar o filho ou a filha para que a criança possa crescer saudável.

affectal-o e ser-lhe fatal. Nessa phase difficil da vida das creanças, grande é o número de vítimas das moléstias intestinaes. Se V. S. é obrigada a alimentar seu filhinho com leite, mingau, etc., prisão de ventre e diarrheia, elle receitará um preparado de inteira confiança: leite de magnésia de phillips¹¹⁴.

A não amamentação, conforme o anúncio, poderia acarretar sérios problemas, pois o estomago do bebe era muito delicado. Assim, a mãe deveria procurar um médico que lhe passaria o Leite de Magnésia da Phillips.

Nesse caso, o anúncio se apropriou de um discurso médico higiênico sobre a amamentação. Reforçou-o ao falar da importância da amamentação e dos problemas causados pela ausência dessa prática, ao mesmo tempo em que propôs uma solução para os casos das mulheres impedidas de amamentar seus filhos. No anúncio em foco, essa questão da amamentação vem atrelada à imagem da mãe que cuidava do filho, que o levava ao médico quando ele não estivesse bem e, ao mesmo tempo, fazia o possível para amamentá-lo, pois sabia que isso era o melhor para o ele. Apenas em último caso, mas, recorrendo ao médico para sanar as conseqüências dessa sua impossibilidade, adotaria alimentação artificial. Dessa forma, o anúncio se apropriava de códigos que construía uma forma de significar maternidade e amamentação para vender seu produto. O Leite de Magnésia viria sanar os problemas causados por uma alimentação artificial, diferente do saudável leite materno.

Tanto no artigo do Jornal do Commercio quanto no anúncio publicado na Folha da Manhã, a idéia do cuidado materno estava presente. Ambos os textos tratam dessa questão. No primeiro ele aparece enquanto ausência. É a história da mãe que vai ao teatro ausentando-se de uma importante função materna, o cuidado para com a filha doente. No segundo texto o cuidado aparece duplamente. É a mãe

¹¹⁴ UM valioso conselho às mães. **Folha da Manhã**. Recife, 10 jan. 1939. p. 7.

que, cuidando do filho, amamenta-o e, quando não pode, leva-o ao médico. Esse duplo cuidado vem de uma mesma prática e de um mesmo discurso presente em ambos os textos e que delimitava o que significava ser uma boa mãe.

A idéia de cuidado materno, vinculada no anúncio do Leite de Magnésia, se apropriou de signos presentes na prática de um movimento maior, perpetrado pelo governo do Estado, que instituiu lactários para atender as necessidades da população carente. Em 1941, em Pernambuco, o interventor questionava:

“Se as mães não podem alimentar-se, como poderão alimentar os filhos?”¹¹⁵.

Como podemos ver, a alimentação das crianças e das famílias era uma preocupação das autoridades locais. Daí as ações do governo no sentido do combate à mortalidade infantil. Dentre elas, houve a instalação de lactários e da usina do leite em Recife. Já no primeiro ano de funcionamento dos mesmos, o governo comemorava a redução da mortalidade infantil¹¹⁶. Essa preocupação não se limitava ao âmbito estadual. A mortalidade infantil, a necessidade de alimentação da criança e o cuidado materno eram temas constantes de anúncios na imprensa brasileira e preocupação do governo Vargas¹¹⁷. Assim, no anúncio do Leite de Magnésia foi utilizado o discurso de um momento no qual o cuidado materno para com a alimentação da criança fazia parte do conjunto das preocupações governamentais.

Há ainda um outro importante elo de ligação entre os dois textos em análise. Ambos contemplam um outro fragmento do mesmo discurso: a ausência do pai. No primeiro deles, o pai apresentava-se em toda a sua ausência.

¹¹⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Mortalidade infantil. **Folha da Manhã**. Recife, 30 jan. 1941. p. 3.

¹¹⁶ SENSÍVEL a redução da mortalidade infantil, no Recife, após a instalação da usina higienizadora do leite. **Folha da Manhã**. Recife: 24 mar. 1941. (1 e 3)p.

¹¹⁷ BRITES, Olga. **Infância, higiene e saúde na propaganda**: usos e abusos nos anos 30 a 50. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249 – 278, 2000. Semestral. ISSN: 0102-0188.

Enquanto a ausência da mãe, da casa, poderia acarretar uma transgressão a sua função da mãe, fazendo dela, por um momento, mais esposa do que mãe¹¹⁸, o pai, também ausente da casa, não incorreria em erro, pois não transgredia sua função paterna ao ir ao teatro com a esposa, posto que não seria sua função a de cuidar da filha doente. Esse cuidado para com a filha doente seria função exclusivamente materna.

No discreto anúncio do Leite de Magnésia, o pai também estava ausente. Sua presença era silenciosa, posto que não mencionada. Talvez estivesse no carro que levaria mãe e filho ao médico, ou ainda viabilizando o pagamento da consulta médica. Assim, a figura do pai, que teve que reduzir todas as suas poses a uma única, a sua mulher, atrelou-se a figura do racional, forte, viril. Ele seria menos emotivo e carinhoso do que a mulher¹¹⁹. As formas de ser pai e de ser mãe diferenciavam um do outro e ajudavam a delimitar os espaços de cada um dentro e fora da esfera do que é familiar.

O discurso da maternidade¹²⁰ que impunha, através de um saber médico, a necessidade da mãe, e não alguma outra mulher, em amamentar o filho, está relacionada com a crença de que o leite da ama de leite não é como o da mãe. A alta taxa de mortalidade infantil acabou sendo percebida como conseqüência da amamentação realizada por mulheres que não eram as próprias mães. Assim, o discurso médico passou a incentivar a amamentação materna. Ao mesmo tempo em

¹¹⁸ Essa ausência aqui mencionada refere-se à ausência de uma prática, o cuidado materno, que está sendo substituída por outra, a ida ao teatro. Claro que a mãe não deixa de ser mãe naquele momento em que está no teatro mas, o exercício de uma função materna está sendo substituída por uma outra prática. A mãe-esposa deve ser aquela que exerce suas funções de esposa sem deixar de atender às suas funções de mãe.

¹¹⁹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. (250-251)p.

¹²⁰ Esse discurso da maternidade, da amamentação, é importante para posteriormente entendermos melhor o esforço do Estado na normatização das famílias que habitavam as vilas operárias através da figura da mulher.

que se vinculava essa prática à idéia de cuidado da mãe para com o filho¹²¹, definiam-se quais as formas aceitáveis de cuidado materno. A esse respeito é importante enfatizar que o saber médico, a partir de meados do século XIX e ao longo do XX até hoje, se apropria de espaços de saber que anteriormente não eram dele. O saber médico conquistou um espaço de poder que anteriormente era da Igreja e da figura paterna¹²². Assim, a figura do médico passou a se fazer presente em novos espaços, na casa e na rua, com cada vez mais freqüência.

Essa forma de conceber a maternidade bem como a defesa da amamentação materna, não nasceu no Brasil, tendo influência européia. Como consta no tópico anterior deste estudo, Jacques Donzelot¹²³, falando sobre a prática da amamentação por nutriz, indica toda uma forma de significar a amamentação e a figura da nutriz, na Europa, ainda no século XVIII. Tal prática, nessa época, estava sendo significada como perniciosa. Tal forma de significá-la relacionava-se com a idéia que se tinha dos setores menos abastados da sociedade. A nutriz era uma mulher com outros costumes, não higienizada e poderia estar se sentindo oprimida. Acreditava-se que essas características tornavam o leite pouco saudável para a criança e, além disso, o contato com a nutriz poderia fazer com que o infante adquirisse maus hábitos. Assim, esse discurso da amamentação não se circunscreveu apenas ao Brasil do final do século XIX e início do século XX. Essa maneira de pensar contribuiu para a separação de práticas não higiênicas daquelas percebidas enquanto higiênicas pelo saber médico da época. Por outro lado, constituiu-se uma forma de significar mãe, atribuindo-lhe funções.

¹²¹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 255-264 p.

¹²² Tanto Jurandir Freire Costa como Gilberto Freyre falam da ausência de um olhar mais atento, dos adultos, às crianças. Sobre esse assunto ver : COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. (153 – 166)p.; FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil- 2. 12 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. (97 – 119)p.

¹²³ DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (15 – 17) p.

Para Jurandir Freire Costa¹²⁴ a defesa da amamentação praticada pela mãe não se dava apenas com o objetivo de salvaguardar a vida da criança, mas também para regular a vida da mulher. A amamentação fazia parte de toda uma política de disciplina do feminino que partiu do trabalho de definição de características tidas como femininas, fixando a mulher em um lugar diferente do homem, com tarefas próprias ao universo apontado como seu. A amamentação fazia parte de um mecanismo de controle do tempo da mulher, evitando a ociosidade da mesma. Dessa forma, ela era mantida em casa durante o período da amamentação, que durava, muitas vezes, 18 meses.

Para Margareth Rago¹²⁵, o espaço doméstico enquanto lugar da mulher, era também lugar da vigilância. A mulher vigiava, de dentro da casa, o comportamento dos demais membros da família. A casa, lugar imputado à mulher, seria também o lugar da disciplina, do controle e normatização das formas de agir e circular, no cotidiano. Construía-se o espaço da mulher dentro da casa, que também era um espaço de disciplina¹²⁶. Assim, a mulher disciplinada, disciplina.

Em Recife, no período em tela, esse discurso ligava-se, entre outras coisas, a uma política governamental¹²⁷ que visava instituir espaços do rico e do pobre. Em nome da modernidade eram criadas vilas operárias, onde as famílias deveriam seguir uma normatização socialmente imposta. Assim, os mocambos seriam substituídos por casas higiênicas, em locais com infra-estrutura adequada à formação de uma família considerada moderna: higiênica e “civilizada”. Tratava-se

¹²⁴ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. (255-264)p.

¹²⁵ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001. (61- 84)p.

¹²⁶ A casa não seria o único lugar de disciplina. A fábrica, o colégio, enfim, os espaços da educação e do trabalho, na rua, também constituem lugares da disciplina.

¹²⁷ O governo não está sendo percebido aqui como uma instância que se situa fora da sociedade. Muito pelo contrário, é de dentro dela, participando das formas de significar em sociedade, em seu mundo, que ele interage com o meio social do qual faz parte. Qualquer ação governamental precisa de uma comunidade sentido que a legitime.

da necessidade de controle social das chamadas classes perigosas¹²⁸. A efetivação desse projeto se daria a partir da deslocação das famílias que habitavam mocambos para casas higiênicas, civilizadas. O termo classes perigosas teria surgido inicialmente, no século XIX, para designar pessoas que já haviam cumprido pena ou aquelas que, apesar de ainda não terem sido presas, sustentavam suas famílias e a si mesmos através da prática de pequenos delitos. Posteriormente o termo começa a significar todos aqueles não afortunados que viviam na pobreza. Assim, a idéia de vício relaciona-se com a de pobre.

Nesse contexto, o mocambo aparecia representado na Folha da Manhã¹²⁹ como:

“habitação insalubre, cahindo os pedaços, sem água, sem esgotos, onde não pode viver uma creatura humana com dignidade, com saúde, como homem, ‘ser creado á imagem e semelhança de Deus’^{130”}.

As casas populares significariam, então, um esforço do governo e da sociedade no sentido de dar dignidade a essa população. Tal esforço era entendido como uma ação de “solidariedade humana e cristã”.

É importante destacar aqui a diferença na forma como a Liga Social Contra o Mocambo¹³¹ aparecia nos dois jornais. Esse tema estava presente com grande assiduidade na Folha da Manhã. Neste Jornal, a construção das vilas, enquanto ação governamental, era publicada em colunas e reportagens com grande

¹²⁸ Sobre esse assunto ver: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo : Companhia das Letras, 2001. (20 – 29)p.

¹²⁹ CONTRA o mocambo. **Folha da Manhã**. Recife, 14 jan. 1941. (1 e 3)p.

¹³⁰ Ibidem.

¹³¹ A liga social contra o mocambo está sendo mencionada para exemplificar a utilização de um dispositivo do saber, no caso o saber médico, em sua perspectiva discursiva e pratica. Através da liga pretendemos mostrar como a interventoria se apropriou de um discurso, no caso o discurso do feminino e da família, para legitimar e instituir uma prática. Porém, a prática em si não constitui objeto de nosso estudo e sim o discurso, presente no jornal. Da mesma forma, posteriormente, falaremos da prática do esporte, da educação física nas escolas. O interessante aqui não é entender simplesmente o significado do discurso, mas sim o que ele significa.

entusiasmo. Já no *Jornal do Commercio* tal assunto é, menos presente. Ocupava um outro espaço na geografia do jornal. O assunto foi tratado em algumas colunas e reportagens, mas sem a mesma importância e constância como aparecia no outro jornal.

A Liga Social Contra os Mocambos fazia parte de um projeto maior, o de urbanização e modernização da cidade do Recife. Este seguia o sentimento de “civilidade”, comum a outras grandes cidades brasileiras desde a segunda metade do século XIX. Com o projeto tentava-se construir uma cidade higienizada, seguindo modelo europeu, particularmente o inglês e o francês. Sua execução fundamentava-se na aliança entre poderes públicos e saberes produtores de verdades¹³², como o médico e o jurídico .

A *Folha da Manhã*, desta época, publica constantemente artigos sobre esse projeto social, onde era comparada a vida nos mocambos com aquela nas vilas, construídas por fábricas da região ou pelo próprio Estado. Na ocasião, iam aparecendo, em diferentes bairros, vilas como a dos pescadores, das costureiras, dos ferroviários, das lavadeiras. Concomitante a essas construções eram publicados artigos fortalecendo o projeto.

Agamenon Magalhães, por exemplo, em sua coluna diária na *Folha da Manhã* de 1941, escrevia com entusiasmo sobre a liga. Em um de seus artigos¹³³ conclamava os donos de fábricas a construírem casas para seus empregados. “*Sem casa, a fábrica não terá braços*”, dizia ele, vislumbrando o fim dos mocambos. O seu esforço em convencer os proprietários de fábricas parece ter dado certo, pois ele cita vilas operárias construídas ou em construção, feitas por empresários.

¹³² Sobre a instituição e a produção da verdade ver: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. (1-14)p.

¹³³ MAGALHÃES, Agamenon. As fábricas e o mocambo. **Folha da Manhã**, Recife, 12 fev. 1941 p.3.

A fábrica Paulista foi uma que derrubou trezentos mocambos e construiu quatrocentas casas para seus operários. Outras como a fábrica Iolanda, a da Torre, a tecelagem de seda, também se empenharam nesse sentido¹³⁴. Até mesmo operários¹³⁵ acabaram aderindo ao movimento. Entre estes, 60 mil ofereceram o rendimento de um dia de trabalho em prol da Liga Social Contra os Mocambos. Pelo que se lê na Folha da Manhã fica a impressão de que o projeto toma larga dimensão, com a participação de diferentes setores da sociedade local.

Um artigo intitulado “O mocambo e a casa” associava a casa ao lugar da família, opondo casa e mocambo:

“A casa é a base da família. Morando esta num mocambo, só pode ter uma alma intoxicada e uma saúde débil. Residindo na casa popular tudo se modifica, tudo melhora, um outro futuro se desenha¹³⁶”.

Voltemos ao discurso de Agamenon Magalhães em que ele diz ser a família o lugar da virtude, sendo a casa o lugar da família. Fecha-se aqui um triângulo que une moral, virtude e modernidade à figura da casa e da forma de nela habitar. Por outro lado o mocambo era interpretado como o lugar da doença, do que não é civilizado, saudável, moderno.

A esse respeito, em artigo publicado pela Folha da Manhã em 1943, Agamenon Magalhães afirmava ter entrevistado famílias que se mudaram recentemente dos mocambos para a vila. A esse respeito diz o seguinte:

“O que eles e as famílias disseram dos mocambos, da sua insalubridade, do seu sofrimento, da sua depressão moral, merecia ser registrado, como depoimento e maior documentação contra aquele tipo degradante de habitação. Mais expressivo, porém, do que a revolta contra o mocambo, era a felicidade das mulheres e das crianças, que deixaram o mocambo, sentindo o contraste entre a vida no sub-solo, na lama, no charco e no lixo e a vida na casa higiênica, com esgoto, água e luz, a casa com a sua horta e o seu jardim, a

¹³⁴ Ibidem.

¹³⁵ 60 mil operários oferecem o salário de um dia de serviço à liga social contra o mocambo. **Folha da Manhã**, Recife, 06 fev. 1941. p. 1.

¹³⁶ O mocambo e a casa. **Folha da Manhã**, Recife, 08 fev. 1941. p. 1.

casa interior sugestivo, a casa estilo e enleio de cuidados, arranjos, limpeza, gosto de viver¹³⁷”.

Nesse sugestivo artigo, o interventor determinava, através de uma série de adjetivos, o que significava ou deveria significar a migração do mocambo para a vila popular. O mocambo era o espaço da sujeira, da lama, do lixo e a vila era o espaço da limpeza, da saúde, da beleza, da higienização doméstica. Espaço da felicidade, para mulheres e crianças que antes viviam em ambiente insalubre. O interessante é que esse artigo fundamentava-se nos depoimentos dos homens, pais de família, que eram os entrevistados. As mulheres e crianças foram apenas observadas e, a partir disso, o autor afirmou que eram felizes na nova moradia.

Entretanto, essas mulheres que apenas foram observadas pelo interventor constituíam uma peça chave no controle da família nesse novo habitat. Ao se impor uma série de requisitos para a estadia delas e de suas famílias nessas novas casas, fazia-se necessária a existência prévia de uma sensibilidade, entre as pessoas atingidas pelo projeto, que aceitasse essa forma de significar a mulher e a forma de utilização dela no encaminhamento do projeto.

Quanto a essa questão, há algo que não está sendo dito no discurso de Agamenon Magalhães e que se vincula a idéia de ser mãe e de amamentação, já trabalhadas aqui nesse tópico. O projeto social do interventor apontava para as mulheres por causa do que elas significavam em sociedade. Neste caso, era exatamente isso que importava para a Liga Social Contra os Mocambos.

Entretanto, interessa-nos aqui as formas de significar o homem e a mulher nos discursos sobre a Liga presentes nos jornais. Assim, o importante para o trabalho não é a Liga Social Contra o Mocambo em si, mas o arranjo discursivo em

¹³⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Mais uma vila popular. **Folha da Manhã**, Recife, 05 jan. 1943. p. 3.

torno de uma determinada forma de significar o homem, a mulher e a família, utilizado para legitimar um projeto social. Não partimos do pressuposto de que há apenas a apropriação e uso de algo já dito. Também acreditamos que a ação modifica a relação entre significado e significante. Entretanto, nesse momento, o que importa para o presente trabalho é muito mais a forma de se utilizar um discurso do que mudanças na forma de significá-lo. Como veremos adiante, as maneiras de significar pai e mãe, homem e mulher, influenciaram sobremaneira nas formas de se exprimir quanto a esse projeto social.

Assim, com relação à Liga Social Contra os Mocambos, mas do que suas implicações políticas no processo de modernização da cidade, o que nos interessa é a forma como se instituiu quem ia morar nessas casas e de que forma. Os dispositivos¹³⁸ disciplinares¹³⁹ estavam presentes desde a arquitetura das casas até a forma de se definir quais seriam os papéis de cada membro da família. Além disso, que família se queria, nesse espaço cuidadosamente construído para controle, vigilância e punição, através da disciplina, às chamadas classes perigosas?

A família, para o interventor de Pernambuco¹⁴⁰, era o lugar da virtude, da ordem, da moral e da paz social. Era esta família, com esses atributos, que deveria habitar as casas construídas pela Liga Social Contra os Mocambos. Para tanto, o discurso utilizado foi o já presente na sociedade, construído com o auxílio do saber

¹³⁸ O conceito de dispositivo, utilizado por Foucault, está ligado a técnicas e estratégias e as formas de dominação do poder. Ao falar em dispositivos disciplinares nos referimos a um conjunto de técnicas e estratégias, que podem ser discursivas ou práticas, de disciplinar.

¹³⁹ O conceito de disciplina, em Foucault, relaciona-se a uma forma de exercer o poder através do adestramento dos corpos e da mente para um fim último. A disciplina, diferente da domesticação, possui um fim, um objetivo último. Quando utilizamos o termo "dispositivos disciplinares nos referimos ao esforço em disciplinar, ou seja, o conjunto de técnicas e estratégias utilizadas, em um caso específico, para disciplinar. Entretanto, não nos referimos nesse momento, a instituição disciplinadora em si, mas, com muita frequência, a dispositivos do saber, utilizados para disciplinar, não sendo, porém, estes, os únicos dispositivos passíveis de serem usados. Sobre esse assunto ver: FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. (125-152)p.

¹⁴⁰ O interventor se apropria de uma forma de significar família que possui uma comunidade sentido cada vez maior. Fonte: MAGALHÃES, Agamenon. A família. **Folha da Manhã**, 24 abr. 1941. p.3.

médico, que significava família sob parâmetros diferentes daquela constituída com base em uma casa. A família moderna¹⁴¹, nas primeiras décadas do século XX, vai ganhando forma, no Brasil e em Recife, definindo-se e fazendo parte de um discurso disciplinar que, a partir de sua materialização, observa, vigia e pune.

O artigo de Agamenon Magalhães sobre a família diz respeito à regulamentação da lei que coloca a família sob proteção do Estado. No dia 20 de abril de 1941, saiu na Folha da Manhã um texto sobre essa lei e quatro dias depois surgiu a coluna do interventor de Pernambuco. Nela, Agamenon Magalhães associa a idéia de casamento indissolúvel, presente na constituição de 1937, à preservação da família. Ao mesmo tempo, afirma que faltava ainda uma lei complementar que tornasse realidade a possibilidade de preservação da família.

Em 1941, o presidente Vargas assinou um decreto lei que, para o interventor, viria suprir a lacuna já mencionada, referente a necessidade de preservação da família:

“O presidente Geúlio Vargas assinou importante decreto dispendo sobre a organização e proteção da família, compreendendo 14 capítulos, que abrangem, sob os mais diversos aspectos, o amparo social e econômico do lar e dos filhos, facilitando, por meio de favores legais e auxílios econômicos de várias espécies, a fundação da família pelo matrimônio e proteção aos descendentes sem quaisquer restrições¹⁴²”.

O referido decreto lei¹⁴³ facilitava o registro do casamento religioso, concedendo abono às famílias carentes para a constituição do lar em família. Para

¹⁴¹ A respeito da construção dessa família moderna ver o capítulo 1 dessa dissertação.

¹⁴² Organização e proteção da família: importante decreto lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas. **Folha da Manhã**. Recife, 20 abril 1941. (3 e 16)p.

¹⁴³ Esse decreto lei foi muito comentado nos jornais. A idéia de que a família precisava ser salvaguardada e a questão do casamento religioso com efeitos civis foram os pontos mais comentados na imprensa. Muitas vezes as duas questões apareciam em um mesmo texto. Entretanto, para o presente momento, importa-nos perceber a relação entre a forma como o Interventor de Pernambuco significa esse decreto lei e a sua ação no projeto da Liga. No capítulo seguinte retornaremos a esse ponto para entendermos a necessidade de se “preservar a família”.

o Interventor, em seu texto sobre essa lei, a família seria o lugar¹⁴⁴ da virtude e da moral. Daí a construção da imagem de que o financiamento da constituição da família promoveria a vigência da virtude e da moral nas classes menos favorecidas.

Ao permitir o casamento entre parentes colaterais em 3º grau, a lei utilizou-se do saber médico,¹⁴⁵ posto que passou a ser necessário exame que determinaria o grau de parentesco dos noivos.¹⁴⁶

No projeto social da Liga, era importante que a família habitante da nova casa, higiênica, civilizada, moderna, fosse constituída oficialmente pelos laços do casamento civil e religioso. Essa necessidade vinha de um sentimento do que seria a família ideal e do concomitante esforço em torná-la possível entre as classes subalternas.¹⁴⁷ Com isso, acreditava-se ser possível controlar esse contingente populacional que era significado como perigoso, nocivo a uma sociedade que se pretende moderna e “civilizada”.

Nesse sentido, Segundo Zélia Gominho¹⁴⁸, foram criados requisitos para a inserção de uma família na vila. Com isso, tentava-se evitar a contaminação dos habitantes da vila por moléstias infecto-contagiosas trazidas pelos novos habitantes, bem como o crescimento de mulheres como chefes de família e o aumento do número de menores abandonados.

Nesse sentido, no caso da mulher e sua família, procurava-se verificar profissão legalmente constituída, se morava em mocambo, se tinha família

¹⁴⁴ Ao falarmos que a família seria o lugar da virtude e da moral estamos dizendo que dessa instituição saem estas características. Como diz Michel de Certeau, “Um lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. Assim, é da família que sairia a virtude e a moral. O espaço seria onde se dá a ação humana. Sendo a família o lugar da virtude, é a partir dela que se cria espaços onde a virtude faz parte da ação que está sendo praticada. Ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. op. cit. (199-203)p.

¹⁴⁵ Organização e proteção da família: importante decreto lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas. **Folha da Manhã**. Recife, 20 abril 1941. (3 e 16)p.

¹⁴⁶ É permitido casamento até parentes colaterais do 3º grau.

¹⁴⁷ GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (Década de 30 e 40). 1997. Tese (Mestrado em História)-CFCH/UFPE, Recife. (87 – 88)p.

¹⁴⁸ *Ibidem*, (87 – 88)p.

numerosa e, além disso, conseguir determinar objetivamente sua situação civil e sua família deveria passar por uma verificação médica. Mais uma vez, é o saber médico que circunda e normaliza a estadia dessas famílias nessas novas casas. São eles que definem o que deve ser aceito e o que não deve, no esforço de construção de uma família e uma sociedade “sadia”, “civilizada”¹⁴⁹.

Dessa forma, a vila foi um espaço racionalmente construído para disciplina do outro. O projeto da Liga, como podemos perceber, esteve inserido dentro de um outro, mais abrangente: o da modernização da cidade. Isso implicou em um trabalho de controle de um corpo social que não conseguia se inserir, enquanto habitante do mocambo, na esfera da normatização da sociedade. Assim, construiu-se um novo espaço para esse contingente populacional, que o cercou. Definiu-se, a partir daí, um novo tempo do trabalho, do lazer, da casa, da rua. Isso se deu a partir da família, que controlava, vigiava e punia qualquer tentativa de ultrapassar o frágil fio da ordem. Além disso, essa mesma família estabelecia os espaços de cada um.

Nesse contexto, há um forte vínculo entre família e trabalho. No início de 1945, Agamenon chamou de “famílias desajustadas” aquelas cujos membros não tinham ocupação:

“Os serviços sociais da Liga Contra o Mocambo redistribuíram para as zonas rurais do Nordeste, no ano findo, duas mil e quinhentas e vinte famílias, sem ocupação ou trabalho em nossa capital. A média nos anos anteriores tem sido muito menor. Qual a causa desse aumento espantoso de famílias desajustadas no ano de 1944? A causa foi a conclusão das obras militares, que atraíram do interior milhares de trabalhadores. Estes, em grande parte, regressaram para os municípios de origem ou foram para outros Estados, deixando as famílias que procuraram a Reeducação Social, pedindo meios de transporte¹⁵⁰”.

Era muito frágil o limite que separava uma família ajustada de outra, desajustada. A primeira era também a virtuosa, aquela que estava bem inserida na

¹⁴⁹ Ver: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. (23 – 50)p.

¹⁵⁰ MAGALHÃES, Agamenon. Desajustados. **Folha da Manhã**. Recife, 11 jan. 1945. p. 03.

sociedade, onde cada membro exercia seu papel. Quanto ao trabalho, entendia-se, estruturava e controlava a família. Na ausência deste, criava-se um espaço de tensão difícil de controlar. O não trabalho criava a figura do ocioso. Este, quando ocorria entre os pobres, era visto como extremamente perigoso para a sociedade dita “civilizada” por ser um elemento de transgressão¹⁵¹. A ociosidade, acreditava-se, levava a transgressão, ferindo a ordem e, dessa forma, constituindo perigo para toda a sociedade. O indivíduo sem trabalho era visto como um vagabundo. A esse respeito, segundo José Campello:

“O vagabundo não tem na sociedade outra significação que não seja a de ocupar parasitariamente um lugar no espaço, quando o espaço foi feito para ser ocupado pelas coisas úteis e os seres diligentes, que são até as próprias formigas e os próprios vermes¹⁵²”.

Em um outro texto, o mesmo autor aprofunda seu pensamento citando a opinião de Gina Lombroso, pedagoga italiana, sobre como evitar o ócio feminino:

“Gina Lombroso, talvez sob a influencia dos estudos do seu pae, realizou pesquisas sobre a alienação mental, chegando a esta conclusão curiosa: a agulha é uma das razões porque a mulher está muito menos sujeita á loucura que o homem...A observação de Gina Lombroso pode-se acrescentar o resultado das ultimas estatísticas dos manicômios e casas de saúde especializadas: a maior percentagem de loucura feminina é fornecida pelas mulheres desocupadas, que procuram masculinizar-se, desprezando a agulha dos labores caseiros, repousados e pacientes¹⁵³”.

Como podemos observar em Pernambuco, a preocupação para com a ociosidade não era apenas da parte do interventor. Uma parcela da sociedade, já há algum tempo¹⁵⁴, preocupava-se com esse tema. O ocioso era visto como parasita

¹⁵¹ Ver CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. (59-89)p.

¹⁵² CAMPELLO, José. Aspectos da vagabundagem urbana. **Folha da Manhã**. Recife, 09 jan. 1938. p. 3. José Campello era editor chefe da Folha da Manhã e ex- integralista.

¹⁵³ CAMPELLO, José. A mulher e a agulha. **Folha da Manhã**. Recife, 12 fev. 1938. p. 3.

¹⁵⁴ Chalhoub em **Trabalho, lar e botequim** fala da preocupação de uma elite, após a abolição da escravidão, em construir uma nova ética do trabalho, substituindo a carga negativa inerente a sua significação por uma outra, positiva. Nesse momento a figura do ocioso faz parte dessa discussão,

que apenas fazia mal a sociedade. O mesmo perigo era visto na mulher que se masculinizava. Esses dois registros citados acima complementam o pensamento do interventor, cuja preocupação era retirar da cidade os indivíduos que ali não tivessem uma ocupação.

Voltando a questão do mocambo, convém afirmar que a família, enquanto lugar da virtude, da qual Agamenon Magalhães falava em sua coluna diária, seria aquela que possuísse todos os atributos necessários para viver nas casas construídas pela Liga, nas vilas operárias. Essas famílias, retiradas dos mocambos, iam viver suas vidas nas vilas, sob a regência de um saber médico que as circundava e penetrava nelas. As vilas, portanto, se constituíam em espaço de normatização e de controle dessas classes perigosas. Transplantadas de um espaço menos acessível ao aparelho do Estado para outro, construído para instituir e controlar suas práticas cotidianas.

Nas vilas, os espaços dentro e fora das casas eram cuidadosamente construídos. Uma planta das casas da vila dos pescadores,¹⁵⁵ por exemplo, mostra-nos uma casa conjugada de dois quartos, sala, cozinha e um banheiro, além de um terraço na frente. Assim, os trabalhadores¹⁵⁶ saídos do mocambo, onde não estava circunscrito em sua geografia os espaços de dormir, de cozinhar ou de alimentar-se, migraram para um outro ambiente. Neste, com nova geografia, precisaram refazer seus hábitos domésticos.

Na vila, o conjunto dos habitantes e das pessoas que por ela circulavam iam se compondo sob as estratégias de vigilância e controle do Estado. Este, além de

sendo o ócio tido como nocivo, ameaçador à ordem. Essa percepção do ócio estava ainda bem viva durante o período ora estudado. (59-89)p.

¹⁵⁵ O typo da casa dos pescadores. **Folha da Manhã**. Recife, 10 fev. 1941. p. 1.

¹⁵⁶ Um dos requisitos para se morar na vila, era possuir trabalho. Ver: GOMINHO, Z. de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis**:o Estado Novo na cidade do Recife (Década de 30 e 40). 1997. Tese (Mestrado em História)-CFCH/UFPE, Recife. p.88.

estabelecer prerrogativas para a habitação das casas, instalava escolas profissionalizantes para homens e mulheres, em um esforço disciplinador, diferenciando-os por sexo¹⁵⁷. Assim, quando da instalação da escola de arte culinária na vila dos plantadores de cana¹⁵⁸, que iniciou seu curso com 80 alunas, Agamenon Magalhães escreveu em sua coluna a importância dessas escolas profissionalizantes. Nesse caso, o interessante é que apesar de o público alvo da mencionada escola de arte culinária ser de mulheres, o interventor deu maior ênfase à importância de tais escolas profissionalizantes para os homens e seus filhos. Quando fez, rapidamente, menção às mulheres, foi para afirmar que, como entre os homens, as mulheres enquanto cozinheiras, lavadeiras e costureiras deveriam conhecer bem seu ofício.

Três dias antes desta mensagem do Interventor, a Folha da Manhã¹⁵⁹ publicava uma reportagem sobre essa mesma escola de arte da culinária. Segundo esse informativo, eram instalados dois cursos que visavam atender públicos diferentes. Um para mulheres que já eram cozinheiras e outro para as que ainda não exerciam essa atividade. A escola fazia parte do esforço higiênico que movia a criação das vilas. Assim, falando sobre o curso para as mulheres que já cozinham, diz o texto:

“Este curso, inculcá-lhes-à noções completas de higiene doméstica, além de novos ensinamentos de arte culinária. As alumnas admittidas à escola serão submettidas a exame medico e após o termino do curso, receberão certificado¹⁶⁰”.

¹⁵⁷ O uso da palavra “sexo”, no texto, tem como objetivo chamar a atenção para a crença da época em estudo, de que a diferença entre homens e mulheres seria natural. Dessa forma, o termo “gênero” torna-se inadequado nesse momento, posto que significa entender essa diferença como cultural e não natural.

¹⁵⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Escolas profissionais. **Folha da Manhã**. Recife, 20 jan.1941. p. 3.

¹⁵⁹ Inaugura-se, hoje, a escola de arte culinária da villa das cozinheiras em Santo Amaro. **Folha da Manhã**, Recife, 17 jan. 1941. (1 e 3)p.

¹⁶⁰ *Ibidem*.

Assim, a vila não representava simplesmente uma substituição de um ambiente físico pior para um melhor. Não significava apenas uma mudança de moradia, mas sim a sugestão a uma nova economia do espaço que redefinia condutas e hábitos. A aluna do curso mencionado, por exemplo, aprenderia que não era suficiente saber cozinhar como fazia antes. Ficaria sabendo da existência de uma forma “certa” de utilizar o fogão, de preparar e selecionar os alimentos e demais questões inerentes à culinária. Além disso, nesse mesmo momento, tornava-se conhecedora de aspectos inerentes à culinária e, nesse ínterim reorganizava as formas de exercer funções pré-definidas para cada um dos sexos, sob a regência do saber médico, que definia o que seria ou não, saudável.

O discurso da maternidade, da mãe que nutre o seu filho, que cuida dele, fez-se presente enquanto um já dito que convence. Nesse momento, a mulher precisou sentir a necessidade de ser reeducada, reaprendendo a cozinhar sob os auspícios do saber médico-higiênico. Como nutrir, como alimentar de forma correta o seu filho, a sua família? Essa era uma questão que o curso respondia, restabelecendo, sob novas formas, a relação da mulher com o espaço da cozinha, criando um lugar que antes, no mocambo, não existia.

É importante frisar que a existência da cozinha depende da forma de significar cada compartimento da casa. Foi no momento em que se tornou necessário delimitar um espaço, dando a ele a função, dentro da casa, de confecção dos alimentos, que a cozinha ganhou sentido. No caso do mocambo, a ausência desse e de outros espaços, com funções específicas, implicava em uma outra forma de construção da geografia da casa onde cada compartimento, quando havia, ou cada canto de um mesmo compartimento, possuía múltiplos significados. A presença de compartimentos, na casa da vila, como a cozinha, o quarto, a sala, em contraponto a

sua ausência, no caso dos mocambos, criou a necessidade de um rearranjo das práticas cotidianas na casa, agora sob o signo da higiene.

Da mesma forma, a vila das lavadeiras¹⁶¹ criou um lugar fora da casa, visível, para exercer sua função. Os lavadouros substituíram o rio e também a forma de se lavar a roupa. Modificaram-se as partes do corpo em contato com a água e toda uma nova economia de gestos, nesse momento considerados sadios, se instalaram. As mulheres, que antes entravam no rio, molhando as roupas que estavam vestidas junto com as que iam lavar, passaram a perfilarem-se, uma ao lado da outra, em pé, com as mãos no tanque, distanciando ao máximo seus corpos das roupas que lavavam. No artigo, “Lavadeiras de ontem e de hoje¹⁶²”, duas fotos mostram essa diferença no exercício de lavar roupa, antes e depois da vila. Na primeira foto as mulheres estão agachadas no leito do rio, molhando-se junto com as roupas. Na outra foto elas encontram-se perfiladas, uma ao lado da outra, em pé, apenas com as mãos tocando na água que lava as roupas.

Lavar, costurar, cozinhar, eram tarefas femininas. A constituição da diferença de gênero se fez presente não só na divisão sexual do trabalho, mas também na própria geografia das casas, dentro da vila, como também na construção de espaço fora da casa, para o trabalho feminino, como acabamos de ver logo acima, com o caso da vila das lavadeiras. Dentro e fora da casa, estipulou-se espaço e lugar feminino e também masculino, construindo uma linha, aparentemente nítida, separando um universo do outro ao mesmo tempo em que se naturalizou essa diferença.

Durante o período em análise, a ameaçadora possibilidade de se confundir os universos do feminino e do masculino, tornando obscura a linha que separa os dois

¹⁶¹ LAVADEIRAS de ontem e de hoje. **Folha da Manhã**. Recife, 23 jan. 1941. (1 e 3)p.

¹⁶² *Ibidem*.

universos, assustou setores conservadores da sociedade. A educação era lugar de construção dessa diferença de gênero e houve esforço governamental no sentido de deixar patente a diferença entre o feminino e o masculino. A esse respeito, Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, dizia em uma conferência¹⁶³ em 02 de dezembro de 1937, quando era comemorado o centenário do colégio Pedro II, que:

“Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o indivíduo para a vida moral, política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas, outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete, na educação que lhe ministra prepara-la conscientemente para essa grave missão”¹⁶⁴.

Além de diferenciar a educação masculina da feminina o ministro, ao significar a mulher como aquela que funda e conserva a família, reforçava a importância da educação direcionada para ela. Não se tratava de prepará-la simplesmente para tarefas domésticas, mas de educá-la para fundar e conservar sua família com competência. Já o homem devia ser educado para trabalhar fora de casa, com o fito de garantir o sustento da família. Esse texto remete a duas questões importantes: educação e trabalho, ou melhor, ainda, educação para o trabalho.

No entanto, as mulheres, nas primeiras décadas do século XX, questionavam as atribuições que usualmente lhes cabiam. Queriam algo mais e, com isso,

¹⁶³ SCHWARTZMAN, S. et. all. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000. p. 123

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 123.

rompiam os costumes pré-estabelecidos. Assim, em número do jornal Diário de Pernambuco de meados de 1925, encontramos um artigo de um homem que percebia, com grande estranhamento, uma mulher andando e se vestindo, na rua, como se fosse um homem¹⁶⁵.

Ainda durante a década de 20 do século XX, uma colaboradora da Revista Feminina pedia igualdade de formação para ambos os sexos¹⁶⁶. Mais tarde, já em 1932, Edwiges de Sá Pereira¹⁶⁷, professora e membro da Academia Pernambucana de Letras, além de feminista atuante, conclamava às mulheres a lutarem por uma educação que lhes desse melhores condições de trabalho. Edwiges entendia que as mulheres que não precisavam trabalhar e as que precisavam e podiam trabalhar deveriam se unir para ajudar aquelas que não podiam trabalhar, apesar de precisarem¹⁶⁸. Certas mudanças de costumes e algumas inovações nas rotinas das mulheres passaram a ganhar signos de ameaça. Na época, intelectuais de ambos os sexos passaram a apontá-los como elementos de corrosão social¹⁶⁹.

Preocupado, principalmente com os comunistas, o governo acreditava que a sua luta contra ideologias em desacordo com a filosofia do Estado Novo, deveria se dar, principalmente, através da educação. Assim, a educação não se resumia, no período em estudo, ao esforço em fortalecer a diferença de gênero. Na perspectiva ora abordada, educar significava forjar mentalidades. Assim, a educação foi utilizada como importante ferramenta de reprodução da ideologia vigente. O objetivo era

¹⁶⁵ ALBUQUERQUE Jr. D. M. de A. **Nordestino: uma invenção do falo**: uma história do gênero masculino no Nordeste (1920-1940). Maceio:Edições Catavento,2003. p. 41.

¹⁶⁶ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. Op. cit. p. 371.

¹⁶⁷ Edwiges de Sá Pereira era feminista atuante, professora e membro da Academia Pernambucana de Letras. Ver: PEREIRA, E. de Sá. **Pela Mulher, para a mulher**. Recife: Oficinas Graphics da associação da boa imprensa, 1932.

¹⁶⁸ PEREIRA, E. de Sá. op. cit. p. 9.

¹⁶⁹ MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. Op. cit. p. 371.

impedir qualquer movimento que fosse significado enquanto desordem. Daí a necessidade de incentivo ao patriotismo, a tradição e a ordem.¹⁷⁰

Nesse contexto, a educação, para o interventor do estado de Pernambuco¹⁷¹, deveria ter por finalidade a formação de homens fortes e não, simplesmente, pessoas capazes de assinar o nome. Dizia ele:

“A educação não tem mais por fim formar eleitores livres, mas homens fortes. Fortes de corpo e de espírito. Homens de vontade, o que supõe uma disciplina. Uma resistência. A base dessa educação é a educação física. Depois a instrução profissional. Depois a instrução universitária¹⁷²”.

Nesse texto, Agamenon, declarou que priorizava a educação física ante a instrução profissional e, por último, a instrução universitária. Dessa forma ele pretendia salvaguardar o controle do Estado, do voto e da opinião, oferecendo uma educação que reduzia o indivíduo a um executor de tarefas específicas, úteis ao mercado. O homem forte seria mais interessante para o Estado Novo do que aquele que refletia sobre seu mundo e o questionava. Daí a ordem de importância atribuída à educação física e a formas de instrução voltadas para as necessidades do mercado de trabalho.

Em março de 1941, a Folha da Manhã noticiou como uma grande novidade a prática da educação física nas escolas da cidade¹⁷³. Como vimos, para o Interventor, a educação física era um elementantíssimo, na formação de homens fortes. Para ele, antes da função alfabetizadora a educação destinava-se a produzir homens fortes. Assim, a educação constituía uma preciosa ferramenta de disciplina do indivíduo.

¹⁷⁰ ALMEIDA, Maria das Graças. A. A. de. **A construção da verdade autoritária**. 5ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. (37 – 68 p.)

¹⁷¹ MAGALHÃES, Agamenon. Educação física. Folha da Manhã, Recife, 15 abr. 1941. p. 3.

¹⁷² *Ibidem*.

¹⁷³ Uma realidade, este ano, a educação física entre os escolares da capital. **Folha da Manhã**, Recife, 01 mar. 1941. (1 e 6)p.

Para atingir esse objetivo, as professoras passaram a receber preparação direcionada. Em artigo publicado na Folha da Manhã, o interventor comentava a “demonstração dos métodos e orientação seguidos no desenvolvimento do Curso Normal de Educação Physica”, chefiado pelo capitão do Exército, Roberto de Pessoa¹⁷⁴. Assistiram a essa demonstração, no “Lyceu Industrial”, grupos escolares, freiras e diretoras de colégios da cidade. Compareceu também ao evento o secretário do Interior do Estado de Pernambuco e também o do Ceará que, nesse dia, estava em Recife.

Na ocasião, foi apresentada uma lição prática de educação física, executada pelas normalistas e em seguida foi realizada uma partida de basquetebol. Além disso, o capitão Pessoa falou sobre a educação física como elemento importante para a “criação da disciplina e factor de cooperação¹⁷⁵”. A prática de educação física na escola seria acompanhada por um grupo de médicos, sempre prontos a fiscalizar os corpos, verificando-os se aptos ao exercício físico.

Por sua vez, em um artigo na Folha da Manhã de 23/04/1941, Arnóbio Tenório Vanderley foi bem cuidadoso ao falar da educação física em relação a diferença entre meninos e meninas. Ele acreditava que:

“A educação física bem orientada está sempre atenta às diferenças de sexo. A cultura física não deve ser uma chocadeira de mulheres de barba, uma incubadora de viragos, dessa classe inconvertível de mulheres-homens. Aperfeiçoará, pelo contrário, os atributos femininos das mulheres. Dar-lhes-á destemor, graciosidade de maneiras, espírito de hierarquia¹⁷⁶”.

A preocupação em deixar claro que a prática da educação física por mulheres não as masculinizaria e sim, pelo contrário, reforçaria seus atributos femininos,

¹⁷⁴ Ibidem.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ VANDERLEY, Arnóbio Tenório. Educação física. **Folha da Manhã**, Recife, 23 abr. 1941. p. 3.

responde a interpretações, sobre esse tema, como a de José Campello¹⁷⁷, que percebia na prática de esportes pela mulher a sua masculinização. A imagem do esporte relacionava-se à idéia de força e destreza física, atributos considerados eminentemente masculinos. De acordo com essa ótica, a masculinização da mulher poderia destruir as famílias, uma vez que, ao se aproximar do universo masculino ela deixaria de lado suas funções de dona de casa, de administradora do lar, de esposa e mãe, que reproduziam um ideal de família.

No entanto, a expectativa do governo era que, para as mulheres, a educação física fosse o espaço de cultivo da graciosidade, do senso de hierarquia e destemor. Já entre os homens a educação física possibilitaria disciplina, força e combatividade. Assim, construía-se uma prática que separava meninos de meninas, disciplinando-os a agirem como a sociedade significava cada gênero, sinalizando as funções de meninos e meninas, de homens e mulheres, na família e na sociedade. Portanto, a prática da educação física perpassava por um conjunto de saberes que a definiam, cercando o indivíduo, classificando-o e separando-os por sexo.

É bom deixar claro que essa prática não instituiu a diferença entre meninos e meninas, posto que ela já existia anteriormente. Consistia, na realidade, em um reforço a diferença, uma vez que, como vimos, as formas de significar o homem e a mulher estavam se aproximando uma da outra. Assim, trata-se de uma ação que ganhou legitimidade no momento em que a diferença que ela construiu em seu exercício não só já existia na sociedade como também era significada como natural. Foi a necessidade de reforço da naturalização da diferença que tornou importante a prática de uma série de ações, como a da educação física, que diferenciavam o

¹⁷⁷ CAMPELO, José. Diferenciação e valorização dos sexos. **Folha da Manhã**, Recife, 28 dez. 1937. p. 3.

menino da menina, afastando a ameaçadora aproximação entre a figura do feminino e a do masculino.

Iniciamos esse capítulo tratando de dois signos importantes de feminilidade: a amamentação e a maternidade. Ambos estão vinculados a inserção da mulher na casa, no recôndito do lar. Para Christopher Lasch¹⁷⁸, em estudo sobre a Europa e os Estados Unidos, o trabalho masculino sempre foi diferente do feminino, nas diferentes culturas. Contudo, a partir do século XIX, uma nova divisão do trabalho construiu como espaço da mulher, a casa. Nesse momento a rua tornou-se palco exclusivamente masculino, ou melhor, espaço de trabalho do homem.

A respeito do Brasil, Maria Ângela D'Incão¹⁷⁹ também pontuou o século XIX como momento de forte transformação das formas de sociabilização da casa e da rua. Trata-se do surgimento da família burguesa, "*marcada pela valorização da intimidade e da maternidade*¹⁸⁰". Foi a partir do processo de instauração dessa nova mentalidade, a burguesa, que se instituiu família sob novos códigos, demarcados em nossa análise da documentação coletada. Os documentos foram compostos por signos que surgiram de uma sociedade que chamava a si própria de moderna, contrapondo-se ao que ela mesma considerava arcaico, antigo, negativo.

Foi o que disse a Edwiges de Sá Pereira¹⁸¹, em 1932, ao comparar as mulheres suas contemporâneas com as de tempos atrás:

“Foi predominante em outras épocas, em nossa terra, o tipo da mulher que não precisa trabalhar. Em outras épocas, aqui como lá fora, coisa interessante era ser mulher de certa linhagem! Que não conhece essas matronas antigas, tradicionalmente revividas nas crônicas, - passivas, pacientes, irresponsáveis, tendo por exclusiva

¹⁷⁸ LASCH, Christopher. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999. p. 114.

¹⁷⁹ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002. (223-240)p.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 223.

¹⁸¹ PEREIRA, E. de Sá. **Pela Mulher, para a mulher**. Recife: Oficinas Graphics da associação da boa imprensa, 1932.

ocupação a chave da dispensa, a agulha, e o terço ao accender das candeias, - padrão authentic das nossas virtudes históricas? Vida amorpha, pela ausência de personalidade, vida simples, patriarcal, sem anseios sem inquietações de ordem externa¹⁸².

A substituição de uma forma de significar a mulher por outra, construiu novos significados para essa mulher do passado, do qual fala Edwiges e para essa outra, que vive o século XX. Edwiges representaria essa nova mulher, mais enérgica, que irrompeu durante o século XX, no Brasil, mas já demonstrava existir no século anterior. Ela olhava para a mulher do século do passado, membro de uma família patriarcal, significando-a a partir do presente, dos novos signos que compunham a mulher moderna de seu tempo.

E quem seria a mulher moderna para ela? A mulher moderna apareceu como um espelho invertido da que viveu no passado. Nesse caso, o trabalho tornou-se o contraponto entre as duas, marcando, a partir daí, a diferença entre elas. Para Edwiges, quando o homem não conseguisse ganhar o suficiente para o sustento da família a mulher deveria trabalhar para prover o sustento do lar. Essa mulher ativa seria, para ela, que era militante feminista, uma mulher moderna e não passiva. Passividade seria a marca da mulher do passado, em contraponto a determinada mulher moderna.

Com isso, enquanto no século XIX o espaço da casa foi definido como eminentemente feminino, o século XX propunha sua redefinição. A existência, como vimos, de textos na imprensa que se esforçavam em definir qual o lugar do masculino e do feminino induzem-nos a pensar na fragilidade em que repousa tal divisão do trabalho.

De fato, o frágil liame que separava o universo feminino do masculino necessitava de um largo esforço simbólico para estruturar-se e se fortalecer. Não

¹⁸² Ibidem, p. 6.

falamos aqui de toda a estrutura simbólica de maneira geral, que construiu nosso mundo, ao longo do tempo, e suas práticas discursivas a partir de uma perspectiva androcêntrica¹⁸³ mas, de um momento específico nesse processo. Trata-se dessa recente divisão de trabalho que parte dessa visão de mundo centrada no homem, que define a casa como espaço particularmente feminino e a rua como masculino.

Confirmada pelo saber médico, no período estudado, a inferioridade da mulher em relação ao homem deu legitimidade a construção de um espaço específico da mulher, necessariamente diferente do espaço masculino. Esse tipo de construção, vinculado ao saber médico, nasceu na sociedade moderna, no momento em que a ciência estava ganhando um espaço que antes era privilégio do saber religioso, como vimos em tópico anterior. Entretanto, como mostrou a Edwirges, no Recife, o espaço reservado para a mulher estava longe de ser harmônico. Ela estava na casa, mas muitas vezes olhava, vislumbrada, para a rua. Desse conflito surgiram fortíssimos discursos que associavam a saída da mulher do espaço privado para o público como elemento desagregador da família, além de apontar culpados fora dessa família, como os judeus e comunistas.

É importante destacar que durante o período trabalhado, de 1937 a 1945, havia toda uma forma de significar mulher e família que não nasceu nesse momento. As primeiras décadas do século XX surgiram com uma série de estratégias que visavam, invadindo a intimidade das famílias, reagrupar os espaços. Entretanto, essa não se mostrou uma tarefa fácil, pois era difícil assegurar a preservação da tênue linha que separava o universo masculino do feminino.

Assim, entendemos que o discurso do feminino, do qual o interventor se apropriou, não nasceu durante o Estado Novo. Toda uma forma de se representar o

¹⁸³ BORDIEU, Pierre, 2003. Op. cit. (13-55)p.

feminino, em sociedade, foi usada para legitimar ações governamentais e estavam presentes, também, em discursos que não eram do interventor ou de membros do governo, mas configuravam-se como práticas discursivas que se coadunavam com a filosofia do Estado Novo.

3. REPRESENTAÇÃO DE FAMÍLIA NOS DISCURSOS PRÓ-GOVERNO PUBLICADOS NA IMPRENSA.

Como vimos em capítulo anterior, durante o período estudado os limites que separavam o masculino e o feminino estavam em pauta de discussão. Não era fácil, para setores mais conservadores da sociedade, delimitar o espaço feminino exclusivamente na casa. Essa dificuldade mostrava-se presente nas páginas dos jornais estudados.

As pessoas que publicavam seus artigos em jornais estavam imersas na sociedade em que viviam e produziam seus textos a partir dela. Trabalharemos aqui, em especial, com artigos do interventor de Pernambuco, Agamenon Magalhães. Nosso interesse está em entender com que objetivo a família foi nomeada em seus textos e, para isso, acreditamos ser necessário vislumbrar como ela estava sendo sentida à época em que trabalhamos.

Portanto, precisamos verificar, em primeiro lugar, como apareceram representadas nos jornais as formas de se sociabilizar construtoras de família. Ou seja, é necessário entender como questões relativas ao amor, ao namoro, ao casamento, eram significadas nos jornais, durante o período estudado. Em seguida, estudaremos como os códigos inerentes a família, que partiram, também, dessas formas de se sociabilizar em família, foram utilizados em discursos presentes nos jornais estudados.

Assim, um artigo, da página Feminina, do Jornal do Commercio de 1940, falava do amor utilizando-se de uma série de fragmentos de Michelet, que foi um historiador do século XIX, influenciado pela concepção de amor romântico:

“A família apóia-se no Amor e a Sociedade na Família. Portanto o Amor precede tudo. (Michelet)¹⁸⁴.

¹⁸⁴ SOBRE o amor. Jornal do Commercio. Recife, 03 de mar. 1940. p. 2. (página Feminina).

O trecho em questão constitui um fragmento de um texto composto por quatro parágrafos selecionados, desse mencionado autor¹⁸⁵, com o objetivo de falar sobre o amor. O amor funda a família e dela nasce a sociedade. O amor¹⁸⁶ burguês, na Europa do século XIX, tinha em seu objeto uma ausência. Tratava-se do amor que não podia se completar. Entretanto, nesse momento, essa forma de significar o amor estava sendo, aos poucos, substituída por uma outra. O amor deixou de ser utópico, impossível, para ser passível de realização.

Essa nova forma de pensar esse sentimento modificou, lentamente, o objetivo do casamento, que deixou de constituir-se com base em valor do dote que unia o casal e passou a ter como base o amor. Com isso, o casamento deixou de se reduzir a um contrato que envolveria interesses econômicos negociados entre duas famílias. Contudo, nos espaços em que ele substituiu essa outra prática, garantiu-se a circulação, em um mesmo espaço, de pessoas com poder aquisitivo e status semelhantes¹⁸⁷.

Como vimos em tópico anterior, no Brasil, ainda no século XIX, uma nova sociabilidade foi sendo construída, regida pelo saber médico, que impôs novas formas de lidar com o cotidiano e com os espaços da casa e da rua. Nesse momento, o amor romântico encontrou seu espaço na família e essa citação de Michelet passou a ganhar cada vez mais sentido na sociedade brasileira¹⁸⁸. Para Maria Ângela D'Incao, a família, durante o século XIX, no Brasil, apesar de ainda

¹⁸⁵ Sobre Michelet ver WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia**: escritores e atores da História. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (09 – 43).

¹⁸⁶ Ao falar da construção do amor no século XIX não negamos sua possibilidade no passado. Entretanto chamamos atenção para a construção de uma forma de vivenciar amor que está bastante associada ao mundo burguês e a higiene.

¹⁸⁷ GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a paixão terna. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. (09 – 10) p.

¹⁸⁸ Sobre esse assunto ver: RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930). 3ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.(74 – 84)p.; COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. (226 – 240)p.

não estar fechada em si mesma, já possuía signos próprios da família burguesa, como o cultivo da domesticidade e do privado e a escolha do cônjuge baseada no amor¹⁸⁹.

Com isso, o século XX nasceu com famílias sendo constituídas a partir do amor e não mais devido a interesses econômicos. A partir daí construiu-se o mito do amor materno, do amor romântico, de uma nova forma de pensar a casa e o papel da mãe.¹⁹⁰ Não se tratava do amor impossível, mas da materialização desse amor, através do matrimônio.

As primeiras décadas do século XX chegaram trazendo uma nova forma de constituir família, agora não mais através da razão e sim dos sentimentos. O final do século XIX e início do XX constituíram um momento de transferência da razão para a emoção, no que diz respeito as formas de se casar. O amor ganhou espaço na escolha do cônjuge e iniciou uma forma de se relacionar com o outro mais íntima. Até então o amor figurava distante ou nascia após o casamento. Agora se fez presente antes do casamento e uniu o casal¹⁹¹.

Nos jornais, casamentos em que os noivos ainda são desconhecidos apresentaram-se como prática do passado. Um artigo do *Jornal do Commercio* de 1939¹⁹² fazia referência a espaços de encontro, onde rapazes e moças se conheceriam e poderiam, porventura, acabar namorando. Piscinas, praias, jogos ao ar livre, aproximariam homens e mulheres. Esses espaços que permitiam o encontro

¹⁸⁹ D'INCAO, Maria Ângela. *Sentimentos modernos e família*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (82 – 83) p.

¹⁹⁰ OLIVEIRA, I. B. de. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). 2002 Tese (Doutorado em História)-CFCH/UFPE, Recife. (197-198) p.

¹⁹¹ DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

¹⁹² PROIBIDAS de chorar e de arranhar. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 jan. 1939. p. 5.

eram, como hoje em dia, momentos em que todos queriam se mostrar na melhor das suas formas.

No artigo, o casamento moderno foi comparado com o antigo e, com muito humor, o autor explorou suas coincidências:

“De certo modo estamos voltando aos tempos antigos em que o homem, no dia do casamento, levava para a sua casa um enigma, uma charada vivente, ou, mais propriamente, uma caixa de surpresa¹⁹³”.

O articulista argumentava que as mulheres, com suas unhas, sobrancelhas e uma série de outros apetrechos postiços acabavam sendo irreconhecíveis pelos maridos ao amanhecer da primeira noite de casamento:

“Agora imagine-se a surpresa do marido que, após os primeiros dias da lua de mel, assiste à queda das unhas da esposa, e das pestanas, e dos dentes, talvez... Como se vê, de incerto que era o jogo do casamento, passou a ser incertíssimo...¹⁹⁴”

O artigo dirigia-se as mulheres, pois estava na página Feminina do Jornal do commercio. O mais interessante nesse artigo, para o atual momento do estudo, está na comparação, feita pelo articulista, entre o ontem e o hoje. O casamento do passado era tido como um enigma por que os cônjuges não se conheciam. Seria um casamento sem amor, por interesse, entre famílias com poder aquisitivo alto.

Quando o artigo referiu-se ao casamento moderno o amor e a necessidade feminina de mostrar-se bela apresentaram-se como novidade. O casal primeiro se conheceria e, movidos pelo amor que começariam a sentir um pelo outro, se casariam. Contudo, o casamento permanecia um enigma por que a possibilidade de escolha do cônjuge com base no amor tornava a mulher refém da beleza ou da exigência de ser bela e, para isso, recorria a apetrechos artificiais que a tornava uma

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem.

surpresa para o marido¹⁹⁵. Modificou-se aquilo que produzia o enigma, mas ele persistia. Anteriormente, a mulher era um enigma por ser uma desconhecida para o marido. Nesse novo momento, de que trata o artigo, a mulher não seria uma desconhecida. Exatamente por isso, ela se utilizava de artifícios que escondiam quem ela era.

O artigo indicava a insegurança em torno do novo através da dificuldade em entender o outro. A distância entre o mundo do homem e o da mulher criava linguagens tão diferentes entre o noivo e a noiva que um tinha dificuldade em entender as ações do outro. Daí esse estranhamento do noivo com relação ao uso de apetrechos de beleza da noiva. O esforço em diferenciar um do outro criava também uma imensa dificuldade de leitura das ações desse outro que estava ali próximo, dividindo a mesma casa, a mesma cama.

O namoro acontecia e o noivado era precedido pelo casamento, quando havia amor. A concordância da família ainda era muito importante. Entretanto, não constituía uma grave interdição para o casamento do casal. A mudança do lugar de onde se constituía família modificava as relações de poder dentro dela. Ou seja, o casamento com base no amor construiu novas relações de poder dentro da família. Quando o casamento era movido por interesses político-econômicos, o poder paterno era monumental. Era a partir do pai que os casamentos se definiam.

A necessidade de amor para realização do casamento retirou do pai o poder de escolha do noivo ou noiva, passando-o para o indivíduo. A esse respeito, o *Jornal do Commercio* publicou em janeiro de 1939 um suposto diálogo entre um homem e uma mulher. O artigo começa com um desabafo do rapaz:

¹⁹⁵ Sobre casamento e beleza ver DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo:Contexto, 2005. 30p.

Ele (indignado): Não! Assim não pode ser! Temos que resolver a nossa situação. Você corresponde ou não corresponde? Você ama ou não ama? São seis meses de assédio. Você compreende! É demais!”¹⁹⁶.

E termina com a decisão de se casarem. Nesse momento ela ameaçou gritar se ele continuasse insistindo por um beijo. Um terceiro rapaz apareceu querendo saber se ela estava bem, pois havia ameaçado gritar. Ela respondeu ao intruso que apesar de ameaçar gritar ela não o iria. Ante a essa resposta:

“Ele: (...) Agora já sei que você não grita.
 Ela: E foi preciso um intruso para você descobrir?
 Ele: É para você ver como o amor cega agente... Eu pensei que você fizesse escândalo...
 Ella: Mas faça, meu tontinho, faça... Eu estou pronta para o escândalo...
 Elle (zangado): Como é? Vai recomeçar? Outra vez?
 Ella (sorrindo): E não acha que é escândalo, um grande escândalo social, eu me casar com você?”¹⁹⁷”

Assim, um casamento não desejado pelas famílias dos noivos poderia gerar um escândalo, mas o amor venceria esse eventual interdito e uniria os jovens, constituindo-se assim, uma nova família.¹⁹⁸ O casamento foi pensado já no início do relacionamento. Após seis meses resolveram se casar. Dois indivíduos de gêneros diferentes aproximaram-se um do outro para um relacionamento sério. A decisão foi dos cônjuges e não da família, mas ela tornou-se uma presença invisível que criou uma barreira ao casamento indesejado: o escândalo.

A nova configuração das relações de poder dentro da família, ao mesmo tempo em que dava ao namorado ou namorada a possibilidade de escolha criava condições para ela. A família não mais indicava com quem o “filho” se casaria, mas definia códigos que restringiam essa escolha. Nesse sentido, a família se esforçava

¹⁹⁶ LESSA, Origines. Prompta para o escândalo. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 jan. 1939. p. 3. (Página Feminina).

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

para unir a escolha do casal, baseada no amor, a interesses político-econômicos que ainda eram considerados importantes na realização de uma prática matrimonial.

Podemos estudar melhor esse movimento no interior da família com um outro artigo, publicado na Folha da Manhã no início de 1945:

“Melle, alourou os cabelos e rejuvenesceu quatro anos no mínimo. O vestido curto de escosseza, as botas negras lustrosas, num contraste com a alvura da pele cor da lua impõe-lhe mais graça, mais ‘glamour’, mas coração. Vive assediada por um ‘partido conveniente à família. ‘Ele’ também irá ao baile. E diz consigo mesma, frente ao espelho: - Terei de dançar com o comendador Célio Loide. ‘Cortá-lo’ seria criar um caso na família e o papai não me levaria aos saraus que se sucedem ao baile oficial... Que martírio!¹⁹⁹”

Diferente da história do casal de namorados, publicada no Jornal do Commercio seis anos antes, a Melle agia de uma outra forma com sua família. Queria ir ao baile oficial e a saraus, mas para isso precisava dançar com um pretendente que agradava a sua família. Havia opção de escolha, ela poderia dizer não, mas não gostaria de pagar o preço dessa negativa. A família cercava a jovem com as suas expectativas e criava interditos para possibilidades de namoro indesejadas. Criava condições para que a garota pudesse ir a festas que, ao não ser cumpridas, gerava uma série de interdições.

A história da Melle e a dos noivos que queriam se casar tratam de variações de um mesmo discurso, o do amor romântico, mas já com possibilidade de materialização. Nos dois casos, a família era representada como importante na escolha do cônjuge, mas também denotavam uma maior autonomia da moça, que participava avidamente da negociação em torno de quem seria seu futuro marido. Melle se arrumou para o baile, queria se mostrar bonita para os jovens rapazes que a veria passar e, quem sabe, conseguiria dançar com alguém que realmente

¹⁹⁹ MENINAS de Hoje. **Folha da Manhã**, Recife. 14 jan. 1945. (Suplemento ilustrado).

gostasse. Contudo, o olhar da família se fez presente. Era o pai que dizia se ela poderia ou não ir ao baile e, portanto, precisaria agradá-lo para poder se divertir. Ela negociou com ele até qual seria sua atitude no baile e assim recebeu o consentimento paterno.

Nesse caso, a escolha da moça caminhava ao lado dos interesses político-econômicos de sua família. Melle sentia a necessidade de mostrar-se bela, enfeitou-se para isso e foi ao baile esperando conhecer alguém interessante, namorar e, amando, se casar. Contudo, a necessidade de agradar sua família delimitou suas escolhas. Assim, em torno do casamento movimentava-se uma intrincada teia de interesses. Nela, o amor figurava enquanto peça importante, mas sob conveniente controle, a fim de respeitar necessidades outras.

Já na última década do século XIX estava presente o desejo de constituir casamento com base no amor. O poder do pai foi ameaçado por uma nova moral, que aos poucos substituiu seu poder de escolha do marido da noiva pelo amor²⁰⁰. Segundo Jurandir Freire, no momento em que o saber médico substituiu o religioso e legal, ou acrescentou-se a estes, penetrou nas famílias e inventou essa nova moral que uniu os noivos por escolha deles, dando-lhes plena responsabilidade ante a escolha que fizeram, na constituição da família²⁰¹.

Assim, artigos publicados nos jornais da época representam um desejo, podendo ou não materializar-se no cotidiano das famílias à época. A sua presença no jornal indica uma nova perspectiva, uma outra forma de pensar família. Não expressa necessariamente o que acontecia, mas explicitava um desejo que suprimia a força do pai e dava aos noivos motivos para a união que não se circunscreviam, necessariamente, aos interesses familiares. A representação do pai como aquele

²⁰⁰ FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004. 322 p.

²⁰¹ COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 226 – 240 p.

que escolhia o noivo da filha e regia, até o momento do casamento, toda a sua vida, foi substituído por uma outra forma de representar essas relações.

Essa concepção de família corresponde a família cristã, como podemos verificar em um artigo de 1939, publicado na seção religiosa do *Jornal do Commercio*:

“Entre as instituições sagradas, a família representa, inegavelmente, papel preponderante, porque se enfileira entre as que foram criadas pela mão de Deus. Ella nasceu no Éden, como o sabeis. Partindo do Perfeito, criada no meio perfeito, tal era o paraíso, só a podemos compreender como instituição perfeita²⁰²”.

Assim, a família foi representada como instituição divina, criada por Deus. Nesse caso, família teria sido criada no Éden, como também a diferença entre homem e mulher. Segundo esse discurso, Deus teria criado Adão e depois Eva. Além disso, especificou como deveria ser a relação entre eles:

“Ser mais fraco, parte do organismo do homem, nasceu para ser protegida, amparada e dignificada; em retribuição como lei natural, a mulher consagraria atenção e amor áquelle que o destino pela Providencia divina apontara como seu leal e inseparável companheiro para toda a existência²⁰³”.

Com isso, naturalizava-se a diferença de gênero além de reforçá-la tratando o lugar produtor dessa diferença como divino. A saída de Adão e Eva do paraíso diferenciava ainda mais um do outro:

“A despeito, porém, da queda que sofreram, Adão e Eva não foram aniquillados. Deus preferiu entregar-lhes destinos opostos, mas bem definidos: um teve os campos para o trabalho, obtendo o pão á custa do emprego das próprias energias na cultura da terra; o outro recebeu o lar para cuidar e a dor physica para a procriação²⁰⁴”.

A concepção de amor, ora estudada, pertence ao mesmo discurso que entende a família como divina. O movimento que modificou o lugar de onde partia a

²⁰² FAMÍLIA como expressão social. *Jornal do Commercio*. Recife, 10 fev. 1939. p. 11. (Seção Religiosa).

²⁰³ Ibidem.

²⁰⁴ Ibidem.

escolha da forma de se casar não criou um novo lugar de formação dessa família. Assim, a família, que se constituía com base no amor, ainda se formava significando-se como instituição divina. Nessa perspectiva, ela diferencia o marido da esposa, o homem da mulher. Além disso, tornou divino, portanto inquestionável, a diferença entre trabalho feminino e trabalho masculino.

Dessa forma a família foi representada na imprensa, nos discursos do interventor ou daquele que se apropriava da palavra para, por algum motivo, nomeá-la. Sua representação nos jornais vinha desse universo simbólico, que formava a família cristã, no início do século XX. Durante o Estado Novo, o interventor e seus supostos aliados políticos apropriaram-se dessa forma de sentir família. Utilizaram-se dela para dar legitimidade a seus ideais, suas formas de viver e interpretar a realidade da qual faziam parte.

Em um artigo de 1945 intitulado “desajustados” Agamenon mostrava-se preocupado com as famílias que vinham do interior para Recife ou iam para o sul do país. Quando chegavam na cidade grande o pai da família muitas vezes não conseguia emprego. Muitas vezes o marido deixava a mulher e os filhos sozinhos, provavelmente tentando conquistar uma vida melhor em outro lugar. São essas famílias que o interventor chama de desajustadas. Esse quadro o fez acreditar que a família, entre os mais pobres, estaria deixando de existir:

“(…) o que estamos notando, nos últimos anos, é que diminuem os pedidos de emprego e aumenta o número de mulheres e menores abandonados. A noção de família nas classes humildes parece que está desaparecendo. A causa, porém, é só econômica? Há outros fatores que estão agravando o problema. A falta de instrução é fator predominante na dissolução dos costumes. A ignorância continua a ser a fonte de todos os vícios²⁰⁵”.

²⁰⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Desajustados. **Folha da Manhã**. Recife, 11 jan. 1945. p. 03.

A família desajustada seria aquela que não conseguiu estruturar-se de acordo com o ideal de família moderna e cristã. Quando o pai ausentou-se da família um elo se rompeu, pois a família não poderia se constituir sem a figura paterna. Assim, não era possível, ao interventor, entender uma família que não se constituía baseada na tríade pai, mãe e filhos, ou a família em que o pai não consegue trabalhar para sustentar a família. A educação seria a solução pois, através dela, essa população pobre e sem emprego aprenderia o que significava ser pai e mãe. A família “desajustada” precisava ser controlada, disciplinada, modificada. A educação era, para o interventor, o veículo de controle e normatização daqueles que estavam fora da ordem.

Agamenon ocupava o posto de interventor de Pernambuco afirmando que iria trazer a “emoção do Estado Novo”. Ele fazia uma severa crítica ao Estado liberal, afirmando que, ao entregar a sociedade a própria sorte possibilitaria a instalação de conflitos de classe e a formação de trusts e cartéis. O Estado intervencionista seria o adequado para o governo da sociedade, onde ele, como interventor, seria uma espécie de mediador entre as classes, “cuidando” do povo²⁰⁶.

Assim, ele não só apontava o que deveria ser feito com essas famílias que considerava desajustadas por não responderem a um modelo de família cristã. Ele apresentava esse problema a sociedade ao mesmo tempo em que definia sua ação. E a primeira delas, diante desse quadro, foi a de mandar de volta para o campo essas famílias que não conseguiam se estruturar bem na cidade:

“Os serviços sociais da Liga Contra o Mocambo redistribuíram para as zonas rurais do Nordeste, no ano findo, duas mil e quinhentas e vinte famílias, sem ocupação ou trabalho em nossa capital²⁰⁷”.

²⁰⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana, 1984. (série estudos e pesquisas) p. 35.

²⁰⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Desajustados. **Folha da Manhã**. Recife, 11 jan. 1945. p. 03.

Anos antes, em 1941, comemorando o dia do trabalho, ele indicava como pretendia transformar a sua preocupação em “cuidar da população” em ação política. Ao mesmo tempo sinalizava para o que acreditava ser a instauração de uma nova relação de trabalho, onde não haveria espaço para rivalidade entre patrão e empregados:

“O dia do trabalho que vamos comemorar, amanhã, com fulgor e entusiasmo, instalando a Justiça do Trabalho, inaugurando vilas populares e grupo escolar para os filhos dos operários, não é só o dia dos trabalhadores. É também o dia do patrão que, no Brasil, é o dono da fábrica, o chefe do escritório, da casa comercial, o primeiro que chega na empresa e o último a sair²⁰⁸”.

O patrão era visto como um trabalhador, junto com todos os demais. Afirmou Dulce Chaves Pandolfi que o Interventor considerava como sua reforma mais profunda uma nova concepção de trabalho, “que acabou com a desconfiança entre patrões e empregados”.²⁰⁹ De fato, nesse artigo em que comemorava o dia do trabalho, era patente seu esforço em colocar a figura do patrão como trabalhador, diferenciado dos outros, mas que também labutava arduamente, dia-a-dia.

Esse artigo do interventor combatia uma concepção de fábrica- prisão, onde o patrão era vinculado a figura do opressor, que controlava, disciplinava, e toda transgressão a ordem interna da fábrica era punida de alguma forma²¹⁰. Nessa perspectiva, o patrão seria aquele que vivia à custas do trabalho de outros.

²⁰⁸ MAGALHÃES, Agamenon. O dia do trabalho. **Folha da Manhã**. Recife, 30 abril 1941. p. 03.

²⁰⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Massangana, 1984. (série estudos e pesquisas). p. 36.

²¹⁰ Sempre que precisarmos utilizar esse discurso, para efeito didático, o chamaremos de discurso da fábrica-prisão e o esforço de Agamenon em criar outra representação em torno da fábrica e da imagem do patrão de discurso do patrão –operário – pai. Entretanto, como veremos adiante, um não difere muito do outro, sendo ambos, como veremos adiante, um mesmo discurso.

A fábrica invadiu as casas de seus funcionários, obrigando-os a viver o tempo da fábrica, criando e instituindo família de acordo com esse tempo²¹¹. Agamenon trabalhava em cima dessa imagem de patrão. Tentou em seu artigo retalhar seus códigos e a imagem que produzia, substituindo-a por uma outra, a do patrão trabalhador. Ao final desse seu artigo ele afirma:

“Prestemos, operários do Brasil, no dia do trabalho e em que festejamos a paz, a ordem, a justiça social, o bem estar, a felicidade de ter casa, de ter assistência médica, de ter um salário mínimo, de ter direito ao repouso semanal e às férias anuais, de ter direito á aposentadoria, no caso de invalidez, e pensão para as nossas famílias, prestemos ao patrão brasileiro também a nossa homenagem”²¹².

Ao mesmo tempo em que o interventor configurou de uma outra forma a representação do patrão como explorador não destituiu todos seus signos, pois algo lhe era útil. Assim, o patrão, que antes era opressor e pai²¹³, a um só tempo, foi substituído, no discurso do interventor, pela figura do patrão trabalhador e pai. Ele agora seria aquele que, como seus operários, trabalhavam na fábrica e pela fábrica. Ao mesmo tempo era também o pai, que cuidava de seus operários-filhos, dando-lhes condições para manutenção de suas famílias. Assim, ao mesmo tempo em que manipulava um discurso, tentando criar uma nova imagem para o “patrão”, o interventor mostrava-se também como um grande pai, sendo ele, em outra esfera, patrão.

Está presente nesse discurso a visão do pai cuidadoso com o filho, em contraponto ao pai autoritário, que impõe sua vontade a força, significado enquanto coisa do passado. Em uma sociedade que não mais significava de forma positiva a figura do pai onipotente, Agamenon estruturou seu discurso sob códigos da

²¹¹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930) 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. (15 – 32)p.

²¹² MAGALHÃES, Agamenon. O dia do trabalho. **Folha da Manhã**. Recife, 30 abril 1941. p. 03.

²¹³ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930) 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. (32 – 36)p.

sociedade onde vivia, onde o pai tirano foi substituído pelo pai cuidadoso. Era o pai de Melle²¹⁴, a garota que queria ir as festas e não mais o pai que definia toda a vida dos filhos até o momento do casamento.

A idéia de trabalho, na transição do império para a república modificou-se, adquirindo novos códigos, que exerciam uma importante função disciplinadora sobre as classes pobres, chamadas de perigosas. Era necessário vender a imagem do trabalho como algo bom, substituindo a idéia do trabalho visto como degradante. Assim, a idéia de trabalho, no que diz respeito ao controle das classes subalternas, relacionava-se com a necessidade de se evitar que essa população, formada em grande parte por ex-escravos e, posteriormente, por seus descendentes, ficassem soltos na rua, praticando furtos ou qualquer outro ato transgressor da ordem²¹⁵.

Em contraposição ao trabalho estava o ócio, entendido na época como lugar do perigo, posto que, ao não trabalhar, o indivíduo redimensionava seu tempo, podendo aproveitá-lo para o exercício de atividades que poderiam transgredir a ordem²¹⁶. O combate ao ócio passou pelo esforço de substituição da imagem de patrão – opressor pela de pai cuidadoso, paternal.

O que o interventor fez foi, de dentro desse discurso do trabalho, substituir os códigos que formavam a representação do patrão-opressor por outros, que estimulavam uma imagem de harmonia, ordem e segurança, provenientes do Estado Novo. Anteriormente, houve uma tentativa de substituição da “Fábrica satânica” pela fábrica higiênica, que representava o processo de produção industrial como natural, independente do patrão, em lugar da idéia de opressão do patrão ao empregado,

²¹⁴ MENINAS de Hoje. **Folha da Manhã**, Recife. 14 jan. 1945. (Suplemento ilustrado).

²¹⁵ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005. (59 – 89)p.

²¹⁶ *Ibidem*.

presente no imaginário operário nas primeiras décadas do século XX²¹⁷. Agamenon se apropriou de elementos, já existentes em sociedade, para conceder ao patrão a imagem de operário criando a figura do patrão – operário – pai.

Agamenon Magalhães, durante o período em que foi interventor, visitou fábricas e publicou artigos em que falava sobre suas impressões dessas visitas. Esse discurso do patrão –operário- pai se fez presente nesses seus artigos. Visitando a fábrica dos Lundgren, em paulista, ele falou de todo o esforço de seus proprietários na manutenção e crescimento dela. Além disso, descreveu as benfeitorias da fábrica em prol daqueles que viviam dela:

“A fábrica construiu uma civilização no Estado, tendo 4 mil casas, água, luz, cinema, parques de diversão, hospital, teatro, igrejas, toda uma cidade, enfim, com os rumores, os hábitos, os divertimentos da vida urbana²¹⁸”.

Mais uma vez, o patrão seria o pai, que mobilizava toda uma região em torno da fábrica que criou e cuidava dela, viabilizando um clima de bem estar social que de outra forma não seria possível. O empresário seria aquele que, ao investir na fábrica, melhorava a qualidade de vida de seus operários. Seria, portanto, um grande pai que, longe de ser opressor, cuidava de seus trabalhadores. Em outro artigo ele afirmava:

“Uma empresa é uma escola, onde se praticam as noções fundamentais de ordem e organização do trabalho²¹⁹”.

Mais uma vez o discurso do interventor transformou códigos do discurso da fábrica prisão. A opressão imposta pela disciplina e ordem foi escamoteada no momento em que se associou a essas práticas a idéia de educação. Não haveria opressão na fábrica e sim educação. Camuflou-se assim, todo o inconformismo

²¹⁷ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930) 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1997. 19 p.

²¹⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Uma fábrica e uma civilização. **Folha da Manhã**. Recife, 29 jan. 1939. 01 – 02 p.

²¹⁹ MAGALHÃES, Agamenon. A empresa e o operário. **Folha da Manhã**. Recife, 14 fev. 1941. 03 p.

operário, esvaziando, na fala do interventor, todo e qualquer conflito existente na fábrica. Cuidadosamente tentou-se significar o esforço de controle e disciplina de dentro da fábrica em educação. Em outro trecho do artigo Agamenon escreveu:

“Há poucos dias recebi quatro operários, que estavam suspensos, por indisciplina em certa empresa, processando-se o inquérito legal na inspetoria do trabalho. Esses quatro operários estavam sofrendo. Tinham família. Não tinham mais com que comprar o pão de cada dia. Tive, então, de intervir a favor deles, dando-lhes antes o conselho que devia dar, esclarecendo a função da empresa e a responsabilidade do operário, que era muito maior que a do patrão. Esse caráter social da empresa precisa ser bem definido, modificando-se velhos e amargos conceitos, hoje sem mais conteúdo, nem verdade. A prosperidade de uma empresa não é só a do patrão. É a de milhares de obreiros, que dela vivem com as suas famílias. Uma fábrica que se fecha é uma calamidade social. Uma fábrica em que não há ordem, hierarquia, espírito de disciplina, entusiasmo e interesse pelo trabalho é outra calamidade social²²⁰”.

O trabalhador figurava como o filho que precisava ser educado e a disciplina, o controle que a fábrica impunha sobre ele fazia parte desse processo educativo que visava o desenvolvimento e bem estar de toda a sociedade. A família estava sendo utilizada de duas formas diferentes nesse artigo. Em um primeiro momento o Interventor era o pai que aconselhava o filho-operário. Em outro momento o pai era o operário, que precisava sustentar sua casa, sua esposa, seus filhos. Essas duas dimensões da figura paterna se justapuseram em um interessante jogo onde o pai maior, o governante, intervinha e ajudava ao pai de família, trabalhador, a garantir o sustento de sua esposa e filhos.

Assim, o lugar do trabalho não era representado simplesmente como o da produção. Era também, e principalmente, o lugar do controle, da ordem, da moral, espaço público que invadia o privado, onde as classes pobres eram educadas para defender a ordem que o Estado novo procurava salvaguardar. Com isso, Agamenon se utilizava de um discurso sobre o trabalho que foi produzido, anteriormente, a

²²⁰ Iddem.

partir da necessidade de controlar uma demanda populacional que passava de escrava para livre, dando a esse discurso uma nova roupagem.

Ordem e moral, é importante ressaltar, tinham como significado²²¹ o novo regime em si. O Estado Novo seria o regime da moral e da ordem a serviço do bem comum. A ordem e a moral assegurariam, para o interventor, o capital e o trabalho e possibilitariam uma sociedade sadia, sob controle. Assim, ao significar família como instituição da ordem e da moral ele a utilizava como dispositivo de sedução. Ao falar de proteção e valorização da família trazia para seu governo a bandeira de proteção de uma instituição sacralizada, instituída como base da sociedade.

Nesse mesmo momento ele buscou, no interior da família, a construção dos princípios de ordem e de moral que defendia. Através dessa instituição tentou sensibilizar a população. Era importante dar legitimidade aos valores que professava. Além disso, significou o Estado como uma grande família, sendo o interventor, na esfera estadual, ou o presidente, na federal, o grande pai. Nesse contexto, o povo era significado como filho.

A idéia de ordem e de moral esteve presente em vários dos artigos do interventor. O Estado Novo teria vindo para instaurar uma nova ordem, melhor, mais saudável, onde tudo ocorreria bem. Nesse sentido, o jornal cumpria importante papel. Nesse esforço que vinculava ao Estado Novo a paz social ele escreveu em 1941:

“Os homens de trabalho e de capital no Brasil, só têm motivos para confiar no governo e no regime, que vão resolvendo todos os problemas²²²”

Não só o interventor se esforçava em representar o clima no Estado como de controle, de ordem, de harmonia. O prefeito da cidade do Recife também

²²¹ MAGALHÃES, Agamenon. Ordem moral. **Folha da Manhã**. Recife, 23 mar.1941. p. 3.

²²² Ibidem.

foi ao jornal para reafirmar as palavras do interventor²²³, dizendo estar tudo em ordem na cidade. Ela seria a 3º maior do Brasil, atrás apenas da Capital Federal e de São Paulo. A cidade teria a terceira maior alfândega do país, constituindo um importante parque industrial no que se refere a indústria têxtil. Era também o quarto maior contribuinte dos cofres federais. Uma cidade grandiosa, enfim, com seus magníficos bairros, excelente sistema de água, saneamento básico e iluminação pública. Possuiria ruas bem arborizadas e lindos jardins. Assim, a cidade do Recife, sob o novo regime, foi mostrada como cidade onde imperaria a ordem, sendo importantíssimo constantemente reforçar esse discurso que ganhou, com isso, estatuto de verdade²²⁴.

Dessa forma, o interventor, quando falava em família, reforçava a idéia de ordem e moral que o Estado Novo procurava trazer para si, transformando-os em signos do novo regime. Ainda em 1938²²⁵, utilizou-se da família como instituição da disciplina, do controle:

“Mas, no meio desse Pauperismo, encontrei a população operaria pacifica e com um profundo espírito de conformação, vivendo da fabrica para o seu lar. A família era a grande força da disciplina e de resistência as condições inferiores de vida²²⁶”.

O lar e a fábrica, a casa e a rua. Esses eram os ambientes que o interventor sinalizava como da família. Tratava-se de um circuito cotidiano do controle. Enquanto as famílias operárias estivessem circulando apenas por esses dois espaços, não haveria risco de desordem. Controlando-se a família operária acreditava-se proteger a ordem. Através da família o indivíduo estaria sendo observado, vigiado, punido quando necessário, enfim, cercado e controlado. A figura do indivíduo não era percebida como um agente social desligado de instituições,

²²³ FILHO, Novaes, Recife, terceira cidade do Brasil. **Folha da Manhã**, 20 mar. 1941. p. 1.

²²⁴ Sobre o saber-poder que constrói verdade a partir de uma instituição ver : microfísica do poder cap. 1. (01 – 14)p.

²²⁵ MAGALHÃES, Agamenon. Renovação social. **Folha da Manhã**, 03 mai..1938.

²²⁶ Ibidem.

defendendo seus interesses particulares e sim preso a códigos de conduta provenientes de uma família e da sociedade da qual ela pertencia. Era por isso que Agamenon acreditava que a família teria forças para impedir um levante popular, mesmo quando a situação fosse miserável, como afirma nesse seu artigo.

O interventor percebia a resistência da família operária ante a condição de miserabilidade em que vivia. Contudo, não trazia para dentro do Estado esse problema. Ele creditava essa questão a migração do campo para a cidade, onde poucos conseguiam emprego. A esse respeito, em um outro artigo, escrito poucas semanas depois, ele afirmava que os ociosos, na cidade, seriam aqueles vindos do interior:

“Os desocupados do Recife são os que vêm do interior, sem arte, nem officio. Do interior de Pernambuco e dos outros Estados. Braços desocupados, doentes e indigentes affluem para a nossa capital, de todos os recantos da região nordestina²²⁷”.

Assim, a pobreza não seria um problema do Estado. Seria uma situação humana que não dependeria da figura do interventor. A família tornava-se então, a grande força que unia as pessoas em torno de um objetivo primordial: minorar as adversidades através de um esforço de disciplina e controle. Disso podemos entender que se acreditava na possibilidade de, a partir da família, controlar tudo, minorando-se ao máximo os conflitos. Com isso, a paz reinaria na cidade do Recife. Pelo menos na cidade construída por palavras impressas nas páginas da Folha da Manhã.

As forças de controle do indivíduo não se situavam apenas na família. Ela vinha de dentro dela, mas também a circundava e estava presente no ambiente de trabalho. Na realidade, a família não seria o único lugar de poder que controlava. A

²²⁷ MAGALHÃES, Agamenon. Cidade de abelhas. **Folha da Manhã**, 29 mai.1938.

família, assim como a fábrica, fazia parte de mecanismos de controle mantenedores da ordem. A família, escrita por Agamenon Magalhães, era a que fundava e administrava com sucesso a fábrica:

“A industria pernambucana de biscoitos e massas alimenticias data de 1875, quando foi fundada por Luiz Fonseca de Oliveira, a fabrica Pillar, que tem o nome da padroeira do bairro do Recife, onde está situada. Foi, a principio, uma padaria. Os filhos e netos do seu fundador a transformaram na fábrica mais moderna da América do Sul. Representa ella o esforço de trez gerações, sendo um modelo de organização technica e social²²⁸”.

Era também a família, representada pela figura do operário que, com disciplina, sendo controlada, trabalhava nela:

“A ordem, o asseio, os cartazes, em todas as salas, com apellos de solidariedade e amor ao trabalho, os operarios contentes, em todas as secções, emfim desde o preparo da massa, a transformação e a embalagem do producto, sente-se o espírito de organização, que vem desde os alicerces da empresa. Não se trata de obra improvisada, nem de puro mercantilismo²²⁹”.

Os cartazes com apelo de solidariedade, a idéia de fábrica – escola, a necessidade de vincular amor a trabalho, são fragmentos de um instrumental de disciplina que está presente nesse artigo do interventor. O operário seria também o pai de família que, sob influência da fábrica, modificaria o cotidiano em sua família. A ordem que se queria na fábrica era a mesma que se procurava obter dentro da família. A família e a fábrica (o trabalho) são instrumentos de controle diferenciados, mas, ao mesmo tempo, muito próximos.

A necessidade de repetir em seu jornal o discurso da harmonia, do controle, da paz social foi arrefecida logo no início do Estado Novo quando no dia 11 de maio de 1938, os integralistas tentaram um golpe contra Vargas. No dia seguinte, a Folha

²²⁸ MAGALHÃES, Agamenon. Fabrica Pillar. **Folha da Manhã**, 20 jan..1939. p. 3.

²²⁹ Ibidem.

da Manhã noticiou esse atentado²³⁰ e buscou fortalecer a imagem de controle, de ordem. Notícia de primeira página, a tentativa de insurreição foi combatida, dizia o jornal, em pouco tempo:

“Restabelecida a ordem e a tranqüilidade pública, cada vez mais forte e entusiasmada se manifesta a confiança da família brasileira no eminente chefe do governo, sr. Getúlio Vargas²³¹”.

No artigo, utilizou-se o termo família brasileira, que teria manifestado confiança e não o povo, o indivíduo, o homem e a mulher. A família apareceu como uma instituição que apoiaria o presidente. A ordem apoiando aquele que estabelece a ordem. A importância de se sugerir o apoio das famílias ao presidente Vargas tornou-se ainda mais evidente com a necessidade de, no mesmo dia, no mesmo jornal, afirmá-la em dois momentos diferentes: na reportagem que noticia o atentado e em uma nota na página 16, com letras grandes, dizendo: “O chefe da nação aclamado pelas famílias cariocas”. A reportagem que falava do apoio das famílias ao governo reduz os descontentes a um pequeno número, os integralistas, já que os outros, as famílias, apóiam o presidente:

“Das janelas e portas das suas casas, acolheram o presidente Getúlio Vargas. Com calorosas palmas, demonstrando, dessa forma, não só a sua solidariedade e conforto ao chefe da Nação, por ter escapado do miserável atentado à sua pessoa, mas, também, a sua repulsa à ousadia daqueles que pretendiam quebrar o ambiente de paz e trabalho inaugurado no país²³²”.

Foi necessário reafirmar a autoridade do governo, repetir interminavelmente que estava tudo sob controle e não seria uma tentativa de golpe, de um grupo isolado, derrotada em pouco tempo, que quebraria a suposta paz reinante²³³. O artigo, com agilidade, foi logo determinando como lugar da autoridade, o governo.

²³⁰ JUGULADO um movimento subversivo na capital do país. Folha da Manhã, Recife, 12 maio 1938

²³¹ Ibidem.

²³² O chefe da Nação aclamado pelas famílias cariocas. **Folha da Manhã**. Recife, 12 maio 1938. p.

16.

²³³ MAGALHÃES, Agamenon. Autoridade. **Folha da Manhã**. Recife, 22. maio 1938. p. 3.

Os culpados foram logo apontados, classificados, rotulados. Eram os inimigos, o mal, aqueles que queriam derrotar o bem, o Estado Novo, que tudo de bom teria trazido ao país. Uma suposta influência estrangeira foi lembrada pelo interventor. Agentes de fora entrariam no país para insuflar revoltas²³⁴. Uma tentativa de golpe, como essa, jamais poderia ocorrer de um movimento apenas brasileiro. A grande família brasileira não poderia conter, em si mesma, o germe da revolta contra o grande pai da nação, que seria Vargas.

Não interessa a nossa pesquisa pontuar e analisar os motivos do golpe contra Vargas. Interessa-nos sim, verificar como a família foi utilizada ao se falar desse acontecimento. A tática de construção de uma representação que pôs Vargas ao lado da família criava a imagem de um presidente que seria bem aceito por toda a sociedade. A família era considerada uma instituição sagrada, lugar da ordem, da moral, de todas as virtudes, como dizia o interventor de Pernambuco. Representar a família acolhendo o presidente – ditador, tinha como sentido mais do que a imagem da coletividade ao seu lado. Era a virtude, a ordem, a moral, os bons costumes, solidarizando-se com Vargas.

Esse acontecimento gerou a necessidade de movimentar esses signos, que tinham lugar na família, para diferentes objetivos. Assim, um artigo publicado no Rio e em Recife, escrito por um ex- integralista, redator do Diário da Manhã do Rio, diferenciava os integralistas em suaves, teatrais e demagogos, apontando esses últimos como os que tentaram dar o golpe contra Vargas. Ele utilizava-se da educação em família para diferenciar uns dos outros:

“Suaves eram os que entravam para o partido ahi por volta de 1934, quando elle se limitava apenas a fazer propaganda anti-communista. Inimigos do Prestes e da Alliança Nacional Libertadora, tinham propriedades, mulher, filhos, sogra, dinheiro no banco e em apólices,

²³⁴ MAGALHÃES, Agamenon. A conjura. **Folha da Manhã**. Recife, 17. maio 1938. p. 3.

nada entendiam de política- e o seu único intento era sanear o ambiente de toda a infiltração deletéria do comunismo, tornar a sua guryzada patrioteira em vez de moscovitoff e vermelhovitch, desvial-a de falar em Marx, na luta de classe, na distribuição da riqueza, na exploração latifundiária e noutras manidades semelhantes²³⁵.

Enfim, os suaves seriam patriotas, com família bem constituída, incapazes de uma ação contra o presidente do país. De acordo com o conteúdo desse texto seriam autênticos burgueses, pais de família, que tornaram-se integralistas com o único objetivo de lutar contra os comunistas. Sobre os teatrais ele fala o seguinte:

“Theatraes eram, por via de regra, os filhos e filhas dos suaves. Esses queriam cantar o hynno nacional, erguer a mão em continência ao “nosso chefe”, gritar anauê uns para os outros e andar de camisa verde. As meninas gostavam de ser chamadas de blusas verdes. Mamãe, porem, com aquelle sólido bom-senso de dona de casa que confere o preço do feijão e briga com o peixeiro e o quitandeiro, não era coisa alguma. Achava tudo aquillo uma bobagem. - Você não entende de política! – respingava um pinpolho. - Mas entendo de te plantar a mão na cara se me começar a cantar grosso e a faltar-me ao respeito. Pule já pra dentro, seu atrevido! Parada, - diz você?! Parado vae você ficar o dia inteiro, - você e sua irmã, - aqui em casa. Si esse tal de Plínio Salgado tivesse o que fazer, não andava desenquietando as famílias dos outros com besteiras de paradas e passeatas pela cidade. Pouca vergonha!²³⁶”

Assim, suaves e teatrais constituíam uma mesma família. Nela o papel da mãe, prática e objetiva, era elemento normatizador de sua estrutura. A mãe seria a figura da disciplina, que definiria os espaços por onde seus filhos deveriam circular. Plínio Salgado aparecia, curiosamente, através da voz da mãe, como elemento que transgridia seu espaço de poder, levando os filhos a tomar atitudes que ela desabonaria²³⁷. Suaves e teatrais seriam o oposto dos demagogos, que possuiriam objetivos bem diferentes destes dois primeiros grupos:

²³⁵ FONSECA, Gondim da. Pao nelles. **Folha da Manhã**, Recife, 18 mai. 1938. p. 2.

²³⁶ Ibidem

²³⁷ O curioso é que a AIB (Ação Integralista Brasileira) fundada por Salgado, tinha como lema Deus, Pátria e Família. Esse movimento pautava-se em um ideal de família que se montava sobre os alicerces da família cristã.

“Demagogos eram esses camaradas da Offensiva, do povo, da Câmara dos Quarenta e dos Quatrocentos, esses “semeadores de discórdia” como muito bem lhes chamou o sr. Getúlio Vargas, inspiradores intelectuaes e Moraes da chacina do dia 11 em que, por simples covardia, muitos não tomaram parte²³⁸”.

De acordo com o artigo, somente estes últimos seriam culpados pelo atentado contra o presidente da república. A forma como esse artigo foi composto é interessante pois divide os integralistas em três tipos diferentes ao mesmo tempo em que abona dois deles do atentado contra Vargas utilizando-se da família para isso. A família desse terceiro grupo não foi citada, seriam os desordeiros e, portanto, a eles, não caberia a instituição familiar. Já os dois primeiros grupos possuiriam família e era ela que não permitiria aos seus membros ultrapassar a fronteira da ordem e da moral, não podendo jamais, graças à educação que teriam recebido em casa, fomentar um golpe contra o presidente do país.

Esse artigo não teve como objetivo legitimar-se através da coerência para com as idéias do grupo ao qual esse articulista fazia parte: os integralistas. Ele montou seu texto com o objetivo claro de negar sua participação e de uma parcela dos integralistas do golpe contra Vargas. Com esse objetivo buscou códigos, presentes na forma como se significava família, para dar legitimidade ao seu discurso. Seria a educação em família, sob o olhar atento e severo da mãe, a base da formação de uma parcela dos integralistas. A mãe simbolizava, no artigo, praticidade e bom-senso, sendo figura importantíssima na tática de construção do texto. O argumento utilizado era que a partir dela se instituía na família a moral que impediria, a essa parcela de integralistas, tentar um golpe contra o presidente do Brasil.

²³⁸ FONSECA, Gondim da. Pao nelles. **Folha da Manhã**, Recife, 18 mai. 1938. p. 2.

A mãe aparecia como aquela que afirmava ser Plínio Salgado, um grande líder integralista e fundador do movimento, uma pessoa que desinquietava as famílias com suas paradas e passeatas. Essa fala da mãe reforçaria o interesse do autor do texto em mostrar a importância da família na formação de integralistas que não participaram do golpe. Através da figura da mãe, o articulista tentou convencer o leitor de que na própria família encontravam-se vozes dissidentes, contrárias ao movimento da AIB (Ação Integralista Brasileira). Mas quem eram os integralistas?

O integralismo nasceu como um movimento cultural em 1932, oficialmente fundado por Plínio Salgado. Esse movimento percebia cultura como posse de conhecimento. O grande objetivo da AIB era o de elevar a cultura do povo brasileiro. Movimento de cunho fascista, para muitos, era extremamente organizado, com seus ritos e símbolos específicos e uma filosofia rígida, que acreditava que através da educação do corpo, mente e espírito, conseguia-se formar um ser integral, e elevar dessa forma a cultura nacional²³⁹.

Deus, pátria e família era o lema integralista. O artigo terceiro de seu estatuto, que se dividia em dez itens, iniciava pregando o culto a Deus, da Pátria e da Família. Constava desse artigo a necessidade de paz na família, assim como entre “as forças vivas da nação”.²⁴⁰ A idéia de família pregada por eles baseava-se no ideal da família cristã, onde o pai (integralistas) ensinaria ao filho ainda criança (povo) todo o necessário para a elevação de sua cultura. Esse povo criança seria educado de acordo com o seu lugar na sociedade. Assim, enquanto alguns seriam educados para ocuparem altos postos, outros seriam para cumprir papéis sociais mais baixos²⁴¹.

²³⁹ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de massa no Brasil. (1932 – 1937). (41-74)p.

²⁴⁰ *Ibidem* 17 p.

²⁴¹ *Ibidem* (41 – 50) p.

Nesse caso, a mulher ocupava um importante papel de educação para o que eles chamavam de “Revolução do espírito²⁴²”. Daí a importância da construção de uma consciência feminina, de acordo com a doutrina integralista, para que ela pudesse exercer sua função de educadora, cumprindo sua missão na família e na pátria²⁴³. Homens e mulheres eram considerados diferentes, mas deveriam trabalhar juntos, cada um em seu espaço, para o bem da pátria. A mulher, portanto, não estava alienada do convívio social, apesar de suas ações pertencerem a esfera do privado. Era dela o esforço pela educação, devendo para isso ser educada, sem perder suas qualidades femininas, esforçando-se pela causa integralista²⁴⁴.

Assim, podemos verificar como Gondim da Fonseca esvazia de seu discurso toda a filosofia integralista. O movimento, apesar de não ser tão homogêneo como parece, não aceita bem uma pluralidade de concepções de mundo em seu grupo. Por isso, não seria possível para um integralista, fiel a doutrina, imaginar três categorias distintas em um movimento que se pretendia coeso. Além disso, tratava-se de um movimento que tinha na família parte de seu lema. Assim, seria a própria família que viabilizaria o movimento. Era a família integralista, e não o indivíduo, que sustentaria a AIB. Portanto, essa figura da mãe, construída por Gondim da Fonseca, não se adequaria a forma como os integralistas se sentiam enquanto grupo. É importante salientar que eles adotavam uma concepção de família que se aproximava muito daquela defendida pelo Interventor, ou seja, uma variação da idéia de família cristã. Contudo, os interesses que cercavam essa família, no momento do golpe contra Vargas, não eram os mesmos do governo.

²⁴² *Ibidem* (41 – 50) p.

²⁴³ POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (266-267)p.

²⁴⁴ CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de massa no Brasil. (1932 – 1937) (56-74)p.

Assim, Gondim da Fonseca, em seu esforço para inocentar-se, esvazia o ideário integralista, dando um novo significado aos seus códigos. No momento em que escreveu, o jornalista não conseguiu construir sua argumentação sem ser incoerente, entretanto, o lugar de onde partiu seu discurso não foi mais o de integralista. Talvez, receoso de cair na armadilha de suas próprias palavras, esvaziou-se de qualquer indumentária integralista e compôs seu texto de um lugar novo, de fora do movimento, do alto, ao lado dos governistas. Dali, ele criou um artifício, uma tática de salvação, e reconstruiu sua participação no movimento sob novos signos. Nesse caso, o próprio lema dos integralistas é esquecido para por em cima dele sua tática de defesa. Assim, temos aqui dois fragmentos de um mesmo discurso, usado por pessoas diferentes, em momentos diferentes, para fins bem específicos. O discurso em questão é o da família moderna e cristã. O Interventor de Pernambuco e o ex-integralista utilizaram-se desse mesmo discurso. Contudo, os interesses do primeiro não eram os mesmos do segundo.

Agamenon Magalhães utilizou-se desse discurso da família para dar legitimidade a suas ações, construir a figura de patrão que lhe era interessante, bem como a idéia do empregado que trabalha feliz, tendo por traz dele o pai protetor. Além disso, defendia a ordem vigente. Ele elencava signos que a sociedade percebia como presentes na família e os transformava em características de seu governo.

Por outro lado, Gondim da Fonseca precisou destituir-se de toda sua roupagem integralista em um momento em que sentia a necessidade de se diferenciar de outros membros de seu antigo grupo. Para isso, foi preciso buscar na família signos necessários para legitimar seus interesses. Mais uma vez, foi de dentro da representação da família moderna e cristã que se buscou meios de

convencer o leitor da veracidade das palavras do articulista. Assim como Agamenon, o ex integralista se apropriou de signos que estavam na família, como a concepção de virtude, ou de educação, para defender seus interesses. Ele objetivava, em um mesmo movimento, se despirm da doutrina integralista e vestir uma outra roupagem, a da ordem preconizada pela doutrina do Estado Novo. A família foi o elemento, em seu artigo, que propiciou essa substituição.

É importante reforçar que essa família não é mais a patriarcal, cujo chefe da família tinha poder absoluto sobre a mulher e os filhos. Uma nova sociabilidade se instaura, ainda nos fins do século XIX, modificando as formas de ser homem e de ser mulher. A barba, símbolo da virilidade masculina, foi aos poucos sendo retirada, transformando o homem em um ser mais próximo da mulher do que outrora fora²⁴⁵. Como vimos no início desse tópico, essa nova família que estava sendo construída, pretendia-se fundada no amor, e recompunha as relações de poder existentes em seu seio. Seria essa família, ainda um tanto idealizada, nos textos que aparecem na imprensa, que servia como ferramenta de legitimação das ações do interventor, de suas vontades e desejos.

Esse mesmo discurso que se apropriava da representação da família para legitimar interesses específicos estava presente em artigos que diziam que a família estava ameaçada. Um exemplo disso era o decreto lei mencionado anteriormente, que teria como objetivo a proteção da família:

“O presidente Getúlio Vargas assinou importante decreto dispondo sobre a organização e proteção da família...²⁴⁶”.

²⁴⁵ FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil- 2. 12 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000. 130p.

²⁴⁶ Organização e proteção da família: importante decreto lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas. **Folha da Manhã**. Recife, 20 abril 1941. (3 e 16)p.

Com esse decreto, o presidente oficializava a necessidade da proteção à família. Contudo, o que se objetivava proteger era uma moral e uma ética específicas, que a família representaria. Observemos o que José Campello, editor chefe da Folha da Manhã, escreveu sobre isso:

“O presidente da Republica baixou um decreto criando a comissão nacional de proteção á família. A essa comissão incumbe a elaboração de projetos de lei destinados a tornar efetivos os preceitos constitucionais que estabelecem a proteção á família, pelo Estado, e a organização do Estatuto da Família, tendo em vista varias medidas que o governo previamente estabelece no referido decreto. Não precisamos demorar na exclamação de um tema que já está abundantemente estudado pelos mais autorizados cientistas do mundo. Da organização, da moralidade e da resistência da família ás teorias corruptoras dos que pregam as sociedades sem Deus e os povos sem pátria, dependem a força, a alegria, a tranqüilidade das nações²⁴⁷”.

Tratava-se aqui de um movimento movido pelo medo. Sobre esse escopo, o articulista direcionava seu discurso, apontando o temor como oposto a moralidade, a pátria, a Deus, símbolos que estariam consubstanciados na figura da família. Em um outro artigo ele apontava quem seriam aqueles que ameaçariam a família:

“Os communistas e judeus que querem mascarar os seus propósitos de dissolução da família religiosa- a velha e formidável estrutura da civilização christa do occidente.²⁴⁸”

Comunistas e Judeus conformariam o mal em si, na concepção desse jornalista. Eles foram apontados como agentes dissolventes da família. Transgressores da ordem e da moral vigentes ameaçariam toda a sociedade. O texto sobre o medo²⁴⁹, de José Campello, o sobre o espírito do Estado Novo, de

²⁴⁷ CAMPELLO, José. Proteção a familia. **Folha da Manhã**, Recife. 28 nov. 1939.

²⁴⁸ CAMPELLO, José. Diferenciação e valorização dos sexos. **Folha da Manhã**, Recife. 28 dez. 1937.

²⁴⁹ Os textos estão sendo classificados para efeito didático. Na realidade a tipologia presente nessa classificação não abarca o significado de cada um dos enunciados. Nesse caso, o texto não significa apenas o medo, mas também a não aceitação do outro, entre outros aspectos.

Agamenon e o sobre a auto-defesa, de Gondim da Fonseca²⁵⁰ constituíam fragmentos de um mesmo discurso. Tratava-se do discurso da ordem, da moral, que se utilizava da família para fins específicos. No caso do interventor e do redator chefe da Folha da Manhã os interesses pareciam ser os mesmos.

Assim, um discurso comporta extensa gama de possibilidades a respeito da inserção da família em seu bojo. Na realidade, esses artigos não tinham como objeto a família, mas ela apareceu nos textos como meio de se legitimar algo. Como vimos, no caso do Interventor, o discurso da família deu legitimidade ao seu esforço em instaurar uma concepção de ordem e de moral própria ao Estado Novo. Ao mesmo tempo, o discurso do Ex – Integralista, Gondim da Fonseca, apropriou-se dos mesmos signos produzidos pela fala do interventor e saiu em defesa própria, usando a família com esse objetivo. Quando puseram em seus textos uma representação de família cristã esses autores apropriaram-se de seus signos e, a partir deles, construíram seus argumentos. Portanto, o objetivo do que foi dito nesses textos, mesmo quando o tema era família, muitas vezes, não foi a família e sim interesses outros, que se utilizaram daquilo que a família significava para ganhar legitimidade.

²⁵⁰ A questão do medo também está presente no texto de Gondim da Fonseca, entretanto, com outro tom, de uma outra forma. O medo aparece como defesa do eu enquanto que, na fala dos outros dois personagens, o medo institui-se na relação entre a instituição da ordem estadonovista e aqueles que supostamente ameaçariam tal ordem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma parcela da sociedade brasileira, a mais conservadora, acreditava que a república brasileira teria tornado a sociedade feminina. Nesse caso, a República seria feminina e o Império masculino. Estavam em disputa, de um lado, aqueles que lutavam pela manutenção da tradição, assustados com as mudanças que a sociedade sofria e, do outro lado, os que defendiam o novo. Havia grande preocupação com a possibilidade de o universo do feminino invadir espaços até então masculinos. Essa irrupção do feminino, que modificava as relações de sociabilidade, com a construção de uma individualidade ameaçadora, criava para os mais conservadores o sentimento de que a família estaria ameaçada.²⁵¹

Assim, em um primeiro momento, anterior ao Estado Novo, a ameaça à família tinha seu lugar na configuração dos papéis dentro e fora da casa. Durval Muniz, a esse respeito, afirmou que:

“O Diário de Pernambuco, jornal que estava empenhado na campanha regionalista, que fez emergir a identidade regional nordestina, veiculava, insistentemente, entre os anos dez e os anos trinta, uma série de artigos e reportagens que falavam da crise da instituição familiar motivada, em grande medida, pelo amplo movimento de nivelamento social, que estaria se refletindo na mudança de comportamento das mulheres que começavam a contestar a forma hierarquizada da família dita patriarcal e buscando o nivelamento com os homens, o que seria, na visão destes discursos, o fim da própria instituição familiar, que só se sustentaria com homens e mulheres ocupando lugares distintos e hierarquicamente bem definidos²⁵²”.

Assim, a novidade durante o período de 1937 a 1945 não estava na construção de um discurso de ameaça a família. Ao longo do século XX esse discurso referia-se a defesa da permanência, ao medo do novo. Ou ao contrário, em defesa do novo. Verificamos, portanto, que o discurso de defesa da família foi

²⁵¹ ALBUQUERQUE Jr. Durval. Muniz de A. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história do gênero masculino no Nordeste (1920-1940)**. Maceio:Edições Catavento,2003. (31 – 40)p.

²⁵² Ibidem, 39p.

também o discurso do medo em um espaço de disputa que estava modificando as formas de circular na sociedade.

A novidade estava na forma como o Estado autoritário, chefiado por Getúlio Vargas, se apropriou desse medo, adicionando a esse discurso elementos que anteriormente não faziam parte dele. Com isso, passaram a ameaçar a família todos aqueles que não acordavam com a doutrina do Estado Novo. Além disso, esse discurso ajudou a definir ações como, no caso de Pernambuco, a substituição dos mocambos por vilas operárias. Nesse contexto, o novo era bem aceito quando cercado, controlado, despido das roupas que poderiam ameaçar a ordem vigente ou o corpus social já estabelecido.

Nesse sentido, José Campello escreveu sobre a ameaça do novo na casa. Tratava-se da entrada de eletrodomésticos no lar, o que modificaria a rotina do espaço doméstico, criando uma “ilusão de liberdade” nociva à família e interessante apenas aos judeus:

“Mas a mulher honesta, convencida de que muito ganhou em liberdade com a civilização, se esquece da sobrecarga de deveres e serviços que essa mesma civilização libertaria trouxe aos seus ombros aparentemente frágeis e quebradiços. As próprias invenções modernas concorrem imenso para que as mulheres percam as vantagens (se essas vantagens realmente existem) que lhes trouxeram a civilização e os homens civilizados.

Confronte-se a simplicidade um lar antigo com essa pequena babilônia que é a casa dos nossos tempos. Felizes foram as donas de casa que nunca conheceram o rádio, o refrigerador, o aspirador de pó automático, a enceradeira elétrica, o secador de cabelo e outras invenções que fazem da mulher uma escrava dos vendedores a prestações e dos profissionais mecânicos chamados a toda hora para reparar esses delicados inventos de satanaz disfarçado em fabricantes judeus de conforto nos lares modernos. Hoje, quem quiser ter uma ideia da escravidão e da infelicidade, procure ver uma dona de casa à hora em que todos esses inventos se desconcertam ou no dia em que o cobrador das agências dos semitas da Norte América lhes batem à porta para cobrar as duplicatas mensais de um sistema de vendas que triplica o preço real do objeto...²⁵³”

²⁵³ Campello, José. Ilusão da liberdade: Quanto às mulheres. **Folha da Manhã**. Recife, 21 abr. 1943. p. 3.

Ser civilizado, moderno, ameaçava quando reestruturava a dinâmica de um espaço, como nos mostra o documento acima. O moderno invadia a casa e assustava, pois redefinía espaços e criava mais tempo para a mulher, que poderia fomentar projetos para além do espaço da casa.

O interessante nesse texto foi a forma como ele agrupou elementos. Estão presentes a ameaça do novo, do moderno, o medo de uma redefinição dos espaços do feminino e do masculino e a concepção de que isso poderia destruir a família. Ao mesmo tempo, o judeu entrou em cena como elemento de dissolução da família. A ameaça não estaria simplesmente no novo, mais naquilo que ele representava: o comerciante judeu e, por traz dele, uma empresa Norte Americana.

Os EUA, que muitas vezes são representados, nos jornais estudados, como modelo a ser seguido, nesse caso estavam associados à figura do judeu, que modificava a dinâmica familiar com suas invenções, tornando a dona-de-casa refém de seus modernos inventos. Essa questão pode ser interpretada, por traz do tom anti-semita, como fragmento do movimento nacionalista²⁵⁴, encabeçado pelo governo, que acreditava no investimento na indústria nacional. Por outro lado, a representação negativa dos Estados Unidos, nesse caso, e positiva em outros, indica a versatilidade da produção de discursos que mesclam diferentes símbolos, dando-lhes, dependendo das intenções do autor, diferentes tons. Contudo, o documento se refere aos Estados Unidos para indicar de onde vêm os judeus, não tratando do país em si.

Os discursos, favoráveis ou não a instalação do novo, eram produzidos em uma sociedade que já se estruturava com base em um projeto de modernidade. As

²⁵⁴ A possibilidade de interpretar essa questão como fragmento do movimento nacionalista brasileiro vem da pergunta: por que foi necessário associar Judeu com empresa norte americana? Geralmente, apontar o judeu como ameaça já era suficiente. Dessa vez foi necessário dizer que a ameaça vinha de fora, com seus produtos industrializados. Não era simplesmente o judeu que ameaçava. Era o judeu estrangeiro, norte-americano. Daí o possível tom nacionalista do artigo.

idades, bem como a fronteira entre o público e o privado, estavam sendo definidas. Era sobre esse palco que se travava a disputa entre o novo e o tradicional.

No interior dessa disputa era necessário definir a mulher como naturalmente inferior ao homem. Nesse sentido, não era difícil encontrar estudiosos que defendessem a natural superioridade masculina. Rachel Sohiet²⁵⁵, em estudo sobre a mulher, seleciona alguns desses discursos. Ela escreve que Lombroso e Ferrero, dois renomados pesquisadores:

“Afirmavam que a inferioridade da mulher era algo manifesto por razões atávicas, pois, com exceção das ordens inferiores nas quais era incerta a superioridade do macho, a partir dos mamíferos, a inferioridade da fêmea se constituía na regra²⁵⁶”.

Era a partir de argumentos como esse, que naturalizava a diferença de gênero, que se tentava legitimar a superioridade masculina e, a partir daí, a impossibilidade de a mulher seguir carreira profissional, concorrendo com o homem. A definição do que seria uma família estável estabelecia a necessidade do casamento religioso e civil e a clara definição dos papéis do homem e da mulher. Como lembra Iranilson Buriti de Oliveira, tais papéis já eram sinalizados no código civil brasileiro de 1916. A mulher seria a colaboradora do marido, possuindo juridicamente posição inferior à dele²⁵⁷.

Essa questão de gênero está presente em cada espaço, na sociedade, tanto no período estudado como hoje em dia. A própria geografia do jornal a sinaliza. No período estudado, havia um espaço exclusivamente para questões tidas como femininas. Todas as demais seções eram entendidas como masculinas. Assim, notícias nacionais e internacionais, principalmente quando envolviam questões

²⁵⁵ SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

²⁵⁶ *Ibidem*, 83p.

²⁵⁷ OLIVEIRA, I. B. de. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). 2002 Tese (Doutorado em História)-CFCH/UFPE, Recife. (30-31)p.

políticas, faziam parte do universo masculino. Nesse sentido, o sexo se faz presente o tempo todo, delimitando espaços, excluindo e definindo relações em sociedade, no passado e no presente²⁵⁸.

Esses discursos que circundavam as relações de gênero exprimiam a disputa entre o novo e o tradicional. Contudo, foram construídos no interior do projeto de modernidade. Mesmo os mais conservadores utilizaram a razão e a ciência moderna para identificar como mais interessante para o Brasil formações já existentes na sociedade. A família estava cercada por um conjunto de saberes que estipulavam como ela deveria ser, quais condutas poderiam ser consideradas normais²⁵⁹ bem como o momento de sua existência, cujo marco era o casamento.

Contudo, um trabalho como esse, onde apenas o discurso vem a tona, não abarca a complexidade da sociedade no que tange a essa temática. Nos jornais pesquisados encontramos o esforço de legitimação de uma idéia específica de família, que excluía qualquer possibilidade de formação familiar que não passasse por aquele modelo. Contudo, esse esforço, na imprensa, sinaliza para existência de outras formas de constituir família que, quando apareciam nas folhas dos jornais, eram marcadas como desajustadas ou até mesmo inexistentes, caso em que os cônjuges não se uniram pelo casamento.

Por fim, seria interessante, em uma outra pesquisa, entender como essas outras famílias reagiam a esses artigos que anunciavam como única possibilidade de constituição de família uma formação familiar tão diferente da deles. Era por traz do modelo de família nuclear que governantes e grupos conservadores buscavam controlar o indivíduo e salvaguardar a ordem.

²⁵⁸ FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber Vol. 1. 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 30p.

²⁵⁹ Ver em: ESTEVES, Marta de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (39-43)p., o que significava nas primeiras décadas do século XX, para a jurisprudência, uma mulher honesta.

Um outro ponto que também mereceria ser abordado em outra pesquisa diz respeito a influência da Segunda Grande Guerra na estrutura familiar. Em Recife, a partir do ano de 1942, havia horário estabelecido pelo governo para as pessoas retornarem as suas casas durante a noite. Por volta das 8:30 a luz da cidade inteira era apagada como meio de defesa a possíveis ataques aéreos²⁶⁰. Essa estratégia de defesa durou até o início de 1943. Além disso, uma base militar Norte Americana²⁶¹ se instalou na cidade. Os jornais falavam sobre produção industrial²⁶² e veiculava que o combustível para os carros estava sendo racionado²⁶³. Os efeitos da guerra certamente modificaram hábitos e costumes em Recife. Portanto, seria interessante um estudo, para além do discurso, sobre como as famílias estavam se estruturando no período.

²⁶⁰ RECIFE às escuras. **Folha da Manhã**. Recife. 17 mar. 1942. (1 e 3)p.

²⁶¹ PARAISO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. 2 ed. Recife: Bagaço, 2003.

²⁶² Sobre esse assunto ver: DEVER básico. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 mar. 1943. p. 8. e SURTO industrial. **Jornal do commercio**. Recife, 02 fev. 1943. p. 10.

²⁶³ MELO, Mario. Racionamento de combustível. **Jornal do Commercio**. Recife, 28 mar. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LIVROS:

ALBUQUERQUE Jr. D. M. de A. **Nordestino: uma invenção do falo:** uma história do gênero masculino no Nordeste (1920-1940). Maceio:Edições Catavento,2003.

ALMEIDA, Maria das Graças. A. A. de. **A construção da verdade autoritária.** 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo:** anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o Riacho:** a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARRAIS,R. **Recife, culturas e confrontos.** Natal: EDUFRN, 1998.

AZEVEDO, Thales de. **O cotidiano e seus ritos:** praia, namoro e ciclos da vida. Recife: Editora Massangana, 2004.

BERMAN,M. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras,1999

BEZERRA, Gregório. **Memórias:** primeira parte (1900 – 1945). 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. (Coleção retratos do Brasil).

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRITES, Olga. **Infância, higiene e saúde na propaganda:** usos e abusos nos anos 30 a 50. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, n. 39, p. 249 – 278, 2000. Semestral. ISSN: 0102-0188.

BRUCKNER, Pascal. **A euforia perpétua:** ensaio sobre o dever de felicidade. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CARNEIRO, M. L. T. **O antisemitismo na Era Vargas.** São Paulo: Perspectiva, 2001

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CASTAN, Yves. **Política e vida privada.** In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs). **História da vida privada vol. 3.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de massa no Brasil. (1932 – 1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 7 ed. V.1. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.

CORRÊA, M.. Repensando a família patriarcal. In: ARANTES, A. **Colcha de retalhos**. 3ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

CORBIN, A. O segredo do indivíduo In: Perrot, Michelle (org). **História da vida privada vol. 4**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

COSTA, A. M.; SCHWARCZ, L. M. **Virando Séculos**: no tempo das certezas (1890-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COSTA, Marcos Roberto N. **Manual para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos**: monografias, dissertações e teses. 4 ed. Recife: INSAF, 2004.

CUNHA, M. V. da; A Escola contra a família In: Lopes, E.; Marta, Teixeira et al. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DAMATTA, R. **A casa e a rua**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente**: (1300 – 1800) uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DEL PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

D'INCAO, Maria Ângela. **Sentimentos modernos e família**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

- DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DUBY, G. Prefácio à História da vida privada. IN: VEYNE, P (ORG.). **História da vida privada vol. 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994
- ESTEVES, Marta de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica In: Cardoso, Ciro Flamarion et al. **Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 16 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da República à Revolução de 1930. V. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves. (Org.) **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional – estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do mito**: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- FLANDRIN, Jean- Louis. **Famílias**: Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. 2 ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber V. 1. 15ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil-1. 41. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. 6. ed. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil- 2. 12 ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas graças a Deus**. 36 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GATTAI, Zélia. **Códigos de família**. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: o cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a educação dos sentidos. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

GAY, Peter. **O coração desvelado**. São Paulo: Companhia das letras, 1999.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud**: a paixão terna. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GEBARA, I. **Rompendo o silêncio**: uma fenomenologia feminista do mal. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de Madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema**: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GOMINHO, Zélia de Oliveira. **Veneza Americana X Mucambópolis**: o Estado Novo na cidade do Recife (Década de 30 e 40). 1997. Tese (Mestrado em História)-CFCH/UFPE, Recife.

HAHNER, June, E. **Emancipação do sexo feminino**: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBBSAWM, Eric. **Tempos interessantes**: uma vida no século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUMAR, Krishan. **Da sociedade pós industrial à pós moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

LASCH, Christopher. **A mulher e a vida cotidiana**: amor, casamento e feminismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1999.

LÊ GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: república: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2**: morar, cozinhar. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORAIS, Fernando. **Chato**: O rei do Brasil - A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos do século XX. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: Kaloustian, S.; Manoug. (Org.). **Família Brasileira- A base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETO, José Maria G. de Sousa. **Sonhos de Nabucodonosor**: aspectos da propaganda do Estado Novo pernambucano. 2005. Tese (Doutorado em História)-CFCH/UFPE, Recife.

OLIVEIRA, Iranilson B. de. **Façamos a família à nossa imagem**: a construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). 2002 Tese (Doutorado em História)-CFCH/UFPE, Recife.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**: consolidação e crise de uma elite política. Recife: Massangana, 1984. (série estudos e pesquisas)

PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

PARAISO, Rostand. **O Recife e a II Guerra Mundial**. 2 ed. Recife: Bagaço, 2003.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. 2 ed. São Paulo: Paz e terra, 1992.

PERROT, Michele. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

PERROT, Michelle. **Outrora, em outro lugar**. In: (orgs). PERROT, Michelle **História da vida privada vol. 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

POSSAS, Lídia M. Vianna. Vozes femininas na correspondência de Plínio Salgado. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de Si Escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar Brasil (1890-1930)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001.

RANUN, Orest .Os refúgios da intimidade In: Ariès, Philippe et al (org). **História da vida privada vol. 3**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 40 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

REIS, José Carlos. **História e teoria: historicismos, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RESENDE, Antônio Paulo de Moraes **(Dês)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife: FUNDARPE, 1997.

REVEL, Judith. **FOUCAULT: Conceitos essenciais**. São Carlos: Editora Claraluz, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. et. all. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. (Org.). **Estado Novo, um auto-retrato: arquivo Gustavo Capanema**. V. 24. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SCOTT, J. **História das Mulheres**. In: Burke, Peter (org). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SCOTT, Parry. Patriarcalismo e idéias salvacionistas. In: SCOTT, Parry; ZARUR, George (Orgs.). **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife: Editora da UFPE, 2003.

SEVCENKO, N. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA. Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da história intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção textos do tempo).

SOARES, Carmen Lúcia. et al. **Metodologia do ensino de Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Série formação do professor).

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia**: escritores e atores da História. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DOCUMENTOS

JORNAL DO COMMERCIO:

A beleza das formas. *Jornal do Commercio*. Recife, 22 jan. 1939. (pagina feminina) p. 2.

ACTIVIDADES criminosas contra o casamento e a família. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 fev. 1939.

ALMEIDA, Julia Lopes de. Uma carta que deve ser lida por todas as mais brasileiras. *Jornal do Commercio*. Recife, 08 fev. 1939. p. 3. (Pagina feminina).

A mai que se desfez do seu bebé. *Jornal do Commercio*. Recife, 08 jan. 1939. (Segunda secção).

A mulher no Japão. **Jornal do Commercio**. Recife, 29 jan. 1939. p. 3. (Pagina feminina).

AS feministas desde o século XVII. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 jan. 1939. p. 3. (Pagina feminina).

ASFORA, Permínio. O fracasso. **Jornal do Commercio**. Recife, 21 fev. 1943. p. 3.

BARRETO, José Cavaltanti Sá. Como se faz o casamento religioso com efeitos civis. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 mar. 1942. p. 15.

BEZERRA, Marina de Godoy. O perfil da mulher na educação rural. **Jornal do Commercio**. Recife, 07 mar. 1943. p. 3.

CÂMARA, Arruda. O casamento religioso com efeitos civis. **Jornal do Commercio**. Recife, 07 abr. 1942. p. 11. (Secção Religiosa).

COLÉGIO Pedro Augusto. **Jornal do Commercio**. Recife, 28 fev. 1943. p. 7. (anúncio).

DEVER básico. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 mar. 1943. p. 8.

DIGA ISSO AO SEU MARIDO. **Jornal do commercio**. Recife, 19 jan. 1939.

ESPOSA quasi criança, rainha social, jogadora magnificente – Lady Owen revela novos aspectos de sua vida aventureira. **Jornal do commercio**. Recife, 22 jan. 1939. (Segunda Secção).

FAMÍLIA como expressão social. **Jornal do Commercio**. Recife, 10 fev. 1939. p. 11. (Secção Religiosa).

HALL, Hall. Uma atriz nunca deveria se casar. **Jornal do commercio**. Recife, 05 de fev. 1939. p. 2

HOMENS que trabalham, **Jornal do commercio**, Recife, 05 de fev. 1939. p.2 (anúncio).

LESSA, Origines. Ella. **Jornal do Commercio**. Recife, 01 jan. 1939. p. 8 (Vida artística).

LESSA, Origines. Prompta para o escândalo. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 jan. 1939. p. 3. (Pagina feminina).

MAUROIS, André. A arte de bem morrer. **Jornal do Commercio**. Recife, 14 jan. 1939. p. 2.

MAUROIS, André. A compreensão das mulheres. **Jornal do Commercio**. Recife, 13 jan. 1939. p. 2.

MAUROIS, André. Perigos da introspecção. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 jan. 1939. p. 2.

MAUROIS, André. Primeiro amor. **Jornal do Commercio**. Recife, 19 jan. 1939. p. 2.

MARZULLO, Elza. As mãos e os anéis. **Jornal do Commercio**. Recife, 03 jan. 1943. p. 3. (Pagina feminina).

MELO, Mario. Mocambo e pardieiro. **Jornal do Commercio**. Recife, 21 mar. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

MELO, Mario. Bio-estatística. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 jan. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

MELO, Mario. Bio-estatística II. **Jornal do Commercio**. Recife, 23 fev. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

MELO, Mario. Bio-estatística III. **Jornal do Commercio**. Recife, 18 mar. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

MELO, Mario. Racionamento de combustível. **Jornal do Commercio**. Recife, 28 mar. 1943. p. 2. (Crônica da Cidade).

MELO, Mario. Sobre a celebração do casamento. **Jornal do Commercio**. Recife, 22 mar. 1942. p. 2. (Crônica da Cidade).

MOURA, Isnar. Pelo destino da mulher. **Jornal do Commercio**. Recife, 05 jan. 1939. p. 3. (Página feminina).

MOURA, Isnar. Sobre o imposto dos solteiros. **Jornal do Commercio**. Recife, 08 jan. 1939. p. 3. (Página feminina).

MULHERES em serviço nos Clippers. **Jornal do Commercio**. Recife, 17 jan. 1943. (Segunda Secção).

OLIVEIRA, Valdemar. O triunfo das moças nos concursos de habilitação. **Jornal do Commercio**. Recife, 11 mar 1942. p. 2.

O novo plano educacional do Atheneu Pernambucano e Gymnasio da Magdalena, para 1939. **Jornal do Commercio**. Recife, 01 jan. 1939

Opiniões sensatas de uma jovem actriz. **Jornal do Commercio**. Recife, 19 fev. 1939. p. 7. (Cinematographia)

OS médicos parteiros e as mulheres. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 jan. 1939. p. 2. (anúncio).

Para seu 'Carnet'. **Jornal do Commercio**. Recife, 24 jan. 1943. p. 3. (Página feminina).

PIMENTEL, Maria Antonieta. Ser mãe. **Jornal do Commercio**. Recife: 05 jan. 1939. p. 2. (Página Feminina)

PROIBIDAS de chorar e de arranhar. **Jornal do Commercio**. Recife, 15 jan. 1939.

QUEIROZ, Eustáquio. Ainda o divórcio. **Jornal do Commercio**. Recife, 03 jan. 1943. p. 9. (Secção Religiosa).

REGRAS sociais. **Jornal do Commercio**. Recife, 03 jan. 1943. p. 3. (Página feminina).

SOBRE o desenvolvimento da Educação Physica na Europa. **Jornal do Commercio**. Recife, 22 jan. 1939. p. 9. (Desportos).

SOBRE o amor. *Jornal do Commercio*. Recife, 03 de mar. 1940. p. 2. (página Feminina).

SEU marido também tem direito de gozar a vida. **Jornal do commercio**. Recife, 05 de fev. 1939. p. 10. (anúncio).

SEU marido também tem direito de gozar a vida. **Jornal do commercio**. Recife, 22 de jan. 1939. p. 10. (anúncio).

SIM...todos nós usamos kolynos. **Jornal do commercio**. Recife, 05 fev. 1939. (Anuncio).

SURTO industrial. **Jornal do commercio**. Recife, 02 fev. 1943. p. 10.

VÉRAS, Beatriz. Conversação do diabo com uma resuscitada. **Jornal do Commercio**. Recife, 22 jan. 1939. p. 3. (Página feminina)

FOLHA DA MANHÃ:

60 mil operários oferecem o salário de um dia de serviço à liga social contra o mocambo. **Folha da Manhã**. Recife, 06 fev. 1941. p. 1.

A cruzada social contra o mocambo. **Folha da Manhã**. Recife, 11 fev. 1941. (1 e 3)p.

AS comemorações, ontem, do 'dia da criança'. **Folha da Manhã**. Recife, 26 mar. 1941. p. 2.

AS directrizes do Estado Novo no código penal. **Folha da Manhã**. Recife, 10 fev. 1939. p. 16.

A iniciativa particular da cruzada contra o mocambo. **Folha da Manhã**. Recife, 20 fev. 1941. p. 1.

ALCÂNTARA, Nelson. Um trecho de um romance. **Folha da Manhã**. Recife, 05 fev. 1939. p. 5.

ALIENAÇÃO mental como causa do divorcio. **Folha da Manhã**. Recife, 17 fev. 1940. (7 e 10)p.

A locação dos empregados em serviços domésticos. **Folha da Manhã**. Recife, 01 fev. 1941. p. 3.

ANDRADE. Almir. A valorização do homem. **Folha da Manhã**. Recife, 12 fev. 1941. p. 8.

A villa das costureiras, em construcção em Santo Amaro, será inaugurada no dia 1º de maio. **Folha da Manhã**. Recife, 21 jan. 1941. (3 e 8)p.

A villa dos remédios está prestes a ser concluída. **Folha da Manhã**. Recife, 31 jan. 1941. p. 1

- BARROS, Geraldo Mendes. O sentido da legislação social brasileira. **Folha da Manhã**. Recife, 10 jan. 1941. p. 6
- CAMPELO, José. A acção da Escola, **Folha da Manhã**. Recife, 04 jul. 1940. p. 3.
- CAMPELLO, José. A mulher e a agulha. **Folha da Manhã**. Recife, 12 fev. 1938. p. 3
- CAMPELO, José. Analfabetismo e disciplina. **Folha da Manhã**. Recife, 11 jan. 1939. p. 3.
- CAMPELLO, José. Aspectos da vagabundagem urbana. **Folha da Manhã**. Recife, 09 jan. 1938. p. 3.
- CAMPELO, José. Das vantagens do contraste. **Folha da Manhã**. Recife, 18 jan. 1939. p. 3.
- CAMPELO, José. Diferenciação e valorização dos sexos. **Folha da Manhã**, Recife, 28 dez. 1937. p. 3
- CAMPELO, José. Ilusão da liberdade: quanto ás mulheres. **Folha da Manhã**. Recife, 21 abr. 1943. p. 3
- CAMPELO, José. Proteção á família. **Folha da Manhã**. Recife, 28 nov. 1939. p.3.
- CAMPELO, José. Resta saber. **Folha da Manhã**. Recife, 19 mai. 1938. p. 3
- CASAS gratuitas para os ferroviários. **Folha da Manhã**. 12 fev. 1941. (1 e 3)p.
- CONTRA o mocambo. **Folha da Manha**. Recife, 14 jan. 1941. (1 e 3)p.
- CREAÇÃO de escolas oficinas no Estado. **Folha da Manha**. Recife, 21 jan. 1939 (1 e 14)p.
- DERRUBANDO mocambo e construindo casas. **Folha da Manha**. Recife, 07 jan. 1941 (1 e 6)p.
- FILHO, Avertano Rocha. O casamento religioso com efeitos civis. **Folha da Manhã**, 15 fev. 1942. p. 7.
- FILHO, Novaes, Recife, terceira cidade do Brasil. **Folha da Manhã**, 20 mar. 1941. p. 3.
- FONSECA, Gondim da. Pao nelles. **Folha da Manhã**. Recife, 18 mai. 1938. p.2.
- GRIFFITH, Edward F. O sexo na vida diária. **Folha da Manhã**. Recife, 29 abr. 1941. (8, 9 e 14)p.
- HABILITADOS ao recebimento do abono familiar. **Folha da Manhã**. Recife, 23 jan. 1940. p. 10

HABITADAS as primeiras casas da vila da Macacheira. **Folha da Manhã**. Recife, 06 jan. 1943. (1 e 5)p.

HABITADAS mais dezesseis casas na vila da Macacheira. **Folha da Manhã**. Recife, 14 jan. 1943. p. 1.

Inaugura-se, hoje, a escola de arte culinária da villa das cozinheiras em Santo Amaro. **Folha da Manhã**, Recife, 17 jan. 1941. (1 e 3)p.

INSTRUÇÃO. **Folha da Manhã**, Recife, 14 jan. 1943. p. 5.

Jugulado um movimento subversivo na capital do paiz. **Folha da Manhã**. Recife, 12 maio 1938. (1, 10 e 15)p.

LAVADEIRAS de hontem e de hoje. **Folha da Manhã**. Recife, 23 jan. 1941. (1 e 3)p.

LIMA, Duarte. Casamento único. **Folha da Manhã**. Recife, 08 mar. 1942. p. 2

LUTAMOS e lutaremos para defender as tradições cristãs da família brasileira. Folha da Manhã. Recife, 01 jan. 1943. (7 e 16)p.

MAGALHÃES, Agamenon. Abuso. **Folha da Manhã**. Recife, 09 jan. 1945. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A conjura. Folha da Manhã, Recife, 17 mai. 1938. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A empresa e o operário. Folha da Manhã. Recife, 14 fev. 1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A família. **Folha da Manhã**, 24 abr.1941. p. 3.

Magalhães, Agamenon. A idéia democrática. Folha da Manhã. Recife, 14 jan. 1945. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A nova jornada. **Folha da Manhã**, 03 jan.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A opinião e a autoridade. Folha da Manhã. Recife, 19 fev.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Aprendizagem. Folha da Manhã. Recife, 28 jan.1939. p. 1.

MAGALHÃES, Agamenon. As empresas de seguro. Folha da Manhã. Recife, 27 fev.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. As fábricas e o mocambo. **Folha da Manhã**. Recife, 12 fev. 1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. A tiririca. **Folha da Manhã**. Recife, 16 fev. 1939. p. 1.

- MAGALHÃES, Agamenon. Autoridade. Folha da Manhã, Recife, 22. maio 1938. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Casa, escola e creche. Recife: Folha da Manhã, 25 fev. 1943. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Cidade de abelhas. **Folha da Manhã**, 29 mai.1938. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Consolidação das leis trabalhistas. **Folha da Manha**. Recife, 22 jan. 1943. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Cultura médica. Folha da Manha. Recife, 04 abril 1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Desajustados. Folha da Manhã, Recife, 11 jan. 1945. p. 03
- MAGALHÃES, Agamenon. Educação física. Folha da Manhã. Recife, 15 abr.1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Enfermeiras. Folha da Manhã. Recife, 20 mar.1942. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Ensino. Folha da Manhã, Recife, 08 fev.1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Escolas profissionais. Folha da Manhã, Recife, 20 jan.1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Fabrica Pillar. **Folha da Manhã**, 20 jan..1939. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Mais uma vila popular.(vespertino) **Folha da Manhã**, Recife, 05 jan. 1943. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Melhor forma de distribuir. Folha da Manhã, Recife, 26 mar. 1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. O mocambo e o porco. Folha da Manhã, Recife, 18 fev. 1943. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Mortalidade infantil. Folha da Manhã, Recife, 30 jan. 1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. Novo centro de gravidade. Folha da Manhã. Recife, 03 mar. 1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. O dia do trabalho. Folha da Manhã. Recife, 30 abril 1941. p. 3.
- MAGALHÃES, Agamenon. O dia da criança. Folha da Manhã. Recife, 25 mar. 1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O fator geográfico dos mocambos. Folha da Manhã. Recife, 21 jan. 1943. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O homem. **Folha da Manhã**. 18 fev. 1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O meu jornal. Recife. **Folha da Manhã**. 25 fev. 1939. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O preventório da Várzea. **Folha da Manhã**. Recife, 25 jan.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O primado da dona de casa. **Folha da Manhã**. Recife, 04 fev.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. O problema dos menores abandonados. **Folha da Manhã**. Recife, 03 fev.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Ordem moral. **Folha da Manhã**. Recife, 23 mar.1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Orientação. **Folha da Manhã**. Recife, 21 mai.1938. (1 e 2)p.

MAGALHÃES, Agamenon. Pedagogia. **Folha da Manhã**. Recife, 03 fev. 1939. p. 1.

MAGALHÃES, Agamenon. Reeducação municipal. **Folha da Manhã**. Recife, 19. fev. 1943. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Refeitórios populares. Folha da Manhã, Recife, 04. abr. 1941. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Renovação social. **Folha da Manhã**, 03 mai..1938. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Trabalho. **Folha da Manhã**, 08 jan.1943. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Uma fábrica e uma civilização. Folha da Manhã. Recife, 29 jan. 1939. p. 3.

MAGALHÃES, Agamenon. Um problema moral. **Folha da Manhã**. Recife, 23 jan. 1941. p. 3.

MARIA, José. Si eu soubesse. **Folha da Manhã**. Recife, 31 jan. 1939. p. 7. (anúncio)

MENINAS de Hoje. **Folha da Manhã**, Recife. 14 jan. 1945. (Suplemento ilustrado)

NÃO basta a lembrança affectuosa: para custear a educação dos seus filhos. **Folha da Manhã**. Recife, 31 de jan. 1939. p. 10. (anúncio).

NÃO há termo de comparação entre o sistema antigo e o atual de abastecimento de leite ao Recife. **Folha da Manhã**. Recife, 25 mar. 1941. (1 e 3)p.

- NEM mangues nem mocambos. **Folha da Manhã**. Recife, 08 jan. 1941. (1 e 3)p.
- O chefe da Nação aclamado pelas famílias cariocas. **Folha da Manhã**. Recife, 12 mai. 1938. p.16
- O dia do trabalho. **Folha da Manhã**. Recife, 01 mai. 1938. p. 3.
- O governo e a alimentação popular. **Folha da Manhã**. Recife, 10 fev. 1941. p. 3.
- O mocambo e a casa. **Folha da Manhã**. Recife, 08 fev. 1941. p. 1.
- O pittoresco desapareceu. **Folha da Manhã**. Recife, 03 fev. 1941. p. 1.
- O principio fundamental da autoridade. **Folha da Manhã**. Recife, 19 mai. 1938. p. 3.
- Organização e proteção da família: importante decreto lei assinado pelo presidente Getúlio Vargas. **Folha da Manhã**. Recife, 20 abril 1941. (3 e 16)p.
- O typo da casa dos pescadores. **Folha da Manhã**. Recife, 10 fev. 1941. p. 1.
- QUEM sai do mocambo tem outra vida. **Folha da Manhã**. Recife, 05 jan. 1943. (1 e 6)p.
- RECIFE às escuras. **Folha da Manhã**. Recife, 17 mar. 1942. (1 e 3)p.
- RECONHECIMENTO de filho adúltero na constância do casamento. **Folha da Manhã**. Recife, 10 jan. 1943. (7, 10 e 13)p.
- SENSÍVEL a redução da mortalidade infantil, no Recife, após a instalação da usina higienizadora do leite. **Folha da Manhã**. Recife: 24 mar. 1941. (1 e 3)p.
- TRABALHO Feminino. **Folha da Manhã**. Recife. 31 fev. 1943. p. 10
- VANDERLEY, Arnóbio Tenório. Educação física escolar. **Folha da Manhã**, Recife, 10 fev. 1943. p.3
- VANDERLEY, Arnóbio Tenório. Educação física. **Folha da Manhã**, Recife, 23 abr. 1941. p.3
- VANDERLEI, Arnobio Tenório. Os cinemas, as revistas infantis e a perversão da juventude. **Folha da Manhã**. Recife, 13 jan. 1943. p.3
- VANDERLEI, Arnobio Tenório. Os círculos de pais e mestres. **Folha da Manhã**. Recife, 30 abr. 1941. p. 3.
- VANDERLEI, Arnobio Tenório. Que podem ler os meninos?. **Folha da Manhã**. Recife, 27 jan. 1943. p. 3.

VINTE mil contos invertidos na construção de casas populares em 1940, pela liga. **Folha da Manhã**. Recife, 04 jan. 1941. (1 e 6)p.

UMA realidade, este anno, a educação physica entre os escolares da capital. **Folha da Manha**. Recife, 01 mar. 1941. (1 e 6)p

Um valioso conselho às mães. **Folha da Manhã**. Recife, 10 jan. 1939. p. 7.

OUTROS:

ANUÁRIO DO COLLEGIO MARISTA . Altos Coqueiros. 1930-1931.anual.

BRASIL. Constituição (1937). Constituição dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, DF: Senado, 1937.

CAMPELO, José. Ensino religioso nas escolas publicas. **Correio da Manhã**. Recife,1934. (sob pseudônimo: Ariel).

MOTA, Mauro. São Paulo. 10 abr. 1937. Carta.

PEREIRA, E. de Sá. **Pela Mulher, para a mulher**. Recife: Officinas Graphics da associação da boa imprensa, 1932.